



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES**

**AFROAFETO COMO PRÁTICA DE PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE
MULHERES NEGRAS NA UNILAB/CE**

ANA RAQUEL SILVA REGINALDO

**ACARAPE – CEARÁ
2026**

ANA RAQUEL SILVA REGINALDO

AFROAFETO COMO PRÁTICA DE PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES
NEGRAS NA UNILAB/CE

Dissertação apresentada como um dos requisitos para o cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Mestre em Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Humanidades (MIH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

Orientadora: Profa. Dra. Natalia Cabanillas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Reginaldo, Ana Raquel Silva.

R262a

Afroafeto como prática de permanência: trajetórias de mulheres negras na Unilab/CE / Ana Raquel Silva Reginaldo. - Redenção, 2026. 141f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2026.

Orientador: Profa. Dra. Natalia Cabanillas.

1. Mulheres negras. 2. Negras - Educação (Superior). 3. Afroafeto. 4. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.4

ANA RAQUEL SILVA REGINALDO

AFROAFETO COMO PRÁTICA DE PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES
NEGRAS NA UNILAB/CE

Dissertação apresentada como um dos requisitos para o cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Mestre em Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Humanidades (MIH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovada em: 27/04/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



NATALIA CABANILLAS

Data: 22/05/2026 16:40:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Natalia Cabanillas (Orientadora e Presidente)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente



LARISSA OLIVEIRA E GABARRA

Data: 22/05/2026 17:28:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra (Examinadora Interna)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente



ARILSON DOS SANTOS GOMES

Data: 23/05/2026 09:26:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Paola María Marugán Ricart (Examinadora Externa)

Às mulheres que viveram, vivem e viverão.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cleonice Bezerra da Silva, por ser minha base, minha força cotidiana e minha maior inspiração. Por todo cuidado, amor e incentivo que sempre me ofereceu, mesmo nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, Antonio Lincoln Coelho Reginaldo, por acreditar nos meus caminhos, incentivar minha trajetória acadêmica e me ensinar a buscar o conhecimento como ferramenta de transformação. Às minhas irmãs, Cleane Silva Caxilé, Liana Silva Reginaldo e Maria Laura Bezerra Reginaldo, pelo apoio constante, pelas palavras de encorajamento e pela presença afetiva, mesmo quando a distância física se fez presente. À minha madrasta, Carla Bezerra, e ao meu padrasto, Sergio Sampa, pelo carinho, cuidado e apoio ao longo dessa caminhada. Aos familiares, que sempre celebraram minhas escolhas e demonstraram orgulho e confiança na minha trajetória.

Às minhas amigas Amanda Kaillane, Ana Carolyn, Elizabete Manga, Mariana Doroteia, Graça Sebastião, Ericânia Almeida, Diana Duarte, Clara Sambu, Vitória Rhana, Bruna Oliveira e Daniella Rocha e tantas outras mulheres que me cercam e constroem comigo uma rede de afeto, cuidado e fortalecimento. Agradeço pela escuta atenta, pelo diálogo, pela paciência e pelo respeito, elementos fundamentais para que eu pudesse seguir, escrever e existir com mais leveza ao longo desse processo.

Aos meus amigos Jair Luid, Carlos Daniel, Enzo Raphael, Jesus Zacarias, Davi Bastos, Iago Sousa, Bruno de Paula, Kauan Ermeson, e a tantos outros homens que caminharam ao meu lado, oferecendo apoio, presença e incentivo nos momentos de escrita, nos desafios cotidianos, nas alegrias e nas dificuldades que atravessaram a realização deste trabalho.

Às minhas amigas do mestrado, Larissa Januário, Lilian Mello, Antônia Gleice e Vivian Rodrigues, que tornaram esse processo mais leve e possível. Entre ajudas acadêmicas, trocas sinceras, risadas, fofocas e acolhimento, vocês foram fundamentais para que eu atravessasse essa etapa com mais calma, afeto e confiança.

Às interlocutoras desta pesquisa: *Carolina, Chiziane, Marielle, Okinka Pampa, Siura, Lucau...* mulheres negras estudantes da UNILAB, que generosamente compartilharam suas histórias, vivências, dores, afetos e estratégias de permanência. A cada uma de vocês, meu profundo agradecimento pela confiança, pela disponibilidade e pela coragem de narrar suas trajetórias. Este trabalho só existe porque vocês aceitaram transformar suas experiências em saber, memória e resistência. Suas vozes atravessam estas páginas e seguem ecoando como produção legítima de conhecimento negro, feminino e insurgente.

À minha orientadora, Natalia Cabanillas, dedico um agradecimento que transcende o

papel acadêmico. Para além do trabalho intelectual, você tem sido uma orientadora em todos os sentidos da minha vida, acompanhando minha trajetória com dedicação desde a graduação. Sou imensamente grata por acreditar no meu potencial mesmo nos momentos de incerteza, por cada conselho que moldou meu caráter e por abrir caminhos que tornaram real a possibilidade do doutorado. Sua presença é o alicerce que transformou este sonho em uma jornada compartilhada e vitoriosa.

À Professora Marta Quintiliano, por todos os ensinamentos teóricos e pelas possibilidades de encontro de saberes a partir do afroafeto. À Maria da Luz Fonseca, pelas contribuições enquanto integrante da banca do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia, cujas observações foram fundamentais para a continuidade desta pesquisa no mestrado.

Expresso minha profunda gratidão às professoras integrantes da banca examinadora, Paola María Marugán Ricart, Georgina Maria Feitosa e Paiva e Larissa Oliveira e Gabarra, pelas valiosas contribuições oferecidas desde a qualificação até a defesa deste trabalho. Suas leituras atentas, críticas rigorosas e provocações intelectuais foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa.

A todas e todos com quem convivi ao longo desses anos na universidade e no curso, que, mesmo diante dos desafios cotidianos, me fizeram perceber que o afeto ainda é possível e se manifesta nas pequenas ações do dia a dia.

Ao projeto de pesquisa “Gênero e Feminismos da África Global”, à UNILAB, pela formação profissional, pelos aprendizados, pelo acolhimento e por todas as experiências vividas no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na Sociologia e no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo financiamento da bolsa de pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho.

Gratidão.

*Ora, na medida em que nós negros estamos na
lata de lixo da sociedade brasileira. [...] Ou seja,
o lixo vai falar, e numa boa*

(Lélia Gonzalez)

RESUMO

O Brasil é um país marcado pela diáspora africana, e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) constitui-se como expressão institucional desse processo histórico. Criada em 2010, a universidade tem como missão a cooperação internacional com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, estando situada em municípios do interior do Brasil, entre eles Redenção e Acarape, no estado do Ceará. Nesse contexto, esta pesquisa analisa as experiências de mulheres negras estudantes na UNILAB/CE, a partir de suas trajetórias acadêmicas e das redes de afroafeto construídas no cotidiano universitário, considerando tanto discentes nacionais quanto internacionais, dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao Instituto de Humanidades. O estudo fundamenta-se teoricamente no conceito de afroafeto, desenvolvido por Marta Quintiliano (2019), bem como nos aportes do feminismo negro e da interseccionalidade, a partir de autoras como bell hooks (2021), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Kimberlé Crenshaw (2002) e Carla Akotirene (2023). Articula-se ainda com a perspectiva decolonial, mobilizando as noções de colonialidade do poder (Aníbal Quijano), a fim de compreender as dinâmicas de raça, gênero, nacionalidade e território no contexto universitário. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa narrativa, utilizando como técnicas metodológicas entrevistas e observação etnográfica. As categorias analíticas centrais são a interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021; Akotirene, 2023) e a intrasseccionalidade (Raquel Lima, 2022), compreendidas como fundamentais para apreender a diversidade e as múltiplas configurações das experiências vividas por mulheres negras em um contexto atravessado pela diáspora, pela migração e pela colonialidade. Os resultados evidenciam que o afroafeto se configura como uma prática política de resistência, pertencimento e cuidado, desempenhando papel central na permanência acadêmica e na construção de redes de apoio entre mulheres negras na UNILAB. Nesse sentido, o trabalho aponta o afroafeto como uma epistemologia situada e estratégia de (re)existência, contribuindo para o campo dos estudos sobre mulheres negras no ensino superior a partir de uma perspectiva feminista negra e afrodiaspórica.

Palavras-chave: Mulheres Negras; UNILAB; Trajetórias; Afroafeto; Interseccionalidade.

RESUMEN

Brasil es un país marcado por la diáspora africana, y la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afro-Brasileña (UNILAB) se constituye como una expresión institucional de este proceso histórico. Creada en 2010, la universidad tiene como misión la cooperación internacional con Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP) y Timor-Leste, y está ubicada en municipios del interior de Brasil, entre ellos Redenção y Acarape, en el estado de Ceará. En este contexto, esta investigación analiza las experiencias de mujeres negras estudiantes en la UNILAB/CE, a partir de sus trayectorias académicas y de las redes de *afroafeto* construidas en la vida cotidiana universitaria, considerando tanto estudiantes nacionales como internacionales, de cursos de grado y posgrado vinculados al Instituto de Humanidades. El estudio se fundamenta teóricamente en el concepto de *afroafeto*, desarrollado por Marta Quintiliano (2019), así como en los aportes del feminismo negro y de la interseccionalidad, a partir de autoras como bell hooks (2021), Patrícia Hill Collins y Sirma Bilge (2021), Kimberlé Crenshaw (2002) y Carla Akotirene (2023). Asimismo, se articula con la perspectiva decolonial, movilizando la noción de colonialidad del poder (Aníbal Quijano), con el fin de comprender las dinámicas de raza, género, nacionalidad y territorio en el contexto universitario. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con énfasis en la investigación narrativa, utilizando como técnicas metodológicas entrevistas y observación etnográfica. Las categorías analíticas centrales son la interseccionalidad (Crenshaw, 2002; Collins y Bilge, 2021; Akotirene, 2023) y la intraseccionalidad (Raquel Lima, 2022), entendidas como fundamentales para comprender la diversidad y las múltiples configuraciones de las experiencias vividas por mujeres negras en un contexto atravesado por la diáspora, la migración y la colonialidad. Los resultados evidencian que el *afroafeto* se configura como una práctica política de resistencia, pertenencia y cuidado, desempeñando un papel central en la permanencia académica y en la construcción de redes de apoyo entre mujeres negras en la UNILAB. En este sentido, el trabajo propone comprender el *afroafeto* como una epistemología situada y una estrategia de (re)existencia, contribuyendo al campo de los estudios sobre mujeres negras en la educación superior desde una perspectiva feminista negra y afrodiaspórica.

Palabras-clave: Mujeres Negras; UNILAB; Trayectorias; Afroafecto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Intervenção no monumento “Vicente Mulato”, durante a I Marcha Antirracista, em Redenção (CE), 19 nov. 2024.....	20
Figura 2 – “Cores do Auroras”, fotografia do Campus das Auroras, Redenção-CE.....	21
Figura 3 – Vista do Campus dos Palmares, Acarape/CE.....	22
Figura 4 – Símbolo Sankofa (adinkra).....	25
Figura 5 – Foto coletiva do projeto Gêneros e Feminismos em África Global.....	44
Figura 6 – Imagem do Letreiro na entrada do município de Redenção/CE: “Redenção - Terra da Liberdade”.....	61
Figura 7 – Ato político em frente ao Monumento “Negra Nua”, realizado durante a I Marcha Antirracista no Município de Redenção/CE, em 19 nov. 2024.....	64
Figura 8 – Outdoor localizado na Rua Nila Vasconcelos, em Acarape/CE.....	65
Figura 9 – Liana Silva (irmã), Ana Raquel (autora) e Cleane Silva (irmã).....	139
Figura 10 – Maria Laura (irmã).....	139
Figura 11 – Cleonice Silva (mãe).....	140
Figura 12 – Ana Raquel (autora), Vitória Rhana (prima) e Victor Ranier (primo).....	140
Figura 13 – Amanda Kaillane (amiga), Jair Luid (amigo), Ana Raquel (autora), Carlos Daniel (amigo), Jesus Zacarias (amigo), Iago Freire (amigo), Bruna Oliveira (amiga), Kauan Emerson (amigo), Bruno Rodrigues (amigo) e Daniella Rocha (amiga).....	141
Figura 14 – Projeto de Pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, Mariana (Marlene) Doroteia, Suzana Jorge, Fernanda, Elizabete Essamai, Ana Raquel, Ericânia Almeida, Prof. ^a Natália Cabanillas, Clara Sambú e Diana Duarte.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das interlocutoras da pesquisa.....	27
Tabela 2 – Porcentagem de matrículas nos cursos de graduação de estudantes por nacionalidade nos cursos de graduação – 2020 à 2025.....	53
Tabela 3 – Quantidade e porcentagem de matrículas nos cursos de graduação de estudantes por gênero e raça.....	73

LISTA DE SIGLAS

BHU – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IH – Instituto de Humanidades

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MIH – Mestrado Interdisciplinar em Humanidades

MNU – Movimento Negro Unificado

PAES – Programa de Assistência ao Estudante

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PET – Programa de Educação Tutorial

PPC – Projeto Pedagógico Curricular

PROINTER – Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais

PROPAE – Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis

PSEI – Processo Seletivo de Estudantes Internacionais

SiSu – Sistema de Seleção Unificado

SISURE – Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do Enem

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Mas, o que a história nos conta?.....	15
1.2. Contextualização da pesquisa.....	19
1.3. Caminhos metodológicos: as mulheres negras Unilabianas no centro.....	26
1.4. Estrutura da dissertação.....	31
2 O AFROAFETO COMO EPISTEMOLOGIA E POLÍTICA DE PERMANÊNCIA...33	
2.1. Afeto, Comunidade e Descolonização.....	35
2.2. Ancestralidade e Comunidade Afro-Diaspórica.....	38
2.3. Afroafeto: Conceito, Prática e Permanência Acadêmica.....	41
3 SER MULHER NEGRA ESTUDANTE NA UNILAB/CE: INTERSECCIONALIDADE E DESAFIOS.....	47
3.1. Eu e a UNILAB: uma escrevivência.....	48
3.2. A interseccionalidade das mulheres negras Unilabianas.....	53
3.3. Desafios nos ambientes acadêmicos e no contexto geográfico da UNILAB/CE.....	57
3.3.1. Nos ambientes acadêmicos.....	58
3.3.2. No contexto geográfico: Redenção/CE e Acarape/CE.....	60
4 A EXPERIÊNCIA DA DIÁSPORA E SUA INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE E NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	67
4.1. Movimento diaspórico e identidade em trânsito.....	67
4.2. A UNILAB como encruzilhada afro-identitária.....	71
5 TRAJETÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DAS MULHERES NEGRAS UNILABIANAS.....	81
5.1. Origens e contextos geográficos das estudantes.....	82
5.2. Experiências educacionais anteriores: desafios e oportunidades.....	87
5.3. Motivações para a escolha da UNILAB e do curso.....	93
5.4. Impacto das políticas afirmativas na trajetória acadêmica.....	97
6 AS REDES AFROAFETIVAS COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA.....	101
6.1. A importância das relações interpessoais e da ancestralidade para o afroafeto.....	101
6.2. Percepções do afroafeto no cotidiano universitário.....	105
6.3. O papel do afroafeto na superação de desafios e na construção do pertencimento... 108	
(IN) CONCLUSÕES.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	115
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). 128	
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL.....	131
ANEXOS.....	132
ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	132
ANEXO B - MINHAS REDES AFROAFETIVAS.....	139

1 INTRODUÇÃO

O acesso da população negra ao ensino superior no Brasil é um campo de batalha marcado, historicamente, pela estrutura escravocrata e, contemporaneamente, pela manutenção do racismo institucional. Se a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) lançou as bases para a cidadania, foi apenas em 2003, com a experiência piloto da Universidade de Brasília (UnB) (Renata Bezerra, 2023), que o Estado brasileiro começou a ensaiar uma reparação prática por meio das cotas. A consolidação desse direito viria apenas em 2012, com a Lei Federal nº 12.711 (BRASIL, 2012).

Contudo, a ocupação desses espaços levanta uma questão urgente: qual é o custo humano pago por esses corpos para abrir caminhos? A presença de mulheres negras na universidade e na pesquisa não é apenas uma questão de justiça social; é um projeto de enfrentamento ao epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005)¹. Ao pautar novos objetos, métodos e afetos, essas pesquisadoras enriquecem as agendas das Ciências Humanas e descolonizam o saber. Esta dissertação insere-se nesse movimento, investigando como a permanência e o pertencimento são tecidos através do afroafeto.

A aproximação com a temática teve início ainda no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), a partir de experiências formativas e do contato com disciplinas e pesquisadoras que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. Destaca-se, nesse percurso, o contato com a obra de Marta Quintiliano (2019), cujo conceito de afroafeto foi fundamental para o aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa.

Parte dos dados mobilizados nesta dissertação deriva de uma pesquisa anterior desenvolvida no âmbito de um projeto de iniciação científica vinculado ao Projeto de Pesquisa Gêneros e Feminismos na África Global (financiado pelo edital BPI-Funcap). Essa experiência foi fundamental para a escolha do tema, o amadurecimento teórico e a construção de um fazer científico comprometido com o afeto e a escuta. Inicialmente, a pesquisa intitulava-se “Mulheres negras na UNILAB: trajetórias e afroafetos”. A partir dos resultados obtidos, observou-se que o entrecruzamento das identidades impactava diretamente o ser e permanecer na universidade, o que motivou a reformulação do foco da pesquisa no âmbito da pós-graduação.

Também, a partir do contato e troca de saberes com a Profa. Marta Quintiliano – estagiária da disciplina daquele período –, então, tive ciência de sua pesquisa e principal

¹A autora analisa o conceito a partir do pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1997), Sueli Carneiro (2005) disserta que a desvalorização, a negação ou a ocultação da colaboração do continente *Afrikanos* ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou elevação do embranquecimento cultural.

trabalho intitulado: “Redes afro-indígenaafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás” (Marta Quintiliano, 2019). Foi assim, que a inspiração para a escolher a temática surgiu, com o contato com a criadora do conceito afroafeto.

1.1. Mas, o que a história nos conta?

Este trabalho parte do entendimento de que a experiência de mulheres negras no ensino superior não pode ser compreendida apenas por meio de dados estatísticos ou análises estruturais isoladas. Trata-se de trajetórias atravessadas por processos históricos de racialização, desigualdades de gênero e classe, bem como por afetos, estratégias de resistência e práticas coletivas de sobrevivência. Nesse sentido, a escrita deste trabalho dialoga com o conceito de *escrevivência*, formulado por Conceição Evaristo (2009), compreendendo a narrativa como forma legítima de elaboração da experiência vivida e de produção de conhecimento.

A história da educação superior no Brasil está profundamente marcada pela colonialidade do poder, conceito formulado por Aníbal Quijano (2005), que se refere à permanência das estruturas coloniais de dominação para além do fim do colonialismo formal. Ainda que o país tenha conquistado uma independência “formalizada” em 1822, as estruturas de poder e saber herdadas do período colonial permaneceram operando, produzindo hierarquias raciais, sociais e de gênero que seguem organizando o acesso a direitos e oportunidades (Quijano, 2005; Abdias Nascimento, 2016; María Lugones, 2020). Nesse sentido, a colonialidade manifesta-se na continuidade dessas lógicas para além do colonialismo jurídico-administrativo, expressando-se na marginalização sistemática das populações negras e indígenas, inclusive nos espaços acadêmicos.

Desde esse período, observa-se um apagamento e o silenciamento da participação dessas populações na construção de comunidades livres, nos movimentos abolicionistas e nos processos de independência, sustentando a ideia de uma liberdade concedida pelas elites. Institucionalmente, o Estado atuou (e ainda atua) como um dos principais agentes na manutenção do racismo, da violência e da necropolítica direcionada a esses povos (Achille Mbembe, 2018). Como afirma Abdias do Nascimento (2016), o Brasil obteve em 1822 uma independência apenas formal, mantendo sua economia, mentalidade e cultura colonizadas, o que torna insustentável a ideia de igualdade racial mesmo no século XXI.

As consequências desse processo histórico são visíveis nos dados contemporâneos. O Relatório de Transparência Salarial (2022), elaborado a partir da Relação Anual de

Informações Sociais, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indica que os homens brancos concentram 10.684.948 vínculos formais de trabalho, enquanto as mulheres negras somam 2.987.559, isso significa três vezes menos (3.57 vezes menos). Além da disparidade no acesso ao emprego formal, há diferenças salariais significativas: em média, homens brancos recebem R\$2.677,51 a mais do que as mulheres negras².

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Comunicação Social (2024)³, mulheres negras recebem 50,2% do rendimento dos homens brancos e, em cargos de gerência, mulheres recebem 73% do salário dos homens na mesma posição. A Cartilha de Igualdade Salarial, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério das Mulheres, afirma que tais desigualdades decorrem de práticas discriminatórias e da divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres o trabalho reprodutivo e desvaloriza sua participação na economia formal (Ministério das Mulheres; Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

Essas desigualdades estão diretamente associadas aos efeitos da “abolição formalizada”, que excluiu homens negros do mercado de trabalho no pós-abolição e empurrou mulheres negras para a condição de principais provedores do lar. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), elas foram relegadas à posições mais precarizadas, especialmente ao trabalho doméstico. Exemplos históricos, como as mulheres negras da Bahia que vendiam acarajé para comprar suas alforrias e de seus/suas filhos/as e de outras pessoas na condição de escravizada/o⁴, ilustram estratégias de sobrevivência frente a um sistema excludente. As instituições construídas no período colonial e no Brasil independente serviram prioritariamente à consolidação do Império e à manutenção do domínio da elite branca, resultando nas desigualdades estruturais observadas na atualidade.

Mesmo em um contexto considerado depois da colonização, a elite brasileira promoveu políticas eugenistas e segregacionistas. Durante os séculos XIX e XX, o país adotou uma política imigratória voltada à atração de trabalhadores brancos europeus, com o objetivo de branqueamento da população (Abdias Nascimento, 2016). Enquanto esses migrantes receberam terras e oportunidades, a população negra permaneceu à margem do mercado de trabalho, sendo criminalizada por meio de estereótipos como o do “malandro” e

²A base de dados não especifica se as informações são de caráter geral ou se homens e mulheres citados possuem o mesmo nível de escolaridade.

³Informação disponível em página institucional online. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2024/09/mulheres-ganham-em-media-79-3-do-salario-de-homens-com-mesmo-cargo-diz-relatorio>. Acesso em: 15 out. 2024,

⁴Ver mais na página web Geledés: <https://www.geledes.org.br/como-mulheres-escravizadas-usaram-o-acaraje-para-conseguir-liberdade-na-ba/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

pela figura jurídica da vadiagem, utilizada para reprimir expressões culturais negras (Abdias Nascimento, 1980).

Nesse cenário, as mulheres negras ocuparam a base da pirâmide socioeconômica, com impactos profundos sobre seus corpos, identidades e saúde física e mental. As instituições acadêmicas passaram, assim, a representar um dos poucos mecanismos de ascensão social em uma sociedade profundamente desigual e racializada. No Brasil, a primeira universidade foi criada apenas em 1920, no Rio de Janeiro. Em 1935, Anísia Batista da Silva tornou-se a primeira mulher negra formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁵, sendo também uma das fundadoras da Frente Negra Brasileira (Eufemea, 2023).

Apesar desse marco histórico, os dados revelam a persistência das desigualdades. Em 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicava que mulheres negras representavam apenas 19% das estudantes no ensino superior público, enquanto as mulheres brancas somavam 38% (Pnad *apud* Andifes, 2021)⁶. Embora haja avanços recentes, como o aumento de 266% nas matrículas por cotas entre 2012 e 2023 e o crescimento expressivo no número de concluintes negras e negros (Inep, 2023, *apud* Maicon Viana; Evanir Nascimento, 2024)⁷, as disparidades permanecem evidentes. Em 2022, o percentual de mulheres brancas com ensino superior era quase o dobro daquele alcançado por mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2024, p. 5-6).

Se analisarmos na íntegra conseguimos perceber notícias sobre as mulheres serem o maior grupo em universidades públicas⁸, porém, também encontramos a disparidade entre mulheres brancas e negras⁹. Ou seja, apesar dessa conquista, o muro do ensino superior para as mulheres e homens negros continuaram/continuam alto, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): em 2022, “o percentual de homens brancos com ensino superior era 2,4 vezes maior do que o dos homens pretos ou pardos, enquanto o percentual de mulheres brancas com ensino superior era quase o dobro daquele alcançado pelas mulheres

⁵Ver mais na página web da Universidade Federal de Rio de Janeiro: [https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de.Rio%20de%20Janeiro%20\(URJ\)](https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de.Rio%20de%20Janeiro%20(URJ).). Acesso em: 18 jun. 2024.

⁶Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/2021/08/09/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁷Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/poder-educacao/matriculas-por-cotas-etnicas-em-universidades-subiram-266-em-11-anos/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁸Ver em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁹ Ver em: Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/percentual-de-mulheres-brancas-com-ensino-superior-e-dobro-do-registrado-entre-pretas-ou-pardas.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

pretas ou pardas” (2024, p. 6). Se por um lado a quantidade de estudantes nas universidades alcançou boas metas de equidade, com médias próximas a 50-50 em termos raciais, por outro lado, as desigualdades históricas e estruturais ainda se mantêm.

A permanência no ensino superior constitui um dos principais desafios. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que a maioria das mulheres negras universitárias não recebe apoio social, o que torna a trajetória acadêmica especialmente difícil em um contexto de desigualdade econômica e de um mercado de trabalho racializado (Vitória Silva, 2021). Além disso, as disparidades se aprofundam na pós-graduação, sobretudo quando observadas em perspectiva histórica. Antes da implementação das políticas de ação afirmativa, a presença de pessoas negras era extremamente reduzida: na década de 1900, estimativas indicam que cerca de 5% das/dos estudantes de mestrado e aproximadamente 2% das/dos doutorandas/os eram pessoas negras.

Ainda que tenha havido ampliação desse acesso nas últimas décadas, as desigualdades raciais persistem, especialmente nos níveis mais elevados da carreira acadêmica. Nesse sentido, observa-se que homens brancos concentram a maior parte das bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), evidenciando a permanência de hierarquias raciais e de gênero na produção científica brasileira (Brasil, 2025).

Por ora, é possível estabelecer um cruzamento de dados. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observa-se uma diferença significativa na distribuição de gênero entre docentes do ensino superior segundo a natureza administrativa das instituições. No setor público, há predominância masculina em todos os níveis de formação: 54,7% entre doutores, 55,7% entre mestres e 57,8% entre especialistas. Em contraste, no setor privado, as mulheres são maioria entre doutores (51,3%) e mestres (50,6%), embora os homens ainda predominam entre os docentes com especialização (53,4%) (INEP, 2022, p. 51).

No entanto, ao se considerar o recorte racial no conjunto de docentes mulheres do ensino superior, as desigualdades tornam-se ainda mais evidentes: mulheres pretas ou pardas correspondem a apenas 17,9% do total de docentes mulheres, enquanto as mulheres brancas representam 56,6% desse mesmo universo no Brasil (BRASIL, 2025, p. 69). Esse dado, oriundo do Censo da Educação Superior do INEP, não apenas evidencia a sub-representação de mulheres negras na docência universitária, como também revela a forte concentração racial em favor de mulheres brancas, indicando que as desigualdades de gênero, quando atravessadas pela raça, se intensificam nos estratos mais valorizados da carreira acadêmica.

Diante desse cenário, torna-se urgente problematizar não apenas o ingresso, mas sobretudo a permanência e a progressão acadêmica de mulheres negras no ensino superior. Embora a Lei de Cotas Raciais – com sua implementação em 2012, pela Lei Nº 12.711 (Brasil, 2012) –, represente um avanço significativo, é necessário questionar os motivos do número de concluintes, pesquisadoras, mestras, doutoras¹⁰ e docentes do ensino superior serem tão baixo. Permanece a pergunta sobre quem ocupa o centro da produção intelectual, quem tem acesso à pós-graduação, à pesquisa e à docência universitária. É nesse movimento afro-feminino e epistemológico que este trabalho coloca a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no centro da análise, destacando as estudantes negras e suas estratégias de (re)existência e pertencimento no espaço acadêmico.

1.2. Contextualização da pesquisa

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada em 20 de julho de 2010, por meio da Lei nº 12.289 (Brasil, 2010), tendo como principal objetivo a cooperação acadêmica, científica e cultural entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos países africanos. A universidade integra um projeto político e educacional historicamente reivindicado pelo Movimento Negro brasileiro, que atravessa o período escravocrata, o pós-abolição e ganha novos contornos no contexto da redemocratização do país (Antonio Ferreira; Eliane Santos; Jacqueline Costa, 2022).

A UNILAB materializa, portanto, uma proposta singular no cenário das universidades federais brasileiras, ao articular internacionalização, interiorização do ensino superior e compromisso com populações historicamente marginalizadas, como pessoas negras, quilombolas, indígenas, ciganas e estudantes oriundas/os de contextos populares. No entanto, esse projeto institucional se desenvolve em territórios marcados por contradições históricas profundas, especialmente nos municípios de Redenção e Acarape, no Ceará, onde se localizam os campi Auroras e Palmares.

Redenção ocupa um lugar simbólico central na história do Brasil por ter sido o primeiro município a abolir oficialmente a escravidão, em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea (Arlson Gomes, 2021). Essa narrativa, frequentemente celebrada no discurso oficial, construiu a cidade como um marco da liberdade. No entanto, à entrada do município, no

¹⁰De acordo com o CGEE, “pretos representam apenas 4,1% dos mestres e 3,4% dos doutores, enquanto pardos somam 16,7% e 14,9%, respectivamente” (CGEE, 2025 *apud* Portal Geledés, 2025). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pos-graduacao-ainda-e-concentrada-na-populacao-branca-aponta-estudo/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

sentido de Fortaleza-CE para o Maciço de Baturité, encontra-se o monumento de uma mulher negra nua, sem identificação; em contraste, a homenagem oficial é prestada à Princesa Isabel, com um monumento localizado em uma das principais praças da cidade¹¹.

Nesse diálogo, Antônio Willame Ferreira da Silva Júnior afirma: “assim, a imagem de Vicente¹², tal como dos outros monumentos, está em uma figuração de discurso que faz parte de um pensamento hegemônico sobre a história e a representação do negro em Redenção” (Júnior, p. 111, 2023). Contudo, tal simbologia convive com silêncios históricos importantes, sobretudo no que diz respeito às condições de vida da população negra no pós-abolição e à permanência das desigualdades raciais estruturais.

Figura 1 – Intervenção no monumento “Vicente Mulato”, durante a I Marcha Antirracista, em Redenção (CE), 19 nov. 2024.



Fonte: Acervo pessoal (2024).

A intervenção ativista realizada no monumento “Vicente Mulato” durante a I Marcha Antirracista (**Figura 1**) evidencia disputas em torno da memória e da representação da população negra, ao questionar explicitamente as narrativas que esses marcos urbanos produzem. A ação consistiu na inserção de uma placa com os dizeres “Que história contam

¹¹No site da Prefeitura de Redenção, na aba “Cultura”, há referência apenas ao monumento dedicado à princesa Isabel: “Foi construído em homenagem à princesa Isabel que libertou os escravos no Brasil. O monumento faz alusão ao cinquentenário da abolição no município e fica localizado na Praça da Princesa Isabel, no Centro de Redenção”. Não há menção ao monumento da “Negra Nua”. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 02 mar. 2026.

¹²Vicente é outro monumento da cidade, denominado “Vicente Mulato”, localizado na praça da Igreja Matriz. Assim como o monumento da “Negra Nua”, não consta no site oficial da Prefeitura de Redenção, evidenciando a seletividade na construção da memória institucional do município.

nossos monumentos?” e na utilização da bandeira pan-africanista, reconfigurando o sentido do monumento no espaço público. Nesse sentido, a intervenção dialoga com as reflexões de Antônio Willame Ferreira da Silva Júnior (2023), especialmente em seu projeto *Redenção 2083*, no qual, por meio da arte especulativa digital, o autor propõe uma reelaboração radical da memória negra na cidade, em contraponto às narrativas monumentais hegemônicas.

Por sua vez, Acarape, município vizinho, compartilha de uma trajetória semelhante, marcada pela herança escravocrata, pela ruralidade e por desigualdades sociais que afetam diretamente a população negra local. Registros históricos indicam que a formação da região esteve vinculada à ocupação colonial, à implementação de engenhos de cana-de-açúcar para produção de cachaça e ao uso intensivo da mão de obra escravizada africana, elementos centrais na constituição social e econômica do território (IBGE, s.d.; CEARÁ, 2010)¹³. Essa formação histórica, marcada pela centralidade da escravidão e pela organização desigual do espaço, também é analisada por José Hilário Ferreira Sobrinho (2005), ao evidenciar as permanências dessas estruturas nas dinâmicas sociais contemporâneas.

É nesse contexto que a UNILAB se insere: uma universidade com um projeto político-afro diaspórico instalada em cidades atravessadas por uma história racializada, onde o racismo, a xenofobia e o machismo se manifestam de forma cotidiana, sobretudo nos espaços externos à universidade, como supermercados, praças, festas, bares e ruas. A presença massiva de estudantes negras/os, brasileiras/os e internacionais, tensiona as dinâmicas locais e evidencia conflitos que atravessam o cotidiano acadêmico e extra-acadêmico.

Figura 2 – “Cores do Auroras”, fotografia do Campus das Auroras, Redenção-CE.
Autora: Ana Elita Andrade Manso.



¹³No site oficial da Prefeitura de Acarape não há registros ou menções à participação das populações indígena e negra na construção cultural, política e histórica do município. Disponível em: <https://acarape.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 03 mar. 2026.

Fonte: Site da UNILAB (2019). Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/2019/10/01/2o-concurso-olhares-sobre-a-UNILAB-recebe-inscricoes-ate-13-de-outubro/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

A **Figura 1** apresenta a fotografia “*Cores do Auroras*”, de Ana Elita Andrade Manso, vencedora do 1º Concurso *Olhares sobre a UNILAB*. A imagem ilustra a paisagem do campus Auroras, localizado no município de Redenção/CE, evidenciando a materialidade do espaço universitário e sua inserção no território. Para além de uma representação estética, a fotografia permite refletir sobre o campus como um espaço de encontro entre diferentes histórias, nacionalidades e experiências afro diaspóricas, em uma cidade cuja memória oficial da abolição convive com práticas contemporâneas de exclusão racial.

A UNILAB está instalada em dois estados brasileiros, Bahia e Ceará, respectivamente nos municípios de São Francisco do Conde (BA), Redenção (CE) e Acarape (CE). Integram diretamente o projeto institucional os países Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Essa configuração reforça o caráter internacional da universidade, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios de permanência estudantil em cidades do interior nordestino, historicamente desassistidas por políticas públicas estruturantes.

Figura 3 – Vista do Campus dos Palmares, Acarape/CE.



Fonte: Site da UNILAB (s.d.). Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/nossos-campi/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

A **Figura 2** apresenta a fachada principal do campus dos Palmares, localizado no município de Acarape/CE. O próprio nome do campus carrega um forte simbolismo político, pois foi inaugurado em 20 de novembro de 2012, data que marca o Dia Nacional da

Consciência Negra, em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares (UNILAB)¹⁴. Todavia, assim como em Redenção, o simbolismo institucional contrasta com a realidade vivida pelas estudantes, sobretudo mulheres negras, que enfrentam diversas formas de violência racial e de gênero no cotidiano fora dos limites da universidade.

Diante desse cenário, emerge o questionamento que orienta esta pesquisa: onde está o respeito para que o afroafeto aconteça? A formulação dessa pergunta não é apenas retórica, mas nasce da observação empírica das experiências vividas por mulheres negras estudantes da UNILAB/CE, que lidam diariamente com o racismo, a xenofobia e a misoginia em seus trajetos entre casa, universidade e cidade.

O conceito de afroafeto (Marta Quintiliano, 2019) assume, nesse contexto, centralidade analítica. Entendido como um conjunto de práticas de acolhimento, escuta, partilha, ancestralidade e cuidado coletivo, o afroafeto ultrapassa o âmbito do afeto individual ou do amor romântico-sexual, configurando-se como uma política de permanência acadêmica. Trata-se, simultaneamente, de um gesto cotidiano e de uma estratégia política de sobrevivência e resistência, construída coletivamente por mulheres negras em contextos marcados pela colonialidade.

Como afirma Audre Lorde (2023, p. 123), “quando um povo compartilha uma mesma opressão, certas habilidades e defesas conjuntas são desenvolvidas”. Nesse sentido, as redes afroafetivas criadas pelas mulheres negras *Unilabianas* constituem respostas concretas às violências estruturais enfrentadas, possibilitando a permanência no ensino superior e a construção de identidades coletivas.

Efetivamente, de acordo com os dados ofertado pelo Relatório da Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECRAGI) da UNILAB, no período de 2020 a 2025, as mulheres negras/os¹⁵, representam 33,92% do total de discentes matriculadas/os nos cursos de graduação do campus Ceará. Na pós-graduação, esse percentual chega a 30,59% (UNILAB, 2025). Em ambas as categorias, trata-se do grupo majoritário, o que reforça a relevância de pesquisas que articulem gênero e raça no contexto da UNILAB.

¹⁴Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/nossos-campi/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

¹⁵Nos dados da UNILAB, há a separação entre “pardo” e “negro”, embora, no contexto brasileiro, tais categorias se articulem. Enquanto “preto” e “pardo” são classificações de cor/raça adotadas pelo IBGE, “negro” é compreendido como categoria político-racial que as agrega. Neste trabalho, adota-se o termo “negra/o”, considerando, conforme Sueli Carneiro (2011, p. 67), que “pardo” pode operar como forma de diluição da identidade racial negra. No entanto, reconhece-se que essa questão é atravessada por disputas e especificidades contextuais. Compreendendo as categorias raciais como construções históricas e sociais, classificações intermediárias podem constituir formas situadas de pertencimento racial (Munanga, 1999). No contexto da UNILAB, marcado pela presença de estudantes africanas/os, tais classificações tornam-se ainda mais relativas, uma vez que sujeitos lidos como negros no Brasil podem ser percebidos como brancos em outros contextos, evidenciando o caráter relacional das identidades raciais.

Entretanto, no que se refere ao corpo docente, não há disponibilização de dados institucionais com recorte racial, o que impede uma análise mais precisa sobre a presença de mulheres negras nesses espaços, especialmente na pós-graduação. Essa ausência de informações constitui uma limitação relevante, na medida em que dificulta a identificação de possíveis desigualdades raciais na composição do quadro docente. Nesse sentido, a inexistência de dados sistematizados sobre raça/cor pode ser compreendida como um entrave à produção de diagnósticos mais aprofundados e à formulação de políticas institucionais voltadas à equidade racial no ensino superior.

Dessa forma, esta pesquisa delimita-se à análise das trajetórias e das redes de afroafeto de mulheres negras¹⁶ estudantes da graduação e da pós-graduação da UNILAB/Ceará. A escolha das interlocutoras não ocorre de forma aleatória, mas a partir de vínculos afetivos e de amizade construídos ao longo da vivência institucional da pesquisadora, possibilitando um ambiente de confiança e conforto para a partilha de narrativas pessoais.

Certamente, o mapeamento das diferentes redes de afroafeto (Marta Quintiliano, 2019) permite problematizar o que significa ser mulher negra, afrodiaspórica e estudante em uma universidade pública situada em territórios marcados por desigualdades históricas. As trajetórias analisadas revelam desafios relacionados ao gênero, à raça, à nacionalidade e à classe, ao mesmo tempo em que evidenciam estratégias coletivas de enfrentamento e pertencimento.

O sentido de pesquisar trajetórias articula-se à simbologia africana *adinkra*¹⁷, *Sankofa*¹⁸, de origem akan, que significa o retorno ao passado para adquirir conhecimento e orientar o presente (Elisa Larkin Nascimento, 2008). Voltar às histórias vividas pelas mulheres negras *Unilabianas* constitui, assim, uma possibilidade de autoconhecimento, construção identitária e elaboração coletiva de futuros possíveis.

¹⁶Na UNILAB há 6 nacionalidades (Angolanas, Brasileiras, Cabo-verdianas, Guineenses, Moçambicanas e São-Tomenses) que são visualizadas como negras, mas, por se tratar de culturas diversas e até mesmo costumes, este trabalho visou trabalhar com o conceito de intraseccionalidade (Raquel Lima, 2022).

¹⁷Os *adinkras* são ideogramas e símbolos gráficos, com diversos significados e sentidos, constitui uma arte de Gana (Elisa Larkin Nascimento, 2008).

¹⁸Há dois ideogramas que trazem o mesmo simbolismo, um há um pássaro ou uma galinha com o corpo para frente e a cabeça virada para trás, pode ser visualizado tanto com o bico aberto para uma semente, como, sem a semente. No outro é a estilização (abstração) do pássaro, sendo a união de dois pássaros, formando um coração.

Figura 4 – Símbolo Sankofa (adinkra).



Fonte: Site Segredo do Mundo (2021). Disponível em:
<https://segredosdomundo.r7.com/sankofa-significado-simbolo/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

A escolha do campo de pesquisa também se fundamenta em vínculos físicos, afetivos e institucionais. As relações afroafetivas construídas no cotidiano acadêmico atravessam a experiência da pesquisadora e orientam a produção do conhecimento, conforme aponta Peti Mama Gomes (2016), ao afirmar que o verdadeiro respeito nasce do interesse mútuo pelo conhecimento daqueles que compartilham o mesmo espaço-tempo.

Entretanto, essa escolha não ignora as violências presentes nos territórios. Em Acarape, não há delegacia; em Redenção, existe apenas um posto da Polícia Civil, sem equipamentos especializados para denúncias de violência de gênero ou racismo. Durante o trabalho de campo, observou-se a recorrência de denúncias não solucionadas, o que gera descrédito institucional e silenciamento das vítimas (Ana Reginaldo, 2025).

O trabalho tem como objetivo central analisar como é ser mulher negra estudante na UNILAB/CE, e como objetivos específicos busca descrever e analisar as trajetórias dessas mulheres; problematizar como é ser mulher negra, diaspórica, estudante na UNILAB e mapear as diferentes redes de afroafeto das estudantes negras *Unilabianas*.

Então, a pesquisa ancora-se em uma concepção de identidade como processo relacional e histórico. Conforme Stuart Hall (2006), a identidade costura o sujeito às estruturas sociais, articulando dimensões subjetivas e objetivas. Nesse sentido, as narrativas das mulheres negras revelam encruzilhadas identitárias marcadas pela racialização, pela migração e pela experiência universitária.

Dialogando com Conceição Evaristo (2018), a escrita dessas histórias aproxima-se da *escrivência*, ao narrar experiências reais, atravessadas por dores, resistências e desejos de dignidade. Além disso, o trabalho se fundamenta nas contribuições de Neusa Santos Souza (2021), ao compreender a raça como construção social e ideológica, que organiza hierarquias e distribui posições na estrutura das classes brasileiras.

Também, pensando no campo, na maior parte do tempo não me sentia em um espaço suscetível ao racismo, sou uma mulher negra, uma parda de pele clara forasteira urbana residindo em uma cidade interiorana de maioria negra¹⁹, nos municípios de Redenção/CE e Acarape/CE, o “ser negro” permeia diferentes formas e ações, para além das teorias étnico raciais e da negritude. No Brasil há uma construção social-racial, do que é ser negro/negra, além de uma questão de fenótipo, mas como escreve Neusa Santos Souza (2021, p. 48), “raça aqui é entendida como noção ideológica, engendrara como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes [...] raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social”. Ou seja, é preciso o tempo todo se reafirmar negra/o, mesmo que o fenótipo determine sua identidade, porque se há uma ação de afirmação, então é porque há uma negação. No contexto *Unilabiano* é possível perceber que muitas/os estudantes saem do seu país/local de origem e procuram a partir de identidade semelhante grupos que fortaleçam o seu pertencimento, por isso, devido há esse envolvimento comunitário e afetivo, há uma sensibilidade para perceber os problemas e desafios de quem está ao nosso redor.

Por fim, ao contextualizar a UNILAB como um espaço atravessado por disputas históricas, raciais e territoriais, evidencia-se que as trajetórias de mulheres negras estudantes não podem ser compreendidas de forma isolada, mas em articulação com as condições institucionais e sociais que estruturam suas experiências. Nesse sentido, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva interseccional, conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), e decolonial, em diálogo com Grada Kilomba (2019), buscando compreender como gênero, raça, classe e nacionalidade se entrecruzam na produção dessas trajetórias. A interdisciplinaridade é, portanto, mobilizada como uma encruzilhada de saberes (Tonet, 2013), articulando diferentes campos do conhecimento. A partir dessa contextualização, o próximo tópico apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, detalhando as estratégias de produção e análise das narrativas das interlocutoras.

1.3. Caminhos metodológicos: as mulheres negras *Unilabianas* no centro

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por compreender que as trajetórias, os afetos e as experiências vividas pelas mulheres negras estudantes da UNILAB/CE não podem ser apreendidos por métodos quantitativos ou estatísticos. A escolha pela pesquisa qualitativa possibilita uma escuta sensível das narrativas, permitindo compreender sentidos, percepções e estratégias construídas no cotidiano acadêmico e para além dele.

¹⁹De acordo com IBGE, nos últimos dados de 2022, há 11.532 pessoas negras residindo no município de Acarape/CE, logo, sendo 82,21% da população. Já em Redenção (CE), esse número chega a 83,99%.

O tipo de pesquisa selecionado é a pesquisa narrativa, compreendida como um método que reconhece as mulheres negras como sujeitas produtoras de conhecimento, e não como meros objetos de análise. Nesse sentido, dialoga-se com Grada Kilomba (2019), que, em *Memórias da Plantação*, transforma o espaço empírico e teórico em um lugar de reconhecimento e enunciação das experiências negras. A pesquisa também se fundamenta na história oral, entendida como um instrumento fundamental para acessar memórias, experiências e saberes historicamente silenciados. Conforme Conceição Evaristo (2011), a memória constitui um meio de salvaguardar a tradição e compreender as culturas africanas e suas ramificações diaspóricas, especialmente no campo da oralidade.

As interlocutoras são mulheres negras matriculadas nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Humanidades, no campus Ceará da UNILAB, abrangendo estudantes nacionais e internacionais. Durante a pesquisa foram realizadas 7 entrevistas, com estudantes matriculadas entre os anos de 2020 e 2025, contemplando tanto ingressantes quanto aquelas em fase de conclusão do curso. Dentre essas, 6 entrevistas foram selecionadas para compor o corpus analítico desta dissertação, considerando critérios de consistência narrativa e adequação aos objetivos da pesquisa.

Os critérios de inclusão consideram a autodeclaração como mulher negra e a condição de estudante regularmente matriculada na instituição. Essa escolha visa captar experiências plurais de pertencimento e permanência acadêmica, refletindo a diversidade diaspórica que caracteriza a UNILAB.

Para fins de organização e transparência metodológica, apresenta-se a seguir uma tabela síntese com informações gerais sobre as interlocutoras da pesquisa, cujos nomes fictícios foram escolhidos por elas mesmas, de modo a preservar o anonimato.

Tabela 1 – Caracterização das interlocutoras da pesquisa

Nome Fictício	Curso	Nacionalidade	Semestr e quando realizou a entrevista	Idade	Autodeclaração	Orientação Sexual	Mãe	Duração de Entrevista
<i>Carolina</i>	Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU)	Brasileira	4º	36	Preta	Hétero	Sim	56 min

<i>Chiziane</i>	Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU)	Africana ²⁰	4º	25	Preta	Hétero	Não	35 min
<i>Lucau</i>	Licenciatura em Pedagogia	Africana	5º	28	Preta	Hétero	Não	34 min
<i>Marielle</i>	Bacharelado em Enfermagem	Brasileira	5º	21	Parda	Pansexual	Não	44min31seg
<i>Okinka Pampa</i>	Pedagogia	Africana	5º	25	Preta	Hétero	Não	98 min
<i>Siura</i>	História	Africana	5º	28	Preta	Hétero	Não	68 min

Fonte: elaborada pela autora, 2026.

Embora a pesquisa dialogue com estudantes de diferentes nacionalidades, o foco analítico não está na nacionalidade em si, mas na experiência de ser mulher negra estudante da UNILAB. No caso das estudantes internacionais, considera-se também o período anterior à chegada ao Brasil, tendo em vista os deslocamentos, reconfigurações e possíveis tensões decorrentes do encontro com um novo contexto social e institucional, bem como das expectativas construídas sobre o país. Conforme apontam Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva (2021), muitas mulheres africanas se frustram ao confrontar os imaginários prévios sobre o Brasil com as experiências concretas vivenciadas no cotidiano. Assim, a diversidade de nacionalidades é mobilizada não para homogeneizar experiências, mas para evidenciar diferenças, aproximações e a construção de um espaço comunitário e afetivo entre mulheres negras em um contexto afro-diaspórico.

A produção de dados foi realizada por meio de entrevistas abertas, orientadas por um roteiro semiestruturado (Apêndice B), permitindo que as interlocutoras conduzissem suas narrativas a partir de suas próprias experiências. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas mediante consentimento, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), transcritas integralmente e anonimizadas.

A anonimização foi garantida por meio da escolha de nomes fictícios pelas próprias interlocutoras, assegurando o sigilo e a confidencialidade das participantes, conforme as normas do Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB (Anexo A). Os arquivos de áudio e as transcrições foram armazenados em formato digital seguro, com acesso restrito à pesquisadora e à orientadora.

²⁰Embora a categoria “Africana” não deva ser utilizada como nacionalidade, nesta pesquisa utiliza-se essa terminologia por questões éticas e de proteção das interlocutoras, devido aos diversos casos de perseguições às/aos estudantes africanas/os.

Como complemento às entrevistas, durante os anos 2024 à 2026 foram observados eventos públicos, grupos de pesquisa, projetos de extensão, coletivos e associações. A escolha dessas frentes justifica-se por sua atuação direta nas interseccionalidade de gênero, raça, nacionalidade e diáspora, tais como: Grupo Uniculturas, Projeto de Extensão *Lélia Gonzalez, Presente!*, Programa de Educação Tutorial (PET), Time de Futebol Guineense e o Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab (MMU/UNILAB). Esse procedimento possibilita articular as narrativas individuais às práticas coletivas observadas no cotidiano universitário, revelando as estratégias de resistência e pertencimento que emergem desses diferentes espaços.

Destaca-se a *escrevivência* (Conceição Evaristo, 2009), como um eixo metodológico central desta pesquisa. Trata-se de uma escrita que parte da experiência vivida, mas que se constrói de forma dialética e coletiva (Bárbara Carine, 2025). Então, apresento essa escrita rompendo com o fazer metodológico padronizado da terceira pessoa, quando escrevo sobre “ser mulher negra estudante da UNILAB/CE”, também me colocando dentro da pesquisa.

Essa proximidade com o campo possibilita uma compreensão mais profunda das experiências narradas, mas exige constante atenção reflexiva para evitar vieses interpretativos. Nesse sentido, a pesquisa reconhece seus dilemas éticos, especialmente por abordar temas sensíveis como racismo, gênero, diáspora e violência. As estratégias adotadas: anonimização, sigilo dos dados, consentimento informado e transcrição fiel das falas visam preservar a integridade das interlocutoras.

Para isso, a pesquisa utiliza a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica central, dialogando com autoras como Carla Akotirene, 2023; Kimberlé Crenshaw, 2002; Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021).

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero existe que se dê atenção às várias formas pelas quais os gêneros [se intersecciona] com uma gama de outras identidades e ao modo pela qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres (Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 174).

Articula-se ainda o conceito de intraseccionalidade, conforme proposto por Raquel Lima (2022), para dar conta das diferenças internas à categoria “mulher negra”, considerando aspectos como cultura, etnia, nacionalidade, classe e cor.

A possibilidade de utilizar a interseccionalidade como ferramenta metodológica é, por sua vez, uma das conquistas para quem realiza a pesquisa dentro do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) ou até mesmo, em qualquer curso da UNILAB. Um método capaz de

percebermos entre prática e teoria que corrobora com a proteção das estudantes negras dentro do ensino superior.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Carla Akotirene, 2023, p. 43-44).

Por ora, é uma ferramenta crucial dentro da pesquisa, sabendo que no campo do gênero, raça, nacionalidade, classe... e outras identidades que saem do individual para o coletivo, que se cruzam no sentido de proporcionar um movimento de pertencimento, pois, “o foco no eu, em sua totalidade, proporciona um impulso importante ao empoderamento individual e coletivo” (Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021, p. 210).

A pesquisa também incorpora procedimentos da etnografia, entendida como um conjunto de técnicas voltadas à compreensão de valores, práticas sociais e modos de vida (Marina Marconi; Eva Lakatos, 2017). A observação do cotidiano acadêmico e dos arredores da universidade, nos municípios de Redenção e Acarape, contribui para compreender os comportamentos afroafetivos, os desafios de pertencimento e as dinâmicas de permanência no ensino superior.

Além disso, utiliza-se a análise documental, a partir de dados institucionais fornecidos pela UNILAB, como o Relatório da Secretaria de Registro Acadêmico, Arquivo e Gestão da Informação (SECragi, 2025), obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

Esses registros, devidamente autorizados eticamente e cobertos também por autorização do Comitê de Ética e Pesquisa²¹, oferecem informações complementares sobre trajetórias acadêmicas e redes de afroafeto, contribuindo para a consistência e profundidade da análise. Esses registros, devidamente autorizados eticamente e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (ver Anexo A), oferecem informações complementares sobre trajetórias acadêmicas e redes de afroafeto, contribuindo para a consistência e profundidade da análise.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, organizando as narrativas em categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa, tais como: trajetórias acadêmicas, desafios vivenciados na UNILAB, estratégias de permanência e práticas de afroafeto. Essa abordagem permite identificar padrões e singularidades, articulando experiências individuais e dinâmicas coletivas.

²¹Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 85247624.2.0000.5576.

Nesse sentido, esta pesquisa se orienta a partir de um conjunto de questões centrais: como é ser mulher negra, estudante e afro diaspórica na UNILAB/CE? Quais experiências, desafios e estratégias são compartilhados entre mulheres de diferentes nacionalidades? De que modo o afroafeto é compreendido, vivido e mobilizado no cotidiano acadêmico? Ao ingressarem na universidade, essas mulheres encontram redes de acolhimento e pertencimento? Em quais situações o afroafeto se manifesta como prática concreta de cuidado, resistência e permanência?

É a partir desses questionamentos que o trabalho se estrutura, buscando evidenciar as múltiplas formas de fortalecimento, resistência e (re)existência produzidas por mulheres negras no interior da UNILAB, bem como as encruzilhadas que atravessam suas trajetórias acadêmicas, identitárias e afetivas.

1.4. Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em setes sessões. A primeira seção, de caráter introdutório, apresenta o percurso histórico que antecede a criação da UNILAB, contextualizando a pesquisa a partir das cidades de Redenção/CE e Acarape/CE, bem como os caminhos metodológicos adotados. Na segunda seção, “O afroafeto como epistemologia e política de permanência”, desenvolve-se o referencial teórico do trabalho, discutindo o afroafeto como prática comunitária incorporada no saber-fazer das atividades feminizadas de cuidado, epistemologia negra em ato e estratégia política de permanência no ensino superior.

A terceira seção, “Ser mulher negra estudante na UNILAB/CE: interseccionalidade e desafios”, analisa as experiências das mulheres negras no espaço universitário a partir de uma abordagem interseccional, considerando os atravessamentos de raça, gênero, nacionalidade e território, tanto nos ambientes acadêmicos quanto no contexto sociogeográfico de Redenção/CE e Acarape/CE. Em continuidade, a quarta seção, “A experiência da diáspora e sua influência na identidade e na trajetória acadêmica”, reflete sobre os deslocamentos diaspóricos e seus efeitos na constituição identitária e acadêmica das estudantes, compreendendo a UNILAB como uma encruzilhada afro-identitária marcada por múltiplas diásporas negras.

A quinta seção, “Trajetórias de vida e formação acadêmica das mulheres negras *Unilabianas*”, dedica-se à análise das trajetórias das interlocutoras, desde seus contextos de origem e experiências educacionais anteriores até as motivações para a escolha da UNILAB e os impactos das políticas afirmativas em suas permanências acadêmicas. Por fim, a sexta seção, “As redes afroafetivas como política de permanência”, examina empiricamente as

redes de apoio, cuidado e pertencimento construídas pelas estudantes, evidenciando o afroafeto como uma força coletiva fundamental para a superação de desafios e para a produção de sentidos de pertencimento no espaço universitário.

Na conclusão, sétima seção, retomam-se os principais achados da pesquisa, articulando-os às questões iniciais e apontando as contribuições do afroafeto enquanto categoria analítica, política de permanência e possibilidade de produção de saberes negros e afrodiaspóricos no contexto da universidade pública.

2 O AFROAFETO COMO EPISTEMOLOGIA E POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Nesta seção, dialogo diretamente com a formulação do conceito de afroafeto elaborada por Marta Quintiliano (2019), reconhecendo sua autoria e centralidade para a emergência dessa categoria no contexto da UNILAB. O afroafeto, tal como proposto por Quintiliano (2019), nasce da observação sensível das dinâmicas comunitárias negras, indígenas e quilombolas na universidade e da identificação de práticas coletivas de cuidado, solidariedade e pertencimento que sustentam trajetórias acadêmicas negras.

Ao mesmo tempo, assumo explicitamente que esta dissertação não se limita à reprodução desse conceito, mas realiza um movimento de apropriação crítica, ampliação analítica e reinscrição empírica do afroafeto. A partir das experiências vividas, das observações etnográficas e das articulações teóricas aqui desenvolvidas, proponho compreender o afroafeto como uma epistemologia situada e como uma política de permanência, ultrapassando sua definição inicial como vínculo identitário ou prática afetiva comunitária.

Sempre que o texto se apoiar diretamente na formulação de Marta Quintiliano (2019), essa referência será indicada. Quando houver deslocamento conceituais, articulações inéditas ou interpretações próprias, essas posições serão marcadas discursivamente, de modo a tornar explícita a autoria analítica desta pesquisa.

Esta seção tem como objetivo analisar o afroafeto como uma epistemologia situada e como uma política de permanência construída a partir das vivências de mulheres negras na UNILAB/CE. O conceito de afroafeto, conforme formulado por Marta Quintiliano (2019), emerge da observação sensível das dinâmicas comunitárias negras no espaço universitário e refere-se a práticas coletivas de cuidado, solidariedade, reconhecimento e pertencimento, que sustentam trajetórias acadêmicas e subjetivas em contextos marcados pelo racismo estrutural e institucional.

Partindo dessa formulação, nesta dissertação defendo que o afroafeto não deve ser compreendido apenas como prática relacional ou expressão afetiva, se não também como modo de produzir conhecimento, tecnologia comunitária de cuidado e prática político-educativa. Essa interpretação analítica não desloca a centralidade da contribuição de Marta Quintiliano (2019), mas a reinscreve em diálogo com outras tradições epistemológicas e com os dados empíricos produzidos ao longo da pesquisa.

Considerando a própria constituição da UNILAB enquanto universidade internacional e intercultural e atravessada por múltiplas matrizes epistemológicas, reconheço a presença de estudantes indígenas e de saberes originários nesse espaço. Ainda que o foco analítico desta

dissertação sejam as experiências de mulheres negras, o diálogo com autoras indígenas é mobilizado de forma situada, assim como Marta Quintiliano (2019) elaborou na sua pesquisa sobre “as redes afro-indígenas afetivas”, ou seja, é uma estratégia de reflexão ética e política sobre os afetos, sem diluir a especificidade histórica, política e epistemológica do afroafeto enquanto categoria forjada a partir da experiência negra em diáspora.

A análise é organizada em três tópicos. No primeiro, “Afeto, Comunidade e Descolonização”, discute-se o conceito de afeto de maneira ampliada, articulando bases filosóficas e epistemológicas que permitem compreendê-lo como ação, potência e força coletiva. A partir de autoras e autores como Spinoza (2025), bell hooks (2021), Sara Ahmed (2015) e Geni Núñez (2023), a seção apresenta uma crítica às noções individualistas e romantizadas do afeto, situando-o como fenômeno político e descolonial.

Em seguida, no subtópico “Ancestralidade e Comunidade Afro-Diaspórica”, o texto explora como práticas de cuidado, escuta e solidariedade inscritas em tradições africanas e afro-diaspóricas, como a filosofia *Ubuntu*, a ética comunitária discutida por Sobonfu Somé (2003) e as reflexões de Audre Lorde (2023) sustentam modos de viver e conviver que fortalecem a permanência acadêmica. Aqui, o afroafeto é compreendido como herança, memória e continuidade, articulando trajetórias individuais às redes históricas de apoio e interdependência que constituem a experiência negra na diáspora.

Por fim, em “Afroafeto: Conceito, Prática e Permanência Acadêmica”, a seção apresenta manifestações cotidianas dessa prática entre estudantes da UNILAB, reunindo narrativas e observações etnográficas que evidenciam como esse cuidado se materializa em redes, coletivos, amizades, rituais comunitários e gestos de acolhimento. A partir desses relatos, argumenta-se que o afroafeto se constitui como força política e estratégia de sobrevivência, capaz de produzir pertencimento, diminuir vulnerabilidades e sustentar trajetórias acadêmicas que, historicamente, foram marcadas por desigualdades estruturais.

Embora esta seção dialogue diretamente com experiências empíricas e dados etnográficos, ele não se configura como uma seção de resultados, mas como um espaço de elaboração conceitual situado. As experiências aqui mobilizadas não aparecem como ilustração, mas como fundamento epistemológico para a formulação do afroafeto enquanto categoria analítica e política.

Assim, a seção busca demonstrar que o afroafeto é uma epistemologia negra situada²², que não se limita a uma prática relacional ou emocional, mas opera simultaneamente como forma de conhecimento, prática comunitária e gesto político insurgente. Ao produzir sentidos de pertencimento, cuidado e sustentação mútua, o afroafeto atua como uma agência, e permanência que fabrica mundos possíveis para mulheres negras na universidade, tensionando as lógicas individualistas, meritocráticas e racializadas que estruturam o espaço acadêmico. Na concepção Spinoza de potência de agir (Spinoza, 2025; Deleuze; Guatarri, 2011) e nas perspectivas feministas negras e afro-diaspóricas que compreendem o afeto como prática coletiva e política (hooks, 2021; Lorde, 2023; Quintiliano, 2019). Desse modo, o afroafeto é entendido como agência comunitária capaz de produzir mundos, sustentar existências e fortalecer trajetórias acadêmicas.

2.1. Afeto, Comunidade e Descolonização

Pesquisar e problematizar a afetividade constitui um exercício teórico complexo, uma vez que o conceito de afeto comporta múltiplas interpretações, disputas epistemológicas e tradições analíticas distintas. No âmbito desta pesquisa, opto por não reduzir o afeto ao campo do amor, seja ele romântico ou não, ainda que ambos se relacionem em determinadas circunstâncias. Essa distinção é fundamental para evitar leituras reducionistas que limitam o afeto a um enquadramento exclusivamente privatizado ou romantizado, que esvaziam o potencial político do afeto.

É necessário considerar que os afetos operam em registros diversos, podendo ser compreendidos como afetos alegres ou tristes, conforme produzem aumento ou diminuição da potência de agir dos sujeitos. Assim, reduzir o afeto a uma “caixinha” normativa, associada apenas ao cuidado, ao amor ou a harmonia, constitui um equívoco no conteúdo analítico, pois desconsidera seu caráter relacional, ambivalente e político.

Nesse debate, as contribuições de Sara Ahmed (2015) permitem compreender os afetos como orientações que circulam socialmente e produzem alinhamentos políticos. Para a autora, os afetos não residem apenas nos sujeitos, mas aderem a corpos, objetos e ideias, organizando pertencimentos e exclusões (Sara Ahmed, 2015). Ao problematizar o amor como

²²Frequentemente, na estrutura da divisão sexual do trabalho, as mulheres negras assumem o protagonismo nas atividades de cuidado, resultando em uma sobrecarga física e simbólica sobre seus corpos. O objetivo deste estudo é apresentar o papel do afroafeto no cotidiano acadêmico na contribuição da permanência de mulheres negras, portanto, é persistente problematizar a persistente atribuição do papel de cuidar e nutrir ao gênero feminino. Lélia Gonzalez (2020) afirma que a mulher negra é visualizada como um corpo que trabalha e é superexplorado.

afeto político, a autora demonstra que ele pode operar como tecnologia normativa, exigindo adesão a determinadas ideias de comunidade, nação ou convivência.

Ao dizer que emoções criam os efeitos de um fora e um dentro, não estou simplesmente afirmando que são psicológicas e sociais, individuais e coletivas. Meu modelo recusa a abreviação do “e”. Em vez disso, sugiro que as emoções são cruciais para a constituição do psíquico e do social como objetos, um processo que propõe que a “objetividade” do psíquico e do social é um efeito, mais que uma causa. Em outras palavras, as emoções não estão “no” indivíduo nem “no” social, mas produzem as mesmas superfícies e limites que permitem que o individual e o social sejam delineados como se fossem objetos. Minhas análises demonstrará como as emoções criam as superfícies e limites que permitem que todo tipo de objetos sejam delineados. Os objetos da emoção adquirem forma como efeitos da circulação (Sara Ahmed, 2015, p. 34-35 tradução nossa).

Essa formulação desloca a compreensão dos afetos de uma lógica interiorizada para uma perspectiva relacional e constitutiva, na qual as emoções não apenas refletem as estruturas sociais, mas contribuem na produção dos limites entre sujeito, corpo e coletividade. Assim, o amor não se apresenta como oposto automático da violência, mas pode funcionar como dispositivo que legitima hierarquias, silenciamentos e a exigência de assimilação daqueles considerados “outros”.

Assim, não é que os sentimentos compartilhados implicam sentir o mesmo sentimento, nem um sentir-em-comum, sugiro que o que circula são os objetos da emoção, e não as emoções em si. Meu argumento explora como é que as emoções se movem por meio do movimento ou circulação dos objetos, que se tornam “pegajosos”, ou saturados de afeto, como lugares de tensão pessoal e social. Depois de tudo, as emoções estão em movimento, mesmo que não apenas se movam entre nós. Vale lembrar que a palavra “emoção” vem do latim *emovere*, que faz referência a “mover, deslocar”. Claro, as emoções não são apenas movimento, também são sobre vínculos, ou sobre o que nos liga com isto ou aquilo. A relação entre movimento e vínculo é instrutiva. O que nos move, o que nos faz sentir, é também o que nos mantém em nosso lugar, o que nos dá um espaço para habitar. Portanto, o movimento não separa o corpo do “onde” em que habita, mas que conecta os corpos com outros corpos: o vínculo acontece através do movimento, ao ser (com)movido pela proximidade de outros. O movimento pode afetar os outros de formas diferentes: como sugiro ao longo deste livro, as emoções podem implicar “(com)mover-se” para alguns, exatamente porque outros foram marcados como “possuidores” de certas características. A circulação dos objetos da emoção envolve a transformação dos outros em objetos de sentimento (Sara Ahmed, 2015, p. 35-36 tradução nossa).

Essa perspectiva permite compreender que os afetos não se disseminam de forma homogênea, mas se organizam a partir de relações de poder que determinam quais corpos, histórias e experiências se tornam mais ou menos “pegajosos”²³. Desse modo, a circulação afetiva produz pertencimentos, exclusões e hierarquizações, sendo central para a compreensão do afeto como campo de disputa política.

²³Sara Ahmed utiliza a noção de “pegajoso” (*sticky*) para se referir ao modo como certos corpos, imagens ou ideias passam a concentrar afetos ao longo do tempo. Não se trata de uma propriedade natural, mas de um efeito da circulação: afetos se acumulam, aderem e produzem vínculo, tensões e rejeições, fazendo com que alguns objetos carreguem mais peso emocional do que outros (Sara Ahmed, 2015).

Essa leitura é fundamental para esta dissertação, pois evita a romantização do afeto e permite situar o afroafeto não como um ideal abstrato ou moralizante, mas como uma prática situada de cuidado e resistência que emerge das experiências negras em contextos marcados pela exclusão racial e institucional. Os afetos não circulam de forma homogênea: eles se organizam a partir de relações de poder que tornam determinados corpos e experiências mais ou menos “afetáveis”, mais ou menos reconhecidos.

Nesse sentido, a compreensão dos afetos a partir da filosofia de Spinoza (2025) oferece contribuições fundamentais para pensar o afeto como algo que atravessa os corpos, produzindo efeitos concretos nas relações e nas formas de existência. Para o autor, os afetos não são estados interiores ou meramente subjetivos, mas modos pelos quais os corpos são afetados nas relações que estabelecem, estando diretamente vinculados à potência de agir.

Em *Ética*, Spinoza (2025, parte III, definição 3) define os afetos como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. Assim, os afetos expressam variações na potência dos corpos em interação, permitindo compreender como determinadas relações ampliam possibilidades de vida, enquanto outras produzem restrições, sofrimento ou diminuição da capacidade de existir.

Essa formulação desloca o afeto de uma leitura moral ou individualizante e o inscreve no campo das relações, oferecendo uma base conceitual potente para pensar práticas afetivas como forças que produzem modos de viver, resistir e permanecer em contextos sociais específicos.

Infelizmente, no senso comum e em parte das leituras contemporâneas, o afeto é frequentemente associado de forma quase exclusiva ao amor romântico. Portanto, o afeto ultrapassa esse enquadramento restritivo, uma vez que se manifesta em múltiplos espaços e relações, como no convívio familiar, nas amizades, nos coletivos políticos, na escola e na universidade. Dessa forma, o afeto não pode ser compreendido como monopolizado por relações monogâmicas ou conjugais, mas como a dimensão constitutiva da vida social

Ao refletir sobre o amor como um dos afetos socialmente mais valorizados, bell hooks (2021) contribui de maneira significativa ao compreendê-lo como uma prática ativa, e não apenas como sentimento abstrato ou espontâneo. Para a autora, seria mais fácil aprender como amar se, desde o início, já conceituarmos a definição de amor de uma forma partilhada e ética. Conforme afirma bell hooks, “a palavra ‘amor’ é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se

pensássemos o amor como uma ação” (bell hooks, 2021, p. 41). Ou seja, amar implica fazer, tocar, sustentar e experimentar, sempre em relação com outras e outros.

O afeto, conseqüentemente, pode ser compreendido tanto em registros positivos quanto negativos, uma vez que, em seu sentido mais literal, ele nos afeta. Tanto o afeto quanto o amor assumem significados diversos a depender do contexto histórico, cultural e relacional em que se manifestam. Nesta dissertação, aproximo essas formulações de epistemologias africanas, quilombolas e indígenas, comprometidas com a descolonização dos afetos (Geni Núñez, 2023) e das relações.

Nas epistemologias indígenas e quilombolas, é possível identificar concepções de afeto que privilegiam a dimensão comunitária e relacional da vida. Conforme problematiza Geni Nuñez (2023), por que apenas os relacionamentos que têm vínculo sexual e/ou romântico são considerados relações? Ou seja, apesar da autora estar analisando as diferentes formas de relações, sejam elas não monogâmicas ou não, sua reflexão permite questionar o reducionismo que enquadra o afeto exclusivamente dentro de uma norma romântica-sexual-monogâmica.

Por isso, a autora afirma:

Penso que o caminho da descolonização precisa ter sempre em perspectiva o acolhimento das nossas vulnerabilidades. Esse acolhimento, por sua vez, demanda um trabalho coletivo, não apenas individual – por isso é necessário que todas as lutas caminhem juntas (Geni Nuñez, 2023, p. 111).

A partir dessas reflexões, compreende-se que a *descolonização dos afetos* exige o reconhecimento da vulnerabilidade como dimensão compartilhada e politicamente situada, demandando práticas coletivas de cuidado, escuta e sustentação mútua. Esse entendimento constitui uma base fundamental para a formulação do afroafeto como categoria analítica, a ser aprofundada nas seções seguintes.

2.2. Ancestralidade e Comunidade Afro-Diaspórica

A filosofia *Afrikana* insere-se no horizonte da descolonização epistemológica, uma vez que, a partir da descolonização dos saberes, torna-se possível a desconstrução dos paradigmas que sustentam a existência humana (Bárbara Carine, 2021). Ademais, essa desconstrução também se ancora na filosofia *Ubuntu*²⁴ – uma filosofia ética e ontológica dos povos bantu – cujo princípio fundamental pode ser sintetizado na expressão “eu sou porque nós somos”, que afirma a centralidade da relação e da coletividade na constituição do sujeito.

²⁴Segundo Mogobe B. Ramose (1999, p. 1): “*ubuntu* é a raiz da filosofia africana”.

De acordo com o filósofo Mogobe B. Ramose, “um dos primeiros princípios da ética *ubuntu* é a libertação do dogmatismo. É flexibilidade orientada para o equilíbrio e para a harmonia no relacionamento entre seres humanos, e entre os últimos e o mais abrangente ser-sendo ou natureza” (Ramose, 2002, p. 4). Ou seja, a ética *ubuntu* afasta-se de princípios morais rígidos e universalizantes, priorizando uma orientação relacional e contextual, na qual a ação ética é avaliada a partir de sua capacidade de promover harmonia, equilíbrio e coexistência entre os sujeitos e a natureza.

A prioridade das relações entre seres humanos e natureza encontra-se ligada à ancestralidade, compreendida como fundamento da vida comunitária:

A essência da comunidade e do indivíduo pertencente a ela é determinada pela ancestralidade, esta se caracteriza como um princípio histórico que incorpora as regras da vida material e imaterial, pois a concepção do universo é constituída do mundo visível e invisível, regendo todas as estruturas dinâmicas da sociedade, representando também a preservação de costumes, da tradição. Ancestralidade é uma raiz sentimental, que recria, atualizando-se na universalidade, a partir de um contexto, manifestando-se nos costumes e tradições, com grande aporte na memória grupal e individual, suas manifestações materiais e imateriais, especialmente no seu fortalecimento pela identidade e preservação, integração, sua cultura (Adilbênia Machado, 2011, p. 206).

Dentro de uma perspectiva filosófica *Afrikana* e *Ubuntu*, o sujeito é sempre compreendido como coletivo, sendo a comunidade como fundamento da existência; parte-se do entendimento de que a identidade se constrói em um movimento de fora para dentro²⁵, isto é, a partir das relações comunitárias. Nessa direção, a comunidade pode ser “compreendida como uma ética do cuidado, por ser uma filosofia da ação, uma prática comunitária em torno do bem-viver, da relação com a natureza, da sacralização do corpo, das nossas sabedorias ancestrais e da escuta sensível” (Adilbênia Machado, 2019, p. 70).

Dialogando com essas formulações, interpreto a comunidade como tecnologia de cuidado, capaz de sustentar a vida frente às violências estruturais. bell hooks (2021) afirma que, para assegurar a sobrevivência do ser no mundo, mulheres e homens se organizam coletivamente, uma vez que a comunidade alimenta a vida e constitui o principal espaço de aprendizagem do amor. Enquanto, Sobonfu Somé (2007) destaca a importância da existência de círculo de confiança, nos quais o sentimento de pertencimento é fortalecido e sustentado.

Conforme, Sobonfu Somé (2007) o objetivo da comunidade é assegurar que cada membra e cada membro sejam escutadas/escutados e possam contribuir com o cuidado

²⁵A compreensão da identidade como algo constituído nas relações é central à filosofia africana, conforme Ramose (2002), a existência do ser sempre em relação aos outros/comunidade. Essa perspectiva dialoga com autoras como Judith Butler (2025), Stuart Hall (2006a), Patricia Hill Collins (2019) e Grada Kilomba (2019), que enfatizam a constituição social, histórica e relacional do sujeito. Em contraste a abordagens individualistas que tendem a compreender a identidade como “dentro para fora”. Para exemplo de identidades em trânsito “fora-para-dentro” ver cap. 4 desta dissertação.

coletivo, pois, sem essa contribuição, a comunidade morre, enfraquece-nos, assim tornando-nos pessoas vulneráveis. Assim, a comunidade, a partir de uma afro-perspectiva, pode ser compreendida como uma tecnologia de escuta, capaz de sustentar, acolher e ouvir, operando por meio de uma política e de uma ética do cuidado que não se baseiam em uma matriz individualista.

Nesse debate, Audre Lorde (2023) nos ensina a refletir sobre a necessidade de aprender a ser amáveis umas com as outras, transformando o amor entre mulheres negras em um hábito político, especialmente porque esse amor nos foi historicamente negado e roubado. Para a autora, o amor entre mulheres negras configura-se como uma prática possível de sobrevivência, na medida em que o afeto (amor) opera como forma de resistência às múltiplas violências que nos atingem. Nesse sentido, o cuidado entre *irmãs outsiders* não é apenas um gesto íntimo, mas uma tática de vida, capaz de transformar as relações em chaves de contra-poder:

É na interdependência de diferenças mútuas (não dominantes) que se encontram a segurança que nos permite submergir no caos do conhecimento e retornar com as verdadeiras visões do nosso futuro, acompanhadas pelo poder simultâneo de realizar as mudanças capazes de fazer nascer esse futuro. As diferenças são a bruta e poderosa conexão da qual o nosso poder pessoal é forjado. Como mulheres, fomos ensinados a ignorar nossas diferenças, ou a vê-las como causas de desunião e desconfiança, em vez de encará-las como potenciais de mudança. Sem comunidade não há libertação, apenas o mais vulnerável e temporário armistício entre uma mulher e sua opressão. No entanto, comunidade não deve implicar um descarte de nossas diferenças, nem o faz de conta patético de que essas diferenças não existem (Audre Lorde, 2023, p. 137).

A partir dessa formulação, o amor e o cuidado entre mulheres negras podem ser compreendidos como práticas ético-políticas, nas quais a diferença deixa de ser um fator de fragmentação para se tornar condição de possibilidade da construção coletiva e da resistência às violências estruturais.

As comunidades afro-diaspóricas e originárias podem ser identificadas como espaços fundamentais de construção de pertencimento, a exemplo dos saberes quilombolas, indígenas e de outros corpos coletivos, nos quais a ancestralidade opera como um princípio organizador das relações e do modo de cuidar. Como exemplo das éticas comunitárias do cuidado, destaca-se a noção de Axé, presente em cosmologias afro-brasileiras – especialmente de matriz iorubá –, compreendida como força vital que circula entre pessoas, corpos, territórios e relações. No livro “Pensar Nagô”, Muniz Sodré (2017) afirma que o Axé não é uma propriedade individual, mas uma energia relacional, produzida e renovada no convívio e na vida comunitária. Nesse mesmo diálogo, Leda Maria Martins (2021) em sua obra “Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-território” enfatiza que a ancestralidade,

ao operar por meio da oralidade, do corpo e do rito, sustenta práticas de cuidado e continuidade da vida, nas quais o afeto (amor) e a responsabilidade coletiva são centrais. Essas formulações evidenciam que o cuidado, nesses contextos, não se limita à dimensão privada, mas constitui uma prática ético-política de manutenção e fortalecimento da comunidade.

Nessa perspectiva, ao se tratar de um debate racial e feminista, o gesto político de *aquilombar-se* adquire densidade teórica e histórica, remetendo à compreensão por Beatriz Nascimento (2021), para quem o quilombo ultrapassa sua dimensão territorial e passa a significar o próprio povo negro, seus modos de existir, de se associar e de resistir.

Nesse sentido, o Afroafeto apresenta-se como um conceito interligado à filosofia *Afrikana* e à ontologia comunitária da ancestralidade. Conforme afirma Marta Quintiliano (2019) o afroafeto está ligado à aceitação, à disposição para a solidariedade e ao reconhecimento político das opressões enfrentadas coletivamente, constituindo-se como um vínculo identitário e uma rede de fortalecimento. Nesta dissertação, aprofundo essa formulação ao compreender o afroafeto não apenas como expressão afetiva/amorosa (afro-amor), mas como um agente condutor de permanência, especialmente no contexto da universidade. Desse modo, o afroafeto emerge como uma prática ético-política de cuidado, pertencimento e resistência, articulada à ancestralidade e à comunidade afro-diaspórica.

2.3. Afroafeto: Conceito, Prática e Permanência Acadêmica

Nesta pesquisa, defendo que o afroafeto opera como uma política informal, porém potente, de permanência acadêmica. Ele se materializa nas práticas cotidianas de cuidado, escuta, partilha e reconhecimento construídas por mulheres negras no espaço universitário, funcionando como uma infraestrutura comunitária que sustenta trajetórias marcadas por múltiplas vulnerabilidades.

Ao dialogar com Marta Quintiliano (2019), reconheço que o afroafeto emerge da convivência entre corpos negros em diáspora. Contudo, avanço analiticamente ao interpretá-lo como epistemologia, isto é, como modo legítimo de produzir conhecimento a partir da experiência vivida, da relação e do cuidado. No contexto da UNILAB, essas práticas se manifestam em gestos ordinários: a escuta atenta, o compartilhamento de informações acadêmicas, o apoio emocional em momentos de crise, a construção de redes de solidariedade. Embora pouco reconhecidos institucionalmente, produzem efeitos profundos na sustentação das trajetórias acadêmicas.

Marta Quintiliano identificou o afroafeto a partir de sua primeira visita à UNILAB/CE, quando afirma que, “após os dias de reflexão e amadurecimento vivenciados na UNILAB, a palavra afroafetos começou a povoar minha mente e os meus textos imagéticos” (Marta Quintiliano, 2019, p. 31-33). A formulação da autora evidencia que o afroafeto nasce da experiência vivida, da observação das dinâmicas comunitárias e da convivência entre corpos em diáspora, especialmente em um espaço universitário atravessado por múltiplas desigualdades.

Nesse sentido, o afroafeto amplia a potência de agir dos corpos negros, constituindo-se como uma epistemologia relacional que emerge da convivência, da ancestralidade e da vida em comunidade. Ele é percebido nas práticas cotidianas de cuidado, escuta, acolhimento e solidariedade (tanto dentro ou fora do campo universitário) como força coletiva que sustenta a permanência, trajetórias acadêmicas e o pertencimento negro.

É importante destacar que o afroafeto se insere no campo das práticas afetivas amorosas, sem se confundir com uma idealização do amor ou com sua redução a um afeto puramente positivo. Contudo, não se trata de uma romantização do afeto, mas de reconhecê-lo como forma legítima de produção de conhecimento, uma vez que as relações construídas em comunidades que acolhem amorosamente também operam como epistemologias situadas.

Nesse sentido, bell hooks afirma que:

É o amor que estabelece as bases para a construção de uma comunidade com estranhos. O amor que criamos em comunidade permanece conosco aonde quer que vamos. Orientados por esse conhecimento, fazemos de qualquer lugar um local em que podemos regressar ao amor (bell hooks, 2021, p. 176).

A partir dessa perspectiva, o afroafeto pode ser compreendido como uma prática que transforma a universidade – historicamente excludente – em um espaço possível de retorno simbólico ao cuidado, ao reconhecimento e à dignidade, ainda que de forma parcial e constantemente tensionada.

Assim, as redes de afroafeto ultrapassam a ideia de afeto como gesto pontual – um abraço ou um encontro festivo ao final de semana. Conforme aponta Marta Quintiliano (2019), os coletivos negros, compreendidos aqui como grupos afroafetivos, exercem um papel fundamental no âmbito acadêmico e psicológico das intuições. Historicamente ocupados por pessoas brancas, de classe média e alta, esses espaços tendem a reforçar práticas de individualismo, competitividade e meritocracia, tornando as redes afroafetivas fundamentais para a permanência e o cuidado coletivo de estudantes negras/negros.

Pesquisas desenvolvidas no âmbito da própria UNILAB também têm evidenciado como as experiências corporais, raciais e afetivas atravessam a permanência e a produção de

conhecimento no espaço universitário. Nesse sentido, defendo que o trabalho de Ezequiel Nunes de Lima (2020) contribui para compreender a universidade a partir das vivências concretas de sujeitos racializados, tensionando os modos institucionais de existência e aprendizagem. Ao analisar o trabalho de conclusão de curso: “Jornalistas Pretas e Pretos: (RE)construir lugares seguros para o fortalecimento de redes de apoio, redes de resistências e redes de afroafetos”, o autor evidencia que os afetos, longe de constituírem uma dimensão secundária da experiência acadêmica, operam como forças que organizam pertencimentos, exclusões e possibilidades de permanência (Ezequiel Lima, 2020). Essa leitura dialoga com a noção de afroafeto desenvolvida nesta dissertação, ao reforçar a centralidade das relações, dos corpos e das experiências vividas na construção do cotidiano universitário.

Uma outra expressão prática do afroafeto pode ser observada na sororidade²⁶, compreendida como rede de cuidado, acolhimento e sustentação mútua. Nas vivências negras, a sororidade ultrapassa a dimensão da amizade, configurando-se como ato político de enfrentamento ao racismo, ao machismo, à misoginia e ao isolamento social imposto às mulheres negras em espaços institucionais, conforme Sueli Carneiro:

A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc (Sueli Carneiro, 2011, p. 91).

As percepções sobre o afroafeto no cotidiano universitário são vivenciadas tanto dentro quanto fora desse espaço institucional. A UNILAB funciona como ponto de partida e encontro dessas bases comunitárias (Ana Reginaldo, 2024). Durante meu período como bolsista de iniciação científica, ao pesquisar o pertencimento de mulheres negras na universidade, realizei uma análise etnográfica em um casamento bissau-guineense fora do contexto universitário. Foi uma cerimônia religiosa católica, onde o evento incorporava diversos elementos culturais tradicionais guineenses.

apesar de não ser um ambiente universitário, ali estava vários amigas/os e colegas da universidade e o que mais me chamou a atenção foi a união por parte de todo mundo da organização e convidadas/os, por mesmo não sendo parte da família da noiva e noivo, fizeram aquele momento único e lindo, pelo simples fato de fazer uma parte de uma comunidade unida e essa característica torna uma grande família, percebendo que ali podemos contar com todas/os para qualquer coisa (desde o luto ao nascimento de uma criança) (Ana Reginaldo, 2024, p. 6).

²⁶Sororidade é a solidariedade e irmandade entre mulheres, desde o apoio, acolhimento e até mesmo a luta coletiva dentro do movimento feminista.

Outra situação que ilustra de forma concreta a operacionalização do afroafeto no cotidiano acadêmico pode ser observada nas dinâmicas que atravessam a maioria dos projetos de extensão, pesquisa e os coletivos de modo geral da UNILAB/CE. Deste modo, destaca-se a experiência vivenciada ao longo de quase quatro anos no projeto Gêneros e Feminismos em África Global²⁷, como um espaço privilegiado de manifestação do afroafeto. Durante esse período, tornou-se possível perceber que o compartilhamento estabelecido no interior do projeto extrapolavam os conteúdos programáticos acadêmicos e as demandas de pesquisa. As reuniões configuraram-se também como espaços legítimos de acolhimento, nos quais as integrantes podiam expressar livremente seus cansaços, inseguranças e experiências de violências (simbólicas e institucionais) vivenciadas em sala de aula.

Inicialmente éramos estudantes em início de graduação, atravessadas pelo receio de como a professora-orientadora poderia interpretar momentos de conversa que fugiam à rigidez acadêmica tradicional, nossas “tagarelices” ou “fofocas”. Com um tempo, no entanto, percebemos que ali era um ambiente seguro de escuta coletiva, no qual cada narrativa era acolhida sem julgamentos, interrupções ou hierarquias, possibilitando a constituição de uma irmandade afroafetiva.

Nesse contexto, gestos aparentemente simples – como a correção coletiva de trabalhos acadêmicos, o apoio na elaboração de trabalhos de conclusão de curso (TCC), a colaboração em seminários, o compartilhamento de questões da vida pessoal e, inclusive, o acompanhamento de acontecimento afetivos importantes, como um noivado – configuram práticas de cuidado que extrapolam a dimensão da amizade individual. Trata-se de um cuidado que se sustenta na reciprocidade, na identificação racial, feminista, político e no compromisso²⁸ ético com a permanência umas das outras no espaço universitário.

²⁷Destaco isso também na seção 3 desta dissertação.

²⁸Embora este trabalho conte com uma seção específica de agradecimentos, registro, também nesta nota, o reconhecimento à Profa. Natalia Cabanillas, cujo compromisso feminista e pedagógico tem se expressado no acolhimento, escuta e na formação de mulheres na UNILAB/CE.

Figura 5 – Foto coletiva do projeto *Gêneros e Feminismos em África Global*.



Fonte: *Gêneros e Feminismos na África Global*, Natalia Cabanillas (Coord.), Editora Appris, 2025, p. 41.

Todos esses momentos vivenciados no interior do projeto evidenciam que o afroafeto não se manifesta apenas em situações extraordinárias ou ritualizadas. Ao contrário, ele se constrói na repetição cotidiana de práticas de apoio mútuo, operando como uma verdadeira tecnologia comunitária de enfrentamento às violências institucionais e como uma estratégia concreta de permanência acadêmica para mulheres negras.

Essas práticas afroafetivas produzem um deslocamento significativo na compreensão do sucesso e da permanência acadêmica. Ao invés de serem interpretadas exclusivamente como resultados do esforço individual, essas conquistas passam a ser entendidas como construções coletivas, sustentadas por vínculos que redistribuem o peso das exigências institucionais. Permanecer na universidade deixa de ser apenas uma realização pessoal e passa a ser um feito comunitário, tecido por relações que possibilitam a continuidade da formação acadêmica em contextos adversos.

No âmbito acadêmico, o afroafeto também reconfigura as relações de ensino e aprendizagem. Em coletivos estudantis, projetos de extensão e grupos de pesquisa, as hierarquias tradicionais tendem a ser tensionadas, abrindo espaço para formas mais horizontais de circulação do conhecimento. A experiência vivida, marcada por raça, gênero e território, passa a ser reconhecida como fonte legítima de saber, contribuindo para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça racial e a transformação social.

Do ponto de vista subjetivo, o afroafeto opera como mecanismo de reparação simbólica, possibilitando experiências de pertencimento e dignidade. Defendo, a partir desta

pesquisa, que essas experiências são centrais para a produção de conhecimento, pois não há neutralidade possível quando corpos negros são sistematicamente deslegitimados no espaço acadêmico.

Nesse horizonte, o afroafeto pode ser compreendido como uma prática que se produz no encontro dos corpos, nas alegrias compartilhadas e nas invenções cotidianas que tensionam as formas instituídas da universidade. Em diálogo com cartografias produzidas no contexto da UNILAB, destaca-se a pesquisa *Por uma alegria como máquina de guerra*, de Jair Luid Oliveira dos Santos (2025)²⁹ que compreende a experiência universitária como um campo atravessado por afetos, encontros e movimentos de criação coletiva.

Ao afirmar que é “no registro dos corpos, dos encontros e das alegrias que se dança que se pode ouvir, com mais clareza, o ritmo de uma universidade por vir” (Santos, 2025, p. 40), o trabalho desloca a universidade do campo do projeto normativo para o da alegria em ato, entendida como força inventiva e política. Nessa perspectiva, a universidade não se apresenta como algo a ser implementado, mas como uma composição sempre inacabada, produzida nos encontros, nas danças e nas marcas afetivas que permanecem nos corpos.

Leio essa formulação como profundamente articulada à noção de afroafeto desenvolvida nesta dissertação, na medida em que compreende os afetos não como adorno da experiência acadêmica, mas como condição de possibilidade para a permanência, a invenção do comum e a produção de outros modos de habitar a universidade.

Por fim, é importante ressaltar que o afroafeto não deve ser romantizado nem compreendido como solução suficiente para as desigualdades estruturais da universidade. Ele não substitui políticas públicas de permanência, ações afirmativas ou transformações institucionais profundas. Contudo, sua existência evidencia tanto as falhas do sistema quanto a potência criativa das comunidades negras em produzir estratégias de cuidado, vida e continuidade. Geni Núñez (2023), ao discutir a descolonização dos afetos a partir da perspectiva guarani, nos alerta para a necessidade de romper com a vergonha de precisar de outras/os. Circular o cuidado é, portanto, um gesto de reparação histórica, pois a autonomia se constrói na interdependência descolonial e na redistribuição coletiva do cuidado. O afroafeto, assim, configura-se simultaneamente como prática de resistência cotidiana, denúncia das violências estruturais e anúncio de outros modos possíveis de habitar e permanecer no espaço universitário.

²⁹Pesquisa que tem como base teórica Spinoza (2025), Deleuze e Guattari (2011).

3 SER MULHER NEGRA ESTUDANTE NA UNILAB/CE: INTERSECCIONALIDADE E DESAFIOS

Em continuidade às discussões desenvolvidas na seção anterior, especialmente no que se refere ao afroafeto enquanto prática política, comunitária e estratégia de permanência acadêmica, esta seção³⁰ debruça-se sobre as experiências de mulheres negras estudantes da UNILAB, no Ceará, a partir de uma abordagem interseccional. Parte-se do entendimento de que a permanência no ensino superior não se restringe a condições materiais ou institucionais isoladas, mas é atravessada por relações de poder que articulam raça, gênero, etnia, classe social, nacionalidade, orientação sexual e território.

Ancorado nos aportes do feminismo negro e da interseccionalidade (Kimberlé Crenshaw, 2002; Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, 2021; Carla Akotirene, 2023), a seção compreende que as experiências das mulheres negras no espaço universitário não podem ser analisadas de forma fragmentada ou universalizante. Ao contrário, tais experiências são produzidas na encruzilhada de múltiplas opressões estruturais – racismo, patriarcado, capitalismo e cisheteronormatividade – que incidem de maneira particular sobre os corpos negros femininos, sobretudo em contextos marcados pela colonialidade do saber e pela desigual distribuição do reconhecimento epistêmico (Aníbal Quijano, 2005; Grada Kilomba, 2019; Sueli Carneiro, 2011).

Logo, a UNILAB, enquanto projeto político-pedagógico voltado à integração internacional, à interiorização do ensino superior e à valorização de epistemologias afro-diaspóricas, constitui-se simultaneamente como espaço de possibilidade e de contradição. Se, por um lado, representa uma ruptura parcial com o modelo tradicional de universidade brasileira, historicamente elitista e brancocêntrico, por outro, não está imune às dinâmicas de exclusão, violências simbólicas e hierarquias raciais e de gênero que estruturam o campo acadêmico (Lélia Gonzalez, 2020; bell hooks, 2024a; Grada Kilomba, 2019).

A partir dessa perspectiva, esta seção busca problematizar os principais desafios enfrentados pelas mulheres negras para permanecer, existir e produzir conhecimento na UNILAB, considerando tanto os ambientes acadêmicos quanto o contexto socioterritorial em que a universidade se insere, especialmente nos municípios de Redenção/CE e Acarape/CE. Compreende-se que tais territórios não são neutros, mas carregados de historicidades

³⁰Esta seção foi originalmente escrito em formato de artigo científico com o título: “Ser mulher negra estudante na Unilab/CE: interseccionalidade e desafios” publicado na revista *Em Perspectiva*, da Universidade Federal do Ceará (UFC), v. 11, 2025. DOI: 10.36517/[ep.vi.96659.2025](https://doi.org/10.36517/ep.vi.96659.2025). Tendo sido posteriormente adaptado, ampliado e integrado à presente dissertação. Sua inclusão justifica-se pela relevância analítica para os objetivos da pesquisa, motivo pelo qual parte da estrutura e da redação preserva características das normas editoriais do periódico, sem prejuízo à coerência e à organicidade do trabalho.

coloniais, disputas simbólicas e narrativas raciais que impactam diretamente as vivências das estudantes, em especial das mulheres negras brasileiras e das estudantes internacionais africanas.

A organização da seção segue três movimentos analíticos. No primeiro tópico, “Eu e a UNILAB: uma *escrevivência*”, apresenta-se uma narrativa autoetnográfica que evidencia como as trajetórias individuais são atravessadas por estruturas coletivas de desigualdade, violência e resistência. No segundo tópico, “A interseccionalidade das mulheres negras *Unilabianas*”, discute-se o conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta teórico-metodológica, articulando dados institucionais, entrevistas, notas de campo e experiências coletivas das estudantes. Por fim, o terceiro tópico, “Desafios nos ambientes acadêmicos e no contexto geográfico da UNILAB/CE”, analisa as tensões vivenciadas dentro da universidade e nos territórios de Redenção/CE e Acarape/CE, evidenciando como o racismo, o sexismo e a xenofobia extrapolam os muros institucionais e afetam os corpos, as subjetividades e as condições de permanência das mulheres negras.

Assim, ao dialogar diretamente com a seção anterior, esta seção reafirma o afroafeto, a comunidade e as redes de apoio como respostas políticas às violências estruturais, evidenciando que ser mulher negra estudante na UNILAB é uma experiência marcada por desafios, mas também por estratégias coletivas de (re)existência, pertencimento e produção de saberes insurgentes.

3.1. Eu e a UNILAB: uma *escrevivência*

No ano de 2018, conheci a UNILAB a partir de uma palestra na minha escola de ensino médio, consistia em um conteúdo relacionado a questão racial e a apresentação da universidade em si. Desde ali, me surgiu o sentimento de encanto e desejo de ingressar naquela instituição. A partir dali, iniciei minhas pesquisas e desdobramentos de metas para realizar o Enem e, assim, iniciar minha jornada acadêmica e profissional. Infelizmente, naquele ano não consegui a nota suficiente e passei mais um ano me preparando para realizar a prova novamente no ano seguinte, em 2019.

Foi assim, que em 2020, iniciei no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), eram tantas expectativas e sonhos a serem cumpridos, mas, ao mesmo tempo a ansiedade e o medo me atravessaram desde o meu primeiro dia de aula, quando a professora realizou diversas perguntas a turma e eu não sabia como responder, e todo mundo da turma com um nível avançado de repertório acadêmico e social. Me sentia perdida por entender que não fazia parte daquela realidade e que não me sentia pertencente a um grupo de

intelectuais que atinge de forma lenta e com desafios aos corpos periféricos, femininos e negros.

Todo o meu percurso escolar foi constituído por referências de homens, brancos e não-brasileiros (coloquei tudo no masculino, para fazer uma denuncia de como o sistema educacional brasileiro se baseia em padrões masculinos e brancos). Então, há uma expectativa de ingressar em uma universidade de maioria negra, com objetivos de trazer uma reparação histórica, a partir de uma luta firmada do MNU, que há uma trajetória de existência, resistência e de luta que elaborou diversas estratégias para garantir a inserção da população negra às escolas (Jacqueline Costa, 2019).

Porém, mesmo que a construção idealizada da UNILAB seja posta em um discurso de propaganda de “Wakanda” acadêmica, infelizmente ela não está isenta dos percalços dos racismos e das violências (Ana Reginaldo, 2025). E por isso, os desafios para permanecer e conseguir me formar marcaram minha trajetória. Por exemplo, no início da minha graduação eu residia em uma cidade próxima a UNILAB, justamente por não ter condições financeiras para alugar uma casa ou até mesmo me deslocar da minha cidade natal, Fortaleza-CE, para Acarape/Redenção. Morava “de favor” e trabalhava de babá em troca de um salário baixíssimo (se é que posso chamar de salário), me deslocava a partir do ônibus oferecido pela prefeitura da cidade. No segundo dia de aula, fui enxurrada de informações que teria que toda aula realizar xerox dos textos das aulas e se eu não realizasse as leituras teria notas baixas; não sabia o que fazer, porque mal tinha dinheiro para me alimentar, muito menos para realizar diversas impressões (mesmo custando 10 centavos na época). Depois da aula, fui para trás dos Palmares (umas das unidades acadêmica localizada no município de Acarape) e chorei muito, a tristeza dominou meu corpo e só conseguia pensar “como é que eu vou conseguir?”.

Se eu achava que não tinha como piorar, uma semana depois dos inícios das aulas, no período de março, a pandemia foi instaurada no país e minhas aulas foram canceladas determinando paralisação por tempo indeterminado. Os meses foram passando e a dúvida se iríamos continuar ou não estudando já fazia parte do meu cotidiano; nesse meio tempo, voltei a morar na capital, minha cidade, e decidi começar a trabalhar para conseguir me sustentar e foi aí que as aulas voltaram de forma remota e tinha que conciliar trabalho e faculdade.

Foram 2 anos conciliando trabalho, aulas, atividades, estudos e posso afirmar que mesmo sendo remoto me sentia sobrecarregada o tempo todo, os sentimentos de desistir e largar a faculdade estavam comigo todos os dias. E novamente me via não pertencente a esse mundo acadêmico e de produções, todavia, no final do ano de 2021 a gestão da universidade determinou que tínhamos que retornar de forma presencial no mês de abril em 2022.

Eu tinha um sentimento de não pertencimento ao padrão academicista, mesmo eu fazendo parte do centro acadêmico do BHU naquela época e também fazia parte do colegiado do curso. A minha luta ativista não conseguia sumir mesmo ao meio caos da vida trabalhista e acadêmica, porque o meu anseio para o mundo melhor e lutar para causas sociais está abraçada ao que escreve Audre Lorde (2023, p. 166): “não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês”.

Em 2022 saí do emprego e comecei a residir na cidade de Acarape, então, desde lá vivo inúmeras histórias que se eu for narrar e detalhar neste trabalho daria uma trilogia. Porém, nessa *escrevivência* de memórias da minha trajetória *Unilabiana* vou destacar pontos de acordo com os próprios tópicos da minha pesquisa: “ser mulher negra estudante na UNILAB/CE: interseccionalidade e desafios”; “trajetórias de vida e formação acadêmica das mulheres negras *Unilabianas*”; “o afroafeto como política de permanência acadêmica: redes de apoio e pertencimento”.

Quando as aulas retornaram de forma presencial fui convidada a participar do projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, da qual, marcou minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Um grupo com cinco nacionalidades e mulheres poderosas que carregam uma trajetória incrível e todas me atravessam afroafetivamente, pois, nossa convivência contribuiu para formar a mulher que sou hoje. Afirmo que a troca de experiências, ciência, fofocas, risos, choros, etc fez parte de uma estrutura de um “espaço seguro”, porque foram vivências emblemáticas, nossos encontros não tinha rivalidade ou competição para quem produzia mais ou não, era baseado na escuta, acolhimento, afroafeto, partilha e o comprometimento na disponibilidade de contribuir com a pesquisa individual de cada participante, como, no projeto como todo.

Me formei no BHU e em Sociologia, e em 5 anos de duas graduações, especificamente na Sociologia não me senti pertencente a esse enquadramento sociológico de referenciais brancos e de homens cis e héteros; e com o quadro de docentes de maioria masculina³¹. Inúmeras vezes era desafiada por colegas (homens) do curso de que “*você não é uma socióloga*”, “*uma socióloga falando alto assim?*”, “*ah, você até parece com uma, mas, fala demais e nós sociólogos precisamos nos comportar*”. Devido a esses comentários me

³¹De acordo com os dados disponibilizados no site “UNILAB em Números” (UNILAB, 2025), não há a especificação de quantos docentes há por curso, porém, conseguimos visualizar que 40% do IH são de mulheres, sendo 60% de homens”. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibNzcXNmRmMjUtZTBhMC00YWQxLTgyMWItMzlkNDExMjM1MDc2IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 15 jul. 2025.

questionava se aquele espaço epistêmico era de fato para mim, pois, se para minha favela eu falava “*universitária demais*”, na UNILAB era a “*que não sabia falar academicamente, porque usava gírias demais*”. No entanto, não tenho arrependimentos, sinto que consegui fazer minha trajetória marcando e contribuindo com os dois cursos, principalmente com a Sociologia, quando em todas as aulas questionava, criticava e me posicionava, até quando certos docentes insistem até hoje utilizar apenas referenciais de homens, brancos, cis e europeus.

Na minha vivência dentro do curso de Licenciatura em Sociologia, fiz uma disciplina de Pensamento Social Brasileiro, no início com a apresentação do plano de ensino o docente perguntou à turma o que tínhamos achado dos autores [coloco no masculino, pois só há uma autora mulher e a única é branca]; queria questionar o fato de não ter nenhuma mulher negra, mas questionei apenas a falta do autor Abdias Nascimento (1914-2011), cujo é uma das maiores referências para entender sociologicamente a formação do Brasil, e a resposta foi: “*não quis trazer o Abdias, porque quero deixar esse debate para outra disciplina, a Sociologia Étnico-Racial, já que ele debate sobre a questão racial*” [...] a população negra é posta apenas para debates específicos raciais, as mulheres também são postas apenas para debater sobre gênero. Nesse caso, enquanto a branquitude é sempre colocada como dono de saber generalizado e universal (Ana Reginaldo, 2025, notas de campo).

Para nós que somos mulheres negras, pobres, periféricas e lgbs (principalmente feminista e de movimentos sociais) o tempo todo nos é questionado nossa inteligência e estando no ensino superior parecia que eu estava em constante guerra comigo mesma, perdi peso, fiquei doente, me submeti a tantas situações desagradáveis que cheguei ao ponto de cogitar em trancar o curso e o mestrado. Até escutei de uma pessoa próxima que eu sou “*bonita, inteligente, produtiva, organizada, mas, o seus maiores defeitos são de ser maluca, falar demais, feminista e problematizadora*”. Ou seja, tudo bem ser inteligente e bonitinha, mas, agora falar demais, ter uma opinião própria e o poder de se opor a determinadas violências, aí já é demais. Logo, conforme Gloria Anzaldúa escreve: “talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena” (2000, p. 230).

Costumo dizer que estudar na UNILAB e tomar a decisão de residir em uma das cidades que esteja instalada, é perceber que cada momento é vivenciado com mais intensidade, drama e afeto (digo afeto, porque pode nos afetar tanto positivamente, como negativamente). Vivenciei a paralisação devido a pandemia, greve e inúmeras tentativas de paralisações devido aos cortes orçamentários, apesar do pesares, os pilares desta universidade são segurados por nós que tomamos a decisão de sermos compromissadas com a luta antirracista, feminista, decolonial, progressista... Aqui reverencio mulheres e homens de luta que ajudou e ajuda até hoje a manter esse projeto vivo, em especial às professoras do IH.

E dentro desse projeto, conheci o edital do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), e resolvi tentar o edital para ingressar. Confesso que nunca cogitei e me vi sendo hoje uma mestranda...quase mestra, para falar a verdade, quando comentei pela primeira vez com uns amigos do meu bairro em Fortaleza sobre isso, eles não sabiam nem o que significava, mas, se eu conseguisse era porque merecia.

Me assustei com um processo desgastante, com diversas etapas em um período de tempo longo, que demandava paciência e cautela para não ser eliminada pela falta de apenas um documento. Quando finalmente tive a certeza de que seria a mais nova ingressante da pós-graduação, veio à tona um documento assinado pela reitoria da universidade mudando os critérios de matrículas, fazendo com que estivesse com uma matrícula em alguma graduação não poderia se matricular na pós... ou seja, quem mais seria atingido com essa decisão eram estudantes das terminalidades do IH (Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia) e durante esse período eu ainda estava na Sociologia.

Porém, depois de muitas conversas e apelos à coordenação, pró-reitorias e professores preocupadas/os com a nossa situação (éramos 3 estudantes ainda na terminalidade ao ingressar no mestrado). Conscientemente, já tinha ciência da luta que iria enfrentar no programa e nas suas disciplinas, mas, não tinha noção que iria enfrentar intrigas, assédio e humilhações por parte dos docentes (homens).

Bárbara Carine (2025) em seu livro “E eu, não sou intelectual?” contribui de forma positiva e afetivamente na minha trajetória acadêmica e pessoal, principalmente quando escreve e questiona como cogitar um reconhecimento vindo de uma instituição acadêmica, que não reconhece nossa existência como humana justa (Bárbara Carine, 2025). Tendo em vista esse pensamento, recordo-me de duas situações constrangedoras que de forma interseccional me atingiram: a primeira foi em uma apresentação de seminário, onde cada estudante teria que apresentar uma análise do texto e trazer apontamentos que ligasse ao debate racial, ao todo momento o docente me interrompeu, perdi a linha de raciocínio e não consegui concluir minha apresentação, depois disso, um outro colega (branco e homem) fez sua apresentação com a mesma linha de raciocínio e não teve sequer interrupções e ainda foi aplaudido pelo tal professor; a segunda situação, coincidentemente com o mesmo docente, foi em uma outra apresentação de seminário, o objetivo do trabalho era apresentar as obras literárias debatidas durante a disciplina trazendo uma problemática que poderia ou não fazer ligação com a pesquisa pessoal. Antes de iniciarmos a aula, ele me perguntou o que iria apresentar e expliquei de forma resumida, naquele momento, ele questionou sobre meu trabalho e disse: “esse trabalho não faz nenhum sentido e nem faz diálogo com o pensamento

filosófico”, decidi não responder e apenas apresentar, porque, minha vontade era de se retirar da sala e regressar à minha residência, porém, apresentei e depois disso me pediu desculpa pelo equívoco e parabenizou pelo trabalho incrível.

Não posso afirmar, por ora, que todas as trajetórias são atravessadas por violências ou momentos traumáticos, porém, o que me salvou foi o afeto. Não quero romantizar e muito menos trazer um movimento de “positividade tóxica”, porque, tudo o que eu passei durante esses 5 anos na UNILAB caberia em um livro autobiográfico, no entanto, quero destacar o reconhecimento do amor das minhas redes afroafetivas. Visto que, o objetivo deste trabalho é reconhecer essas redes para a continuidade do nosso pertencimento na vida acadêmica, para a construção da nossa vida profissional (ou não).

Concisamente, identifico professoras negras (ou brancas aliadas) que atravessam a nós, estudantes negras *Unilabianas*, principalmente, o reconhecimento do projeto UNILAB, porque, seus pilares africanos, indígena, quilombola, decolonial... trazem aprendizados e transformam pessoas que se permitem viver e respeitar uma educação livre das amarras do patriarcado, racista e brancocêntrico. Metaforicamente falando, apesar de haver diversos espinhos, ainda tomamos atitudes radicais de sangrarmos para (re) existir na UNILAB, até mesmo no pequeno ato na escrita de um trabalho acadêmico com referências negras e de mulheres, logo, deixo minha marca sendo uma cientista rebelde.

3.2. A interseccionalidade das mulheres negras *Unilabianas*

Pensando em uma das agendas centrais dos movimentos de gênero e raça, a permanência no ensino superior constitui um eixo fundamental de análise, especialmente no contexto da UNILAB. Os dados institucionais indicam que, entre 2020 e 2025, as mulheres autodeclaradas pretas e pardas correspondem a 66,50% das matrículas femininas na graduação, ao passo que, no conjunto total do corpo discente, representam cerca de 30% dos estudantes (UNILAB, 2025). A **Tabela 1** evidencia ainda que a universidade é majoritariamente composta por estudantes brasileiros (80,08%), embora mantenha uma presença significativa de discentes internacionais. Esses dados revelam que, embora as mulheres negras ocupem lugar central nas políticas de acesso, persistem desigualdades estruturais relacionadas à raça, gênero e nacionalidade que impactam diretamente suas condições de permanência e experiência acadêmica.

Tabela 2 – Porcentagem de matrículas nos cursos de graduação de estudantes por nacionalidade nos cursos de graduação – 2020 à 2025.

Nacionalidade*	Graduação
----------------	-----------

Angola	498 (6,27%)
Brasil	6.357 (80,08%)
Cabo Verde	2 (0,03%)
Guiné-Bissau	572 (7,21%)
Moçambique	498 (6,27%)
São Tomé e Príncipe	12 (0,15%)

Fonte: elaborada pela autora, com dados do “Relatório SECRAGI - Quantitativos de discentes matriculados – 2020 à 2025”.

*Os dados estão baseados a partir do uso do dispositivo da autodeclaração.

Entende-se a importância dos dados quantitativos para conferir precisão ao argumento acadêmico. A partir do *Relatório SECRAGI – Quantitativos de discentes matriculados (2020–2025)*, observa-se que, entre os/as estudantes internacionais da UNILAB, a autodeclaração racial como pessoas brancas é residual. Do total de 13.463 matrículas de estudantes internacionais no período analisado, apenas 3 registros correspondem a estudantes autodeclaradas/os brancas/os, o que evidencia que a presença internacional na universidade é majoritariamente negra e afro-diaspórica. Por outro lado, chama atenção o número de estudantes internacionais que optam pela categoria “não declarada”, que soma 131 matrículas, indicando possíveis silenciamentos ou ambiguidades no processo de autodeclaração racial.

No que se refere às/aos estudantes brasileiras/os, os dados revelam que muitas pessoas autodeclaradas pardas circulam socialmente como brancas, o que tensiona a leitura direta das estatísticas raciais e impacta a formulação e a efetividade das políticas públicas. Além disso, percebe-se que a maior concentração de estudantes negras/os brasileiras/os encontra-se nos Institutos de Humanidades e Letras³², indicando que a diversidade racial e intercultural não se distribui de forma homogênea entre os diferentes campos do conhecimento na universidade.

Para isso, caminhando pelos corredores da Unidade Acadêmica dos Palmares, me deparei com um cartaz com o seguinte texto: “Machismo, uma sociedade sem machismo é preciso: educação e diálogo; engajamento político; promover o debate público; apoio a organizações e movimentos” A partir disto, em todos os meus dias e anos na UNILAB, nunca escutei, observei ou soube de um coletivo ou um próprio movimento feminista negro, no sentido de acolher e servir como uma comunidade institucional de apoio a todas as dificuldades e desafios. No próprio campo administrativo não há uma secretaria ou um setor específico que lide com os corpos femininos negros, trazendo um sentimento de que o campo

³²Não estou afirmando que não haja nos outros institutos uma integração de fato, mas, é perceptível no cotidiano acadêmico essa predisposição por parte tanto dos discentes quanto dos docentes, na criação e manutenção de um ambiente de troca de saberes entre nacionalidades, maternidade, território, gênero, sexualidade, religião, etnia, idade e principalmente, a raça.

universitário só está disponível para conseguir um diploma, mas nunca pensando nos corpos que a compõem, tornando uma comunidade enfraquecida, por isso, a necessidade de uma perspectiva interseccional no campo acadêmico.

Porém, devo ter um compromisso em reconhecer que há projetos de extensão e pesquisa vinculados à universidade que tem em seus objetivos a colaboração da permanência de mulheres negras, em exemplo, o grupo de extensão “Lélia Gonzalez, presente!” e o projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”. Em especial o projeto de pesquisa, em que faço parte até hoje, devo-me meus sinceros agradecimentos pelo aprendizado baseado no afroafeto e no bem viver das mulheres. Na ocasião, o grupo é composto por mulheres de Angola, Argentina, Brasil, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, a troca de saberes e de trajetórias enriquece e colabora com a nossa permanência e conseguimos perceber e entender que os desafios em ser mulher negra podem ser enfrentados quando nos empoderamos, conforme os ensinamentos de Patrícia Hill Collins (2019) e colocamos no nosso principal objetivo a união feminina. Tanto no projeto de pesquisa, quanto em outros ambientes interno e externo à UNILAB, percebemos a interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito que busca entender como as diferentes formas de opressão se interligam, levando em consideração as diversas identidades que se entrelaçam, como uma encruzilhada e cruzamento. Para Kimberlé Crenshaw (2002), autora que cunhou o termo no seu estudo sobre a discussão de justiça social, as pessoas – principalmente as mulheres negras – não vivenciam as opressões de forma isolada e sim com uma combinação de raça, gênero, classe, sexualidade, espaço geográfico, etc. Conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), significa trazer vários sentidos interseccionais para estudar sobre fenômenos sociais, assim desafiando e transformando as relações de poder que estão vigentes naquele contexto.

Segundo Carla Akotirene (2023), a interseccionalidade é uma sofisticada metodologia proposta por uma intelectual negra. Portanto, o conceito atualmente é estudado e pesquisado por diversas áreas e intelectuais, hoje pode-se afirmar que é um dos mais importantes métodos que envolve uma práxis feminista negra.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Kimberlé Crenshaw, p. 177, 2002).

Patrícia Hill Collins e Silma Bilge escrevem que a interseccionalidade está presente em todas as realidades culturais, sendo assim, escreve que: “a interseccionalidade está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições” (Collins; Bilge, 2021, p. 11). O uso como uma ferramenta para a reivindicação de combate às violências, desigualdades e diversas questões sociais, reivindicando como um projeto político e intelectual, segundo Carla Akotirene (2023, p. 19): “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas”.

A importância de movimentos e coletivos estarem preparados para os corpos das mulheres negras, colabora tanto com a permanência, como na lógica do bem estar coletivo, uma das interlocutoras relatou sobre as expectativas de encontrar um coletivo/grupo que a acolhesse enquanto mulher negra quilombola.

Eu imaginei que quando chegasse na universidade seria uma organização maior e essa questão de, até mesmo o afeto, sabe? Uma ligação familiar assim, só que quando eu entrei na universidade eu vi que a realidade era muito diferente, cada um tinha suas coisas pra fazer e tinha-se já aquela obrigação que a gente tinha de cumprir com as agendas do movimento, independentemente do estado de saúde mental que você tivesse (Marielle, 2 fev. 2024)³³

Não cabe aqui julgarmos ou “crucificarmos” os movimentos e coletivos da UNILAB em si, mas, retorno a urgência política de olharmos para esses grupos com mais cautela e entendemos quem está por trás da liderança. Na ocasião, o grupo em que a interlocutora citou, é majoritário negro e de mulheres que muitas das vezes não tem orçamento, é sucateado institucionalmente, recorrem a apoio de “boca em boca” e correm riscos de sofrerem perseguições políticas dentro da instituição. Quando não temos uma sala para realizarmos reuniões, ou não se tem orçamento para elaboração de eventos, apoio acadêmico e coletivo, não teremos força para continuar e ajudar os nossos. E o resultado é a individualização de tarefas e isolamento por parte das estudantes negras que querem começar no ativismo e não se reconhecem dentro do coletivo; não se sentem inspiradas em continuar com a luta, porque as ativistas mais velhas já estão cansadas.

Um fator “cansativo” também que emerge entre os desafios do ser estudante negra, é o fato de ser mãe (Ana Cunha, 2024), parecerá repetitivo trazer essa pauta, mas, muitas mães recorrem a cuidadoras/babás, grupos de amigas e amigos, ou quando não conseguem precisam

³³Essa entrevista foi realizada no período em que era bolsista de iniciação científica em provação ao Comitê de Ética, o período é poucos meses anterior ao meu ingresso no mestrado, porém, nesse período a pesquisa era voltada especificamente aos desafios na permanência de mulheres negras estudantes da UNILAB, nisso, dei continuidade ao estudo dentro do programa de pós-graduação. Logo, há inúmeros dados coletados que não foram utilizados e é interessante trazê-los, já que o debate é persistente dentro do corpus acadêmico e científico.

levar suas crianças para sala de aula e cumprir seus deveres acadêmicos. Atualmente, já existe um coletivo de mães na UNILAB, onde lutam pela sua permanência e políticas afirmativas, desde a melhoria de auxílio e manutenção de espaços para crianças, como a brinquedoteca³⁴ e escolas creches no período noturno.

Urge questionar como é ser mulher, ou melhor, como é ser mulher negra estudante em uma universidade pública; não encontrando um padrão na categoria, mas uma prática comum que une. A pauta sobre gênero e raça interseccionam, ou melhor, há uma intraseccionalidade (Raquel Lima, 2022), não uma soma nas lutas cotidianas e sim uma construção mútua e coletiva. Para Grada Kilomba (2019, p. 94), “raça e gênero são inseparáveis. Raça não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da raça”. É por isso que não há uma soma de dores ou lutas, e a autora também confirma que “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (Grada Kilomba, 2019, p. 98). Neste trabalho, há o uso da interseccionalidade como método de análise, conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), considera-a como uma ferramenta crítica para desenvolver estratégias em prol da equidade nas universidades, assim como para responder os desafios dentro dos movimentos de gênero, raça e classe. Discussão que será tratada no próximo tópico.

3.3. Desafios nos ambientes acadêmicos e no contexto geográfico da UNILAB/CE

No contexto da UNILAB e das cidades de Redenção/CE e Acarape/CE, os desafios vivenciados pelas mulheres negras não se restringem a um único espaço, mas se produzem na articulação entre universidade e território. As dinâmicas simbólicas, institucionais e relacionais que atravessam esses espaços operam de forma contínua, fazendo com que experiências de exclusão, silenciamento e não pertencimento se manifestem tanto nos ambientes acadêmicos quanto na circulação cotidiana pela cidade. Assim, os efeitos do racismo, do sexismo e da colonialidade não permanecem no plano abstrato das políticas institucionais ou dos discursos oficiais, mas incidem diretamente sobre os corpos, as trajetórias e as experiências das mulheres negras que habitam e atravessam esses territórios, como evidenciam as narrativas apresentadas a seguir.

Como relata a interlocutora Siura:

Já fui vítima de racismo [...] eles mostram bem visível que você não pertence aqui. Você é negra! Você não sabe! Não sabe de quase nada...Porque somos negros... Enfim, [na sala de aula] tem professores que deixam bem a entender, eles tentam disfarçar com algumas palavras bonitas (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

³⁴A brinquedoteca da UNILAB foi inaugurada no ano de 2024.

3.3.1. Nos ambientes acadêmicos

No espaço acadêmico, os desafios e tensões se manifestam de forma concreta, especialmente no interior da UNILAB, tanto nas práticas pedagógicas quanto nas relações de produção do conhecimento. Embora frequentemente apresentadas sob o discurso da neutralidade acadêmica, tais práticas podem operar como formas de violência epistêmica, deslegitimando saberes situados e reforçando hierarquias raciais e geopolíticas do conhecimento.

Nesse sentido, a interlocutora Siura, relata uma experiência que evidencia a apropriação e a distorção de saberes produzidos por estudantes negros no espaço acadêmico:

Uma vez eu fiz uma disciplina em que, na atividade, tínhamos que escolher algo que retratasse um pouco sobre o nosso país. Eu trouxe a questão do cabelo [...] Essa mesma professora levou essa temática para uma palestra, distorceu nossa apresentação e falou sobre o nosso país de forma equivocada. Além de ter se apropriado do meu tema, ela distorceu tudo... Eu fiquei com vergonha e com muita raiva (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

A narrativa revela como o corpo e o conhecimento da mulher negra são frequentemente deslocados da posição de sujeitos epistêmicos para a de objetos de representação, reiterando estereótipos e produzindo sentimentos de deslegitimação intelectual e não pertencimento. Trata-se de um mecanismo que, ao mesmo tempo em que silencia vozes negras, mantém intactas as estruturas de poder que organizam o campo acadêmico.

Durante meu percurso acadêmico, iniciei o estágio docente a convite da professora orientadora na disciplina de Sociedade, diferença e direitos humanos (SDDH)³⁵ – disciplina do primeiro semestre e do núcleo comum da UNILAB –. Durante o início do conteúdo da primeira aula houve uma maior participação de internacionais e homens, ou seja, a sensação que me atravessava era a presença de receio e medo por parte das estudantes mulheres da turma, seja para intervir com comentários da temática política, como das vivências em seus países de origem. Por serem calouras, esse receio aumenta, mas, por outro lado, até que ponto uma aula e seu conteúdo são capazes de produzir um ambiente de segurança e conforto para opinar, tirar dúvidas ou fazer seu posicionamento político.

Em outro momento da aula, houve uma exposição da intelectual Maria da Luz Fonseca de Carvalho (2024), a partir da sua fala, emerge um pensamento de que a UNILAB é um grande quilombo e uma comunidade que apesar de seus inúmeros desafios, é possível *aquilombar-se*, em diálogo com o Quilombismo (Abdias Nascimento, 1980). A partir da apresentação de Fonseca (2024), houve a participação das estudantes mulheres. Então, reitero,

³⁵Vale destacar que a turma em questão (2024.1) era de maioria do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU) e de maioria internacional africana e masculina.

até que ponto dentro do espaço acadêmico é seguro o suficiente para nós mulheres negras nos sentirmos confortáveis para falar, intervir e questionar sobre os temas em sala de aula?

Ademais, qual o papel ou a importância do homem negro em apoiar essas mulheres dentro da academia, não tornando-as como rivais, numa espécie de ambiente dicotômico e binarista, contudo, como aliadas para o fortalecimento no pertencimento da população negra no ensino superior. Até porque, Lélia Gonzalez (2020), já nos alertava em seu ensaio “Por um feminismo afro-latino-americano”, que os homens negros, parceiros de luta e do movimento reproduzem o sexismo do patriarcado, excluindo as mulheres nas decisões dentro do movimento. Logo, é necessário pensar um movimento feminista negro e de empoderamento e que tenhamos também os homens negros como aliados, tanto na luta contra racismo, como no machismo, xenofobia e tantas discriminações que nos atravessam interseccionalmente.

Comparando ao o que foi escrito acima, bell hooks (2024b) em sua obra “O feminismo é para todo mundo”, escreveu um contexto estadunidense, onde “os homens comandavam em qualquer sala de aula. Mulheres conversavam menos, tomavam menos iniciativas e, frequentemente, quando falavam, era difícil ouvir o que estavam dizendo. Faltavam força e confiança na voz delas” (p. 33).

Durante o período de análise etnográfica, houve a percepção de desafios que atravessam nossos corpos, entre eles vão:

- 1) a baixíssima representatividade das mulheres negras na ciência, seja como professoras ou como leituras obrigatórias – desde o Projeto Pedagógico [Curricular] de Curso (PPC) como nas ementas de disciplinas –; 2) a carência de debates sobre as questões étnico raciais em sala de aula (o problema da representatividade epistêmica); 3) a discriminação face a face, e as dificuldades advindas do racismo e machismo estrutural; 4) as consequências racistas das noções meritocráticas que regulam os editais para acesso à auxílios permanência e bolsas estudantis (Ana Reginaldo, 2025, p. 3).

Por ora, ressalvo que ser mulher negra no contexto da UNILAB há diversas nuances e uma delas é a representatividade nos setores administrativos e docência, ou seja, comunidade docente e técnicas administrativas (TAEs). Conforme os dados da universidade (UNILAB, 2025) há 46,62% de professoras e 53,37% de técnicas, porém, não estão disponíveis dados raciais, dificultando uma análise interseccional, até porque “raça e sexo são ambas facetas imutáveis da identidade humana” (bell hooks, 2024a). Porém, se andarmos nos corredores da universidade percebemos explicitamente a discrepância entre os institutos e só conseguimos perceber uma certa “internacionalização” no IH. E se falarmos das TAEs não há NENHUMA pessoa nascida nos países parceiros da UNILAB.

Questiono qual é a intenção de se colocar corriqueiramente de uma universidade com práticas e currículos “decoloniais”, “contra colonial” e “descolonizada”, sendo que na prática

vivenciamos outra dinâmica, se por um lado quando não há referenciais adequados para o grupo ali presente há docentes que se desdobram para inseri-las, por outro lado, quando já está incluso na disciplina e no PPC, há docentes que não trabalham e ainda reluta com estudantes que questionam.

No mais, o que as mulheres negras (sejam discentes e docentes) estão se vinculando aos projetos de pesquisa e extensão da universidade para criarem pontos de refúgio, como por exemplo, o projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, “Kabaz di Terra”, “Uniculturas”, “Lélia Gonzalez, presente!” e entre outros projetos que cabe aqui mencionar a sua relevância e importância para os três eixos do campo acadêmico: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Sucintamente, esses projetos surgem como um ponto de afroafetividade e comunidade que colabora com a permanência no ensino superior, especificamente a UNILAB, pois, não só nos desafios dentro dos muros da universidade, mas, com os desafios e dificuldades vivenciados nas duas cidades-campus, discussão do nosso próximo ponto.

3.3.2. No contexto geográfico: Redenção/CE e Acarape/CE

No final de agosto de 2024, foi instalado na entrada do município de Redenção o letreiro “Redenção: Terra da Liberdade”. A materialidade desse dispositivo urbano expressa, de forma emblemática, o forte investimento simbólico da cidade em uma narrativa identitária ancorada na chamada “abolição legalizada” ou “formalizada”³⁶, frequentemente celebrada como marco fundador do município. Tal narrativa, reiterada no espaço público, produz um sentimento de orgulho local que tende a consolidar uma narrativa histórica homogênea, que transforma a abolição em mito fundador da cidade, obscurecendo o agenciamento de negros e negras, impossibilitando o debate sobre a existência e as permanências do racismo, silenciando as disputas de memória e as violências que seguem estruturando as relações raciais no pós-abolição.

As imagens, monumentos e materiais visuais analisados nesta seção não operam, portanto, apenas como elementos decorativos do espaço urbano, mas como dispositivos pedagógicos e políticos que produzem sentidos, regulam afetos e normalizam hierarquias raciais e de gênero. Conforme argumenta bell hooks (2019), as imagens não são neutras: elas participam ativamente da produção do olhar, educam percepções e contribuem para a naturalização da desumanização dos corpos negros. Nesse sentido, o espaço urbano

³⁶O município de Redenção (CE), carrega este nome por ser a primeira cidade do Brasil a abolir legalmente e formalizar pessoas escravizadas. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 25 fev. 2025.

constitui-se como um território pedagógico no qual se ensinam, de forma reiterada, narrativas sobre pertencimento, valor e humanidade, definindo quem é reconhecido como plenamente humano e quem permanece à margem desse reconhecimento.

Figura 6 – Imagem do Letreiro na entrada do município de Redenção/CE: “Redenção - Terra da Liberdade”.



Fonte: História de Redenção (Facebook, 2024). Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=833821592067764&id=100063197921654&set=a.415203133929614>. Acesso em: 25 fev. 2025.

É justamente a partir dessa contradição entre o discurso público da liberdade e as práticas sociais cotidianas que emerge o sentimento de frustração que atravessa minha experiência enquanto mulher negra pesquisadora e integrante da comunidade acadêmica da UNILAB. No dia 8 de setembro de 2024, durante a final do Campeonato Municipal de Futebol da 2ª divisão de Redenção, realizada com a participação da equipe titular e aspirantes da Seleção da Guiné-Bissau — composta integralmente por estudantes³⁷ da universidade —, tornaram-se evidentes manifestações explícitas de racismo e xenofobia, tanto nas arquibancadas quanto na transmissão do jogo via YouTube³⁸. Nos minutos finais da partida, especificamente no minuto 255 do vídeo da transmissão, registrou-se o seguinte comentário: “você têm que aprender a ser gente, tudo [é racismo é]”.

No contexto de Redenção/CE e Acarape/CE, tais representações visuais atualizam a colonialidade ao inscrever, no espaço público, uma memória seletiva da abolição, dissociada das experiências concretas das populações negras. Lélia Gonzalez (2020) nos alerta que o discurso universalizante da igualdade formal opera como um mecanismo de apagamento das desigualdades estruturais, produzindo a ilusão de uma democracia racial que não se sustenta na vida cotidiana. Desse modo, o letreiro “Redenção – Terra da Liberdade” pode ser lido

³⁷Às vezes contratam jogadores brasileiros para jogos específicos, por exemplo, nesse dia (8 de setembro de 2024), o goleiro do time titular não era estudante e internacional bissau-guineense.

³⁸Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hk3OulDnAbw>. Acesso em: 25 fev. 2025.

como um artefato simbólico de poder que, ao inscrever a liberdade como identidade oficial do município, opera simultaneamente o apagamento das continuidades do racismo e das múltiplas formas de violência que seguem incidindo sobre os corpos negros, em especial sobre os corpos negros femininos que habitam e atravessam esses territórios.

Francisca Nzenze (2024, p. 8) escreve que:

ser negro em África é ser igual aos demais, muito embora sejamos diferentes nas condições econômicas, sociais e culturais. No Brasil, penso que essa questão produz respostas completamente diferentes, uma vez que assumir uma identidade racial resulta de muitas afirmações e negações. Em África, apenas se nasce negro. Aqui, é preciso defender, construir, descobrir o que é ser negro.

Em continuidade desse diálogo, no Brasil, as mulheres negras vivem realidades que vão para além de um movimento de emancipação e direitos iguais, questões pautadas dentro do movimento feministas estadunidense e ocidental/norte global. Essas mulheres vivem o preterimento no trabalho, educação, relacionamentos românticos e afetivos, ademais, há estudos, dados e pesquisas que mostram a disparidade nesses espaços em comparação com mulheres brancas e homens. Conforme Sueli Carneiro (2011, p. 121) escreve: o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres.

E parte desse movimento feminista negra é pautar sobre como nosso corpo está sendo representado, o discurso de ser uma cidade pioneira abolicionista permeia também nos monumentos, e o principal e mais destacado é um dos monumentos de Redenção-CE: uma imagem de uma negra nua de joelhos e reverenciando algo ou alguém por sua “liberdade”. Vale ressaltar que a construção está instalada em frente ao campus da Liberdade/UNILAB, onde todos os dias várias mulheres negras passam ali para embarcar nos ônibus *intercampis*, ir ao restaurante universitário e outras variadas atividades pessoais que não sejam atividades acadêmicas. Vejamos um exemplo de umas das minhas notas de campo:

em uma das minhas observações de campo em agosto de 2024, estava sendo estagiária em uma disciplina do núcleo comum da UNILAB, Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (SDDH), estava havendo uma aula temática. [...] Em um momento da apresentação foi colocado a foto do monumento da Negra Nua, [...] o ministrante questionou a turma o que elas/eles achavam daquela imagem/monumento e qual sentimento surgiu ao vê-la, nisso, umas das estudantes respondeu que ao ver a imagem/monumento: “eu sinto um sentimento de ferimento e estou assustada por ver um corpo de uma mulher negra dessa forma”, outro estudante respondeu: “eu sinto a falta de espírito de humanidade, uma coisa inumana” e mais uma estudante comentou: “isso é um insulto”; todos os três comentários foram de estudantes negras/o e internacionais africanas/os (Ana Reginaldo, 2025, p. 10).

Que movimento desafiador foi em um ato “político” (ou não) construir e colocar a sede uma universidade que faz integração com países Africanos, porque, o uso da imagem de

uma mulher nua revela a audácia do racismo e machismo na sociedade brasileira, utilizando da nudez de uma mulher negra, mostra o poder machista e patriarcal sobre os nossos corpos. Sendo que a nudez de uma mulher negra – seja ela escravizada – na época da colonização servia como um aviso para a sua vulnerabilidade sexual (bell hooks, 2024a). A ideia posta ao monumento é mostrar a adoração e agradecimento pela liberdade, mas, porque deveríamos agradecer por uma liberdade que nos foi tomada? Além disso, o monumento não foi criado ou elaborado por mulheres ou homens negros, ou seja, quem está falando por nós?

De acordo com Vera Rodrigues a personagem do monumento é “vazia de historicidade, de referencial identitário e sentido político. É uma imagem sem nome, sem referências” (2017, p. 75). Ou seja, apenas favorece há um dito popular: “todo mundo é farinha do mesmo saco”, não importa seu nome, origem ou raízes, o que importa é que está sendo dada sua liberdade e torna-o mais importante e benevolente senhor. Sendo assim, de forma ideológica, as mulheres negras estão sendo impactadas com um papel passivo e secundário na história, porque, o que é esperado é a servidão, subserviência e prontidão para cuidar de tudo e todo mundo (Kalina Gondin de Oliveira; Clarice Zientarsk, 2019; Valeska Zanello, 2022).

Nesse mesmo diálogo, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge destacam que “a cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais” (2021, p. 42). No interior dessas dinâmicas, os corpos das mulheres negras passam a ser continuamente avaliados, classificados e hierarquizados a partir de critérios raciais que produzem desigualdades materiais e simbólicas. Os estereótipos que recaem sobre esses corpos tendem a posicioná-los em uma lógica de serviência e subalternização, uma vez que, como afirma Sueli Carneiro (2011, p. 70), “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade”.

É nesse cenário que a **Figura 5** ganha centralidade analítica. O ato político realizado em frente ao Monumento “Negra Nua”, durante a I Marcha Antirracista no município de Redenção/CE, em 2024, tensiona diretamente as formas como o corpo da mulher negra tem sido historicamente representado no espaço público. Ao ocupar o entorno do monumento com corpos, vozes e reivindicações políticas, o ato desloca o sentido passivo e objetificado da imagem, convertendo-a em território de disputa simbólica. Trata-se de uma ação coletiva que rompe, ainda que momentaneamente, com a lógica das imagens de controle, reinscrevendo o corpo negro feminino como sujeito político, produtor de sentido e de resistência.

Figura 7 – Ato político em frente ao Monumento “Negra Nua”, realizado durante a I Marcha Antirracista no Município de Redenção/CE, em 19 nov. 2024.



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

O uso de imagens e monumentos como dispositivos de produção de sentidos não se restringe ao município de Redenção/CE. Em Acarape/CE, ao longo da avenida principal da cidade, observa-se um outdoor de propaganda de uma empresa de gás, no qual se lê a frase “todo brasileiro tem essa chama”, acompanhada da imagem de uma mulher negra. Ainda que a empresa não seja identificada, a intenção analítica aqui não é a denúncia institucional, mas a problematização da forma como a imagem do corpo negro feminino é mobilizada de modo sutil, porém violento, no campo da publicidade. A associação entre o slogan e a figura feminina negra convoca estereótipos historicamente racializados, inserindo esse corpo em uma narrativa que reforça sentidos de exotização, erotização ou instrumentalização simbólica.

Figura 8 – Outdoor localizado na Rua Nila Vasconcelos, em Acarape/CE.

J

Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

O conceito de imagens de controle, desenvolvido por Patrícia Hill Collins (2019) a partir da realidade estadunidense, mostra-se extremamente fecundo para a leitura dessas representações no contexto brasileiro. Segundo a autora, “as imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 151). Ainda que formulado em outro contexto, o conceito encontra ressonâncias evidentes nas realidades de

Redenção/CE e Acarape/CE, onde a circulação reiterada dessas imagens contribui para a naturalização de desigualdades e violências dirigidas às mulheres negras.

Como aponta Winnie Bueno (2020), tais imagens operam produzindo o corpo da mulher negra como “outro”, reforçando fronteiras simbólicas que a separam dos espaços de prestígio, dignidade e reconhecimento. Trata-se de um processo sustentado por instituições, práticas culturais e dispositivos visuais que, ao reiterar estereótipos racistas e misóginos, fortalecem regimes de desumanização. Diante desse cenário, a luta feminista antirracista e antisexistista emerge como prática ética e política fundamental para a construção de espaços seguros, de pertencimento e de cuidado para a população negra, em especial para as mulheres negras.

Ser mulher negra em uma sociedade estruturalmente racista e misógina, como a brasileira, implica enfrentar cotidianamente múltiplas formas de violência simbólica e material. No entanto, como evidenciam as ações coletivas, as leituras críticas das imagens e as disputas no espaço público, esses mesmos territórios também podem se tornar lugares de resistência, reinscrição de sentidos e produção de outras possibilidades de existência.

Com quinze anos de existência, já é possível observar resultados positivos decorrentes dessa cooperação. Ainda assim, nós, estudantes *Unilabianas*, em meio à precariedade, aos inúmeros cortes orçamentários e ao sucateamento da educação, seguimos buscando estratégias de (re)existência dentro da UNILAB. Nossas vozes ecoam nos corredores dos campi na luta pela construção de um ambiente acadêmico comprometido com uma educação baseada na integração, na interculturalidade, no antirracismo, no feminismo e na inclusão.

Logo, esta seção buscou trazer um breve apartado de uma pesquisa maior do programa de pós-graduação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, na qual, tenho oportunidade de entender e compreender juntamente com minha rede de afetos, o que é ser mulher negra estudante da UNILAB, então, no segundo tópico me coloco neste local de sujeito/pesquisadora trazendo minha narrativa como parte da pesquisa, conforme Stephanie Lima (2025, p. 100): “o trabalho acadêmico se torna, nesse sentido, um processo de autorreflexão de suas experiências individuais, assim como o cotidiano dos coletivos, nas trocas com outras experiências”.

Ao me colocar como sujeito-pesquisadora neste trabalho, reconheço que a própria produção de conhecimento por uma mulher negra já constitui um gesto de ruptura. Conforme bell hooks (1995), em *Intelectuais negras*, a presença da mulher negra no espaço acadêmico desafia normas, estatísticas e estereótipos historicamente construídos para silenciar nossas

vozes. Produzir conhecimento, nesse sentido, não é apenas um exercício intelectual, mas um ato político que atravessa o corpo, a experiência e a memória (hooks, 1995).

O aporte da interseccionalidade foi fundamental para compreender como ser mulher negra estudante envolve o cruzamento de múltiplas identidades e opressões. Esses desafios: racismo, sexismo e misoginia se manifestam no cotidiano acadêmico e extrapolam o espaço social em Redenção/CE e Acarape/CE. Este trabalho, portanto, assume um caráter de denúncia e reivindica o fortalecimento das políticas afirmativas, a revisão curricular, a criação de coletivos feministas negros e a institucionalização de órgãos que acompanhem casos de racismo e violência, garantindo a saúde física e mental das mulheres negras na UNILAB.

4 A EXPERIÊNCIA DA DIÁSPORA E SUA INFLUÊNCIA NA IDENTIDADE E NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Esta seção³⁹ tem como principal problema pensar como as experiências diaspóricas, sejam elas compreendidas tanto como deslocamentos migratórios entre países do Palops e Timor-Leste ao Brasil, quanto como um processo histórico-cultural transatlântico; atravessam, (re)configuram e tensionam a identidade e a trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)? Em que medida nacionalidade, raça, gênero e condição de estudante internacionais (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e nacionais (Brasil) interagem nas práticas cotidianas universitárias (acesso/acolhimento, redes de apoio, permanência, desempenho, participação política e cultural, afroafeto), produzindo pertencimentos, discriminações e estratégias de agência?

O objetivo central é refletir teoricamente sobre a experiência da diáspora e seus efeitos na constituição da identidade e trajetória acadêmica dessas estudantes. Para isso, revisamos os conceitos de diáspora (Stuart Hall, 2006a; 2006b; Paul Gilroy, 2012; Achille Mbembe, 2016; Beatriz Nascimento, 2015), identidade (Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, 2020; Lélia Gonzalez, 2020; Oyèrónké Oyěwùmí, 2004) e interseccionalidade (Carla Akotirene, 2023), integrando entrevistas e notas etnográficas coletadas na UNILAB.

Então, a seção está dividida em dois tópicos, sendo o primeiro com título “Movimento diaspórico e identidade em trânsito”, onde, está a discussão dos principais conceitos sobre diáspora e identidade, colocando a UNILAB como campo de análise da diáspora como experiência histórica e acadêmico-migratória, assim como, a relação das estudantes negras *Unilabianas*, com essa identidade em movimento e as negociações de pertencimento. Já no segundo tópico “a UNILAB como encruzilhada afro-identitária”, buscou trazer a missão institucional e o simbolismo dos municípios de Redenção/CE e Acarape/CE, a UNILAB como lugar de encontro das múltiplas diásporas negras, com seus desafios (racismo, xenofobia, gênero, permanência) e as potencialidades das redes de afeto-permanência.

4.1. Movimento diaspórico e identidade em trânsito

Sobre o conceito de diáspora e identidade, precisamos levar em consideração, que o debate em torno do “diaspórico” é no sentido de colocar em destaque o ato de migrar para

³⁹O texto a seguir foi desenvolvido como ensaio acadêmico e publicado no ebook *Ensaio Interdisciplinares em Humanidades – volume IX*, vinculado ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e à UNILAB. Sua inclusão nesta dissertação busca fortalecer o diálogo entre a reflexão crítica e os objetivos centrais da pesquisa. Esta versão apresenta uma ampliação, com novas análises, entrevistas e reflexões, preservando o conteúdo central, mas ajustando a forma e a organização ao formato acadêmico do trabalho.

questões acadêmicas, conforme escreve Stuart Hall “diáspora não nos remete para as tribos dispersas cuja identidade só pode ser garantida na relação com uma qualquer pátria sagrada a que têm, a todo o custo, de regressar, mesmo que isso signifique empurrar outros povos para o mar” (2006b, p. 33). Ou seja, a diáspora não deve ser compreendida apenas como falta ou saudade de uma pátria perdida, que exige retorno físico, pelo contrário, deve ser vista como um espaço de criação de novas identidades, múltiplas conexões e pertencimentos, sem precisar expulsar ou negar outros povos⁴⁰.

Até mesmo dentro dos movimentos sociais feministas e negro temos o compromisso de percebemos nossa cor, gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outros, como parte de uma construção identitária política, porque, “uma identidade transformada pode ser transformadora e duradoura. Uma vez que as pessoas mudam no nível individual por meio da conscientização política, também se tornam atores da mudança coletiva” (Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, p. 210).

Lélia Gonzalez (2020) em *A democracia racial: uma militância*, escreve que além de sermos sujeitos da nossa própria história, também sejamos do nosso próprio discurso e isso também faz parte da nossa identidade, que vai ser construída, reconstruída, desconstruída. É isso que se caracteriza a identidade por si, esse movimento de possibilidades de transformação, mudança e construção. Assim como, escreve Beatriz Nascimento (2015) em *Literatura e identidade*, de 1987: “queremos sugerir que a identidade não se faz com um só elemento caracterizador, mas nas interrelações sociais, onde origem, meio formador, aspirações e frustrações se combinam” (p. 108).

A cultura também está entrelaçada com a identidade, um exemplo que encontramos na UNILAB são situações de mulheres internacionais africanas que precisam/desejam cumprir rituais étnicos (seja casamento, nascimento, morte, entre outros), mas precisam se adaptar com as circunstâncias da diáspora acadêmica-migratória, ou seja, pelo contato com uma universidade plural, teremos a presença de pessoas de diversas etnias (inclusive do mesmo país), mas, também, haverá outras pessoas de outras nacionalidades tendo a oportunidade de vivenciar aquele ritual que só seria facilitado no país de origem. Mamadu Baldé (2017) observa que estudantes africanas na UNILAB enfrentam um processo de negociação identitária constante, no qual precisam conciliar valores culturais herdados com a vida

⁴⁰No contexto específico da UNILAB, a mobilidade discente motivada por fins acadêmicos é delimitada por um cronograma institucional preestabelecido de permanência e eventual retorno. Esse caráter temporário do fluxo migratório é intensificado pela localização da universidade em municípios rurais, os quais apresentam limitações estruturais, restringindo as perspectivas de inserção profissional local após a conclusão dos estudos.

acadêmica em outro país, o que inclui a adaptação de rituais e práticas tradicionais a novos contextos sociais e institucionais.

Além disso, estudos sobre a produção de conhecimento e epistemologias africanas na UNILAB apontam que essas estudantes devem lidar com padrões acadêmicos ocidentais impostos nas disciplinas, exigindo um constante rearranjo entre saberes culturais, práticas acadêmicas e identidades múltiplas (Vladimir da Costa, 2023).

Conforme Paul Gilroy (2012, p. 208) “novas tradições têm sido inventadas nos confrontos da experiência moderna, e novas concepções de modernidade produzidas na longa sombra de nossas resistentes tradições”. Não estou afirmando que há mudanças dentro do ritual étnico em questão, mas, há reinvenções da relevância que os ritos tradicionais ganham na diáspora, uma reinvenção que coloca a existência da comunidade em si, assim como, para quem não pertence aquele grupo étnico será afetado, ao ser confrontada com outras formas existir, outras cosmo percepções e práticas sociais cotidianas diferentes da própria. Por exemplo, o luto ou percepções sobre a morte. E esse contato com as práticas étnicas africanas, para quem é afro-brasileira/o vai ser uma porta de entrada que serve de contato com as raízes africanas do país, já que o Brasil teve como experiência histórica uma diáspora “forçada”, mas, que deixou tradições e ritos africanos. Segundo Stuart Hall (2006b), todo mundo precisa realizar uma viagem simbólica e circular para essa “África”, as pessoas negras precisam regressar, porém, “por outra rota”, como forma política e de luta contra a criação da África que fizeram nas Américas.

As entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa ilustram essas dinâmicas. Por exemplo, a interlocutora *Siura*, descreve a adaptação à UNILAB como um processo de construção acadêmica e pessoal:

Durante a pandemia, cursei disciplinas da UNILAB de forma remota, o que foi extremamente difícil, principalmente pela falta de acesso contínuo à internet e pela diferença de fuso horário entre [meu país] e o Brasil. Acabei reprovando em uma disciplina porque não consegui acompanhar as atividades. Após minha chegada ao Brasil, percebi uma diferença significativa na relação entre professores e estudantes. Na UNILAB, muitos docentes demonstram atenção e abertura ao diálogo, algo que não era comum na minha experiência universitária anterior [no meu país]. Foi aqui que comecei a me reconhecer como acadêmica, eu digo que aqui na UNILAB eu me conheci como acadêmica (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

Essa fala evidencia o papel da UNILAB como espaço de acompanhamento acadêmico e reconhecimento, permitindo que estudantes internacionais se percebam como sujeitos ativos do conhecimento, em contraste com experiências educacionais anteriores, marcadas por limitações institucionais e discriminações, por terem ainda modelos educacionais

eurocêtricos. A interlocutora *Chiziane* reforça a dimensão diaspórica e a multiplicidade de identidades:

Durante toda minha trajetória escolar, sempre procurei me dedicar aos estudos e superar desafios. Quando penso na universidade, vejo a UNILAB como uma oportunidade de aprofundar meu conhecimento e também de me engajar em espaços que valorizam a diversidade cultural e a história africana. É aqui que sinto que posso me reconhecer como estudante e construir meu percurso acadêmico de forma consistente (Interlocutora Chiziane, 18 nov. 2025).

O relato destaca a importância da universidade como encruzilhada afro-identitária, possibilitando a valorização de trajetórias culturais diversas, reforçando o pertencimento e o reconhecimento do continente Africano, principalmente os PALOP, assim como suas epistemologias no currículo.

Um exemplo para esse encontro/encruzilhada está nesta nota de campo, um evento que aconteceu no Centro Cultural Carolina Maria de Jesus, no campus das Auroras, em Redenção/CE, organizado pelo curso de Antropologia, uma parada cultural com o objetivo de comemorar os 90 anos de Lélia Gonzalez, se estivesse viva. Houve diversas apresentações e em um certo momento abriram a oportunidade para o público realizar perguntas, então, pedi a oportunidade e perguntei para as cinco mulheres (duas angolanas, uma moçambicana, uma brasileira-guineense e uma cabo-verdiana) que estavam na mesa: “*O que as fazem permanecer na UNILAB? Quais os motivos para continuar ali?*”. Todas as respostas foram encantadoras e importantes, mas destaco uma fala, a da Yasmin Djaló (notas de campo, 2025):

Ao contrário das meninas, das minhas colegas aqui, eu nasci em Fortaleza, no caso, não conhecia [a UNILAB], conhecia Redenção “só de passar”, mas, não tive que fazer essa grande mudança, nem me mudei de casa, na verdade. Mas, eu penso que não só a antropologia, mas a pesquisa nas ciências humanas no geral pra mim, da mesma forma que é uma tentativa de entender o ser humano, o outro, mas é uma tentativa também de ir encontro comigo mesmo, quanto mais eu sei de mim, mais eu sei do outro [...] Já tinha ouvido falar na UNILAB e entrei no programa associado⁴¹, a maioria das minhas aulas foram na UFC [Universidade Federal do Ceará], mas eu vim fazer a prova e a primeira vez que eu vim pra cá foi para fazer a prova de heteroidentificação, e eu só não chorei mesmo e só não derramei lágrimas dos olhos, porque não convinha na hora, mas, foi muito emocionante de entrar em uma universidade... uma universidade negra. Ver pessoas negras na universidade era uma coisa que não fazia parte do meu imaginário, sabe? [...] Então, ter a oportunidade de ter uma orientadora negra é muito bom, é muito “massa”. (28 de agosto de 2025).

Por ora, o relato de umas das palestrantes da mesa em questão, coloca em xeque a realidade de muitas universidades do Brasil não serem majoritariamente negras e as pessoas que ali ocupam, sofrem diversos desafios para permanecer e concluir o curso, ainda mais quando há a necessidade do debate racial e o empoderamento dessa população. Abdias

⁴¹Yasmin Djaló (2025) refere-se ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, ligado à Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Unilab. Ver em: <https://mestradoantropologia.ufc.br/pt/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

Nascimento (2016) escreveu que o acesso do mundo negro-africano à universidade brasileira é limitado, já que prevalece o modelo ocidental, seja europeu ou norte-americano, o que acaba afastando as populações afro-brasileiras do espaço acadêmico, logo, a afirmação da identidade negra dentro do campo universitário é vista como uma provocação e representa um desafio para as/os que ali estão.

Consequentemente, a UNILAB entra nesse campo de uma instituição que abre caminhos para pessoas negras, periféricas, quilombolas, indígenas, rurais, ciganas, LGBT, entre outras. Ela é uma porta de entrada baseada na cooperação e integração que possibilita tanto a troca intercultural interna, como externa. No entanto, da mesma forma que ela se torna uma possibilidade de oportunidades econômicas e ascensão social, também, se torna um “choque” de realidade para a comunidade internacional.

Para quem vive em um país de maioria populacional negra (pessoas pretas retintas) e que nunca precisou se afirmar “africana”, “preta” ou “negra”, chegar no Brasil e se depara que o “torna-se” negra (Neusa Santos Souza, 2021; Pitiandra Lima, 2025) é político, porque envolve uma luta antirracista, é um encontro. Uma negritude que, de um lado há pessoas que não foram educadas na violência do racismo face a face (embora há outras formas de racismo que estão presente nos países africanos, por terem sido destruídos pelo imperialismo), no outro lado, afro-brasileiras/os são [somos] atingidos diariamente pelo racismo no campo social, pessoal, estrutural, econômico e educacional. Assim como, para quem nasceu e vive a realidade da capital Fortaleza, a mudança para o interior, também é um encontro com outras feminilidades e identidades que transformam o nosso próprio pertencimento, ademais, também quando estamos nessa ação de diáspora/migração também levamos consigo nossas múltiplas identidades, em concordância com Stuart Hall (2009, p. 26), “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas”.

Essa identidade em movimento está dentro das relações de pertencimento de mulheres negras na UNILAB, e umas dessas contribuições são as redes, em exemplo, o projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, onde há a diversidade de nacionalidades, etnias e identidades, mas, que contribui com o desenvolvimento humano, acadêmico e pessoal das estudantes na UNILAB, por isso, apesar dos percalços institucionais, existem pessoas comprometidas em manter a continuidade do projeto e a missão da instituição, discussão do próximo tópico.

4.2. A UNILAB como encruzilhada afro-identitária

A missão institucional da UNILAB tem como contribuição a integração do Brasil com

a CPLP – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste –, assim como, “promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (UNILAB)⁴², ou seja, também cumpre um papel fundamental na contribuição econômica no Recôncavo Baiano e no Maciço de Baturité, já que as/os estudantes migram dos seus países de origem, municípios, comunidades, localidades, quilombos, na intenção de realizar o desenvolvimento acadêmico e pessoal.

A UNILAB está instaurada nos municípios de Redenção e Acarape, no Ceará, historicamente Acarape era uma localidade de Redenção e anteriormente tinha como nome “Cala Boca”, e “a cidade de Redenção — que, em sua fundação (1868), foi denominada Vila de Acarape — está situada na região do Maciço de Baturité” (Arlson Gomes, 2021, p. 190) tem um simbolismo carregado por ser pioneira em uma abolição “formalizada” em 1883, anterior à Lei Áurea de 1888.

A intenção por detrás da presença de uma universidade baseada em um compromisso antirracista e de “reparação histórica” aos mais de 350 anos de escravização no Brasil, entra em embate de como os discursos “abolicionistas” são utilizados atualmente no município de Redenção, Ceará. Por um lado, visualizamos a utilização do símbolo e narrativa de uma “terra da liberdade”, por outro lado, há o reforço de estereótipos e de imagens de controle (Patrícia Hill Collins, 2019) nos monumentos da cidade, em exemplo o monumento da Negra Nua, localizado na entrada da cidade. Assim como, Arilson Gomes (2021) nos ajuda a refletir sobre como as pessoas redencionistas utilizam da categoria do “libertador benevolente” e coloca a figura da mulher escravizada e homem escravizado como “objeto”, sem haver uma criticidade sobre a história e os monumentos.

No caso de nossa investigação circunscrita à cidade de Redenção, primeira cidade a abolir a escravidão na província do Ceará, os destinos das populações libertas e as promoções para a sua cidadania foram inconclusas em que pese os simbolismos das homenagens e os desfiles festivos alusivos à libertação. [...] Diante disso, pode-se refletir se a passagem do hino de Redenção “não queremos escravos entre nós” não poderia ser, na realidade, “não queremos negros entre nós” em consonância com os estigmas da época. Torna-se mais difícil reconhecer o racismo sem o reconhecimento da existência de negros (Arlson Gomes, 2021, p. 212).

Logo, a UNILAB torna-se esse lugar de encontro de múltiplas diásporas negras – sejam elas internacionais Africanas, como brasileira – e há a possibilidade de ser colocada como uma instituição de resistência e de luta ao combate aos desafios postos dentro de uma sociedade racista. Na ocasião, a universidade se transformou em um ponto de encontro de mulheres negras de diversas nacionalidades, sexualidades e uma intersecção de identidades que se cruzam para a potencialidade para a permanência e a sobrevivência perante as

⁴²Ver em: <https://UNILAB.edu.br/missao-2/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

violências.

Por exemplo, a Interlocutora *Okinka Pampa* descreve:

Ser mulher negra e africana na UNILAB envolve desafios e aprendizados. Sinto-me segura dentro da universidade, apesar de estar consciente de que outras mulheres podem enfrentar preconceitos que eu ainda não experimentei. A experiência de ser africana e negra desperta a necessidade de comprovar competência, principalmente em discussões acadêmicas, como em aulas de História da África. Vivenciar grupos de apoio e empatia dentro da universidade tem sido crucial para minha permanência. As redes de afeto contribuem para enfrentar situações de discriminação ou desconforto, também para fortalecer vínculos e compartilhar nossos aprendizados sobre gênero, raça e nacionalidade. (Interlocutora Okinka Pampa, 22 maio 2024).

Essa fala dialoga com Mamadu Baldé (2017) e Vladimir da Costa (2023), que observam que estudantes africanas na UNILAB enfrentam processos de negociação identitária e precisam conciliar valores culturais herdados com novas experiências acadêmicas e sociais no Brasil, desenvolvendo redes de afeto e solidariedade que contribuem para sua permanência. Essas redes funcionam como estratégias de resistência e sobrevivência, permitindo que as estudantes confrontem discriminações, vivenciem pertencimento e fortaleçam identidades múltiplas.

Por isso, destacamos a teoria da interseccionalidade como aporte central na luta das mulheres negras no ensino superior, porque, conforme Carla Akotirene (2023), a interseccionalidade nos ajuda a enxergar as opressões para combatê-las e reconhecer que há algumas opressões mais dolorosas. Assim, a UNILAB não apenas possibilita o acesso acadêmico, mas também potencializa experiências de empoderamento, cuidado e criação de comunidades de aprendizado que cruzam fronteiras nacionais e étnicas.

Se a diáspora produz identidades em trânsito, ela também se materializa em números, políticas institucionais e condições concretas de permanência. Enquanto na seção 3 analisamos a composição por nacionalidade dos estudantes da UNILAB (**Tabela 2**), a presente tabela (**Tabela 3**) detalha a distribuição por gênero e raça, permitindo refletir sobre desigualdades estruturais e permanência no ensino superior, independentemente da nacionalidade. Vejamos:

Tabela 3 – Quantidade e porcentagem de matrículas nos cursos de graduação de estudantes por gênero e raça.

Gênero	Raça	Total de Discentes	Percentual (%)
Mulheres	Total	11.679	51,09%
	Pretas	1.007	4,41%
	Pardas	6.746	29,51%
	Branças	3.583	15,67%
	Amarelas	142	0,62%
	Indígenas	179	0,78%

	Não declaradas	22	0,10%
Homens	Total	11.222	49,09%
	Pretas	1.148	5,02%
	Pardas	6.475	28,33%
	Branças	3.217	14,07%
	Amarelas	162	0,71%
	Indígenas	200	0,87%
	Não declaradas	20	0,09%
	Total	22.859	100%

Fonte: elaboração própria, com dados do *Relatório SECRAGI - Quantitativos de discentes matriculados – 2020 a 2025*.

A análise dos dados dispostos na **Tabela 3** revela que o corpo discente é composto por 33,92% de mulheres negras (pretas e pardas) e 33,35% de homens negros. Com base nesses indicadores, depreende-se que a UNILAB se caracteriza como uma instituição majoritariamente negra, sendo possivelmente a universidade com o maior percentual de estudantes negros em território brasileiro. Embora o recorte quantitativo inicial deste estudo se restrinja ao campus Ceará, a análise comparativa com dados institucionais recentes (Unilab em Números, 2026)⁴³ confirma essa tendência em âmbito geral: entre 2021 e 2025, a universidade registrou uma média de 81,89% de pessoas negras matriculadas em todos os seus campi. Ou seja, Fausto Antonio e Rosalina Tavares (2024) afirmam que:

a Unilab é instrumento para arquitetar, concretizar e/ou sistematizar um modo de produção curricular antirracismo e revelador da socioespacialidade, no interior do Brasil, encruzilhada com o encontro ou reencontro com as pluriversalidades legadas pela África, suas diásporas e povos originários.

Comparando os totais de raça e gênero, é possível perceber que, mesmo em uma instituição que promove o acesso de estudantes negras/os e internacionais, a desigualdade racial persiste, especialmente quando se considera que a permanência acadêmica vai além do ingresso, envolvendo infraestrutura de suporte, bolsas, acompanhamento pedagógico e redes de solidariedade. Nesse sentido, Patricia Hill Collins (2019) contribui ao afirmar que a matriz de dominação opera de forma interligada, articulando raça, gênero e classe na produção das desigualdades. bell hooks (2013), ao tratar da educação como prática da liberdade, reforça que o ambiente universitário precisa oferecer condições materiais e afetivas para que estudantes historicamente marginalizadas possam florescer intelectual e subjetivamente.

Além disso, o número de estudantes indígenas (0,78% mulheres e 0,87% homens) e amarelas (0,62% mulheres e 0,71% homens) é muito reduzido, indicando que minorias raciais específicas continuam marginalizadas, e reforça a necessidade de políticas de permanência

⁴³Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZTMzYmUxNjMtMWUxYS00ZWRhLTllYWVtNjRIODBjZmJiZmFkIiwidCI6IjkwMjZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 05 abr. 2026.

inclusivas e de atenção às identidades múltiplas. Como destaca Kabengele Munanga (1999), a classificação racial no Brasil é atravessada por ambiguidades históricas e por uma ideologia de mestiçagem que, muitas vezes, invisibiliza experiências específicas de discriminação. Os dados de não declaradas (0,10% mulheres e 0,09% homens) também sugerem ambiguidades no processo de autodeclaração, que podem estar associadas a questões de pertencimento, insegurança em relação à identidade racial ou a experiências prévias de discriminação, evidenciando que a identidade racial, longe de ser uma categoria fixa, é construída em contextos sociais marcados por hierarquias e violências simbólicas.

Esses números dialogam diretamente com a experiência de estudantes como a interlocutora *Okinka Pampa*, que destaca que a presença de redes de afeto [afroafeto] e apoio é decisiva para enfrentar situações de discriminação e para fortalecer vínculos acadêmicos e culturais. Lélia Gonzalez (2020) nos ajuda a compreender a dimensão coletiva da experiência negra na diáspora amefricana, em que o pertencimento se constrói na partilha de memórias, afetos e estratégias de sobrevivência.

Dessa perspectiva, podemos associar a UNILAB a um quilombo contemporâneo dentro da estrutura educacional brasileira, segundo Beatriz Nascimento (2021), no seu artigo *O quilombo como sistema alternativo*, o quilombo agora é sinônimo de povo negro, comportamento da comunidade negra e esperança para a construção de uma sociedade melhor. Tudo o que é associação a comunidade agora é quilombo, desde que vise à valorização da herança negra. Abdias do Nascimento (1980) também reforça a ideia do quilombo como prática histórica de resistência e reinvenção coletiva, a partir do conceito de quilombismo, entendido como projeto político, cultural e epistemológico da diáspora negra.

Entretanto, compreender a universidade como quilombo contemporâneo não significa ignorar as marcas coloniais inscritas no próprio território em que ela se insere. O espaço urbano e arquitetônico também educa, produz subjetividades e organiza afetos. Como apontam reflexões sobre o Campus dos Palmares e seu entorno:

Do Campus dos Palmares, onde desembarcamos, é possível olhar para trás e compreender que este percurso foi mais do que um trajeto geográfico. Tratámo-lo como a expressão espacial de uma economia subjetiva. Ele materializa uma sucessão de encontros com uma pedagogia da tristeza, uma arquitetura afetiva que inscreve no espaço narrativas de sujeição, redenção vertical e liberdade concedida. Essa matriz colonial, longe de ser um arquivo histórico superado, atualiza-se nas dinâmicas universitárias através de compartimentações identitárias, marcadas por afetos tristes de ódio, medo e atitudes de culpabilização, que dificultam a composição de um corpo estudantil comum (Jair dos Santos, 2025, p. 8).

É precisamente diante dessa “pedagogia da tristeza” e dessa arquitetura afetiva marcada pela colonialidade que as redes de afroafeto emergem como prática

contra-hegemônica. Se a cidade e a universidade reproduzem, ainda que parcialmente, a matriz colonial, as estudantes negras africanas e brasileiras produzem contra-afetos, constroem pertencimentos e reconfiguram o espaço acadêmico a partir de suas experiências e epistemologias. Assim, o quilombo contemporâneo não é ausência de conflito, mas prática permanente de reinvenção coletiva frente às estruturas que insistem em hierarquizar corpos e saberes.

No caso da UNILAB, as mulheres negras internacionais africanas, ao serem confrontadas com o racismo, machismo e xenofobia do cotidiano brasileiro, encontram nas redes de afeto, nos grupos de estudo, nos coletivos acadêmicos e nos projetos de extensão formas de reafirmar sua identidade, sua história e suas trajetórias acadêmicas. Portanto, os dados quantitativos da **Tabela 3**, quando analisados a partir da interseccionalidade, permitem compreender que a presença feminina e negra na UNILAB é significativa, mas não garante automaticamente a permanência.

Na UNILAB, certa vez conversando com diversas colegas internacionais africanas, relatam que, em seu país de origem, não tinham contato ou interesse em aprender a sua língua étnica ou até mesmo aprofundar-se na História e Historiografia do próprio país e/ou *Afrikana* (notas de campo, 2025). Portanto, ao ter contato com as migrações africanas, com outras mulheres, com a própria UNILAB, e inclusive com o racismo brasileiro, passam a reelaborar os aspectos étnicos de sua identidade e realizam trabalhos acadêmicos voltados para suas raízes. Esse processo pode ser compreendido, como escreve Oyèrónké Oyěwùmí (2021), como uma problematização das categorias ocidentais que organizam gênero e identidade, bem como um movimento de reapropriação epistemológica frente à racialização do conhecimento.

A pessoa que migra para estudar na UNILAB vai se deparar com múltiplas negritudes e diversas nacionalidades. Em diálogo com Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva (2021), as mulheres africanas estudantes *Unilabianas* se frustram e se chocam com o que passam nas cidades-universitárias, porque, muitas vezes, tinham imagens e imaginários prévios do Brasil, que são muito diferente do cotidiano vivenciado nas cidades de Redenção/CE e Acarape/CE e não comportam situações de racismo, machismo, sexismo e xenofobia. Essa frustração não se limita a um choque cultural superficial, mas revela o desencontro entre o imaginário de um país marcado pela ideia de “democracia racial” (Abdias Nascimento, 2016; Lélia Gonzalez, 2020) e a materialidade das hierarquias raciais e de gênero que estruturam a sociedade brasileira (Sueli Carneiro, 2011; Djamila Ribeiro, 2018; Carla Akotirene, 2023).

Porém, é sabido que na sociedade brasileira há diversos desafios para a população negra, principalmente para mulheres negras, também dentro do campo acadêmico, nem mesmo em uma universidade majoritária feminina negra está isenta do racismo, xenofobia, machismo e problemas na permanência acadêmica. Até porque, o acesso no ensino superior através de cotas colaborou significativamente com a presença negra, mas, não mudou os dados de evasão e a falta de infraestrutura de apoio, seja por bolsas de permanência ou ações afirmativas.

Por exemplo, a UNILAB, que até hoje não tem acesso a residência universitária, os auxílios estudantis continuam no mesmo valor desde sua implementação há 15 anos – com o maior nível de R\$530,00⁴⁴. Considerando o aumento do custo de vida e as especificidades das/dos estudantes da UNILAB, esse valor revela a distância entre o projeto político da universidade e as condições concretas de sustentação da vida estudantil. A permanência, portanto, não é apenas uma questão administrativa, mas uma questão racial, de gênero e de justiça social.

O quadro docente também conta, tanto no sentido da representatividade, como na questão da democratização educacional e de acordo com os dados há 53,38% de docentes mulheres (UNILAB em Números, 2025). Nos dados sobre o quadro docente disponibilizados virtualmente no site da universidade não há critérios de raça, apenas de nacionalidade e gênero, porém, se visualizarmos todos os institutos deparamos com uma maior diversidade cultural de nacionalidades no Instituto de Humanidades (no Ceará) – Alemanha, Angola, Argentina, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Peru – e Instituto de Humanidades e Letras (Bahia) – Brasil, Cabo-Verde, Colômbia, Congo, Cuba, Espanha, Guiné-Bissau, Itália, Moçambique, Portugal e Venezuela –, ou seja, o campo científico das ciências humanas ainda se encontra em um patamar ideológico de lutar pela interdisciplinaridade, interculturalidade, cosmo percepções epistemológicas e a integração.

No horizonte da modernidade/colonialidade, a categorização de gênero não se apresenta como uma operação neutra, mas como um dispositivo de poder que privilegia a

⁴⁴Em maio de 2025, diante de uma grave restrição orçamentária que afetava as universidades federais brasileiras, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER) da UNILAB comunicou a suspensão, por prazo indeterminado, da concessão de auxílios financeiros da assistência estudantil e do apoio ao acolhimento em moradia para candidatos aprovados no Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI) (semestres 2025.1 e 2025.2), determinando que aqueles que já possuíam visto deveriam custear integralmente suas despesas no Brasil (UNILAB, 2025). A decisão fundamentou-se na restrição orçamentária comunicada em nota da Reitoria de 16/05/2025, bem como em ofícios encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores e à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), configurando impacto direto nas condições de permanência e acolhimento de estudantes internacionais. Entidades estudantis e docentes, como a ADUFC, manifestaram solidariedade às paralisações, ressaltando a importância de políticas públicas de educação superior inclusiva e digna (ADUFC, 2025).

figura do homem cisgênero, branco e heterossexual. Conforme postula Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder organiza a população mundial por meio de classificações hierárquicas pautadas na ideia de raça, que articulam o controle do trabalho, da autoridade e do conhecimento.

Expandindo essa análise, María Lugones (2020) argumenta que a invenção da raça foi uma guinada profunda que reorganizou as relações de superioridade e inferioridade, reconhecendo a humanidade por meio de uma ficção biológica. Para a autora, a colonialidade do gênero opera como um sistema de intersecção entre raça, classe e sexualidade, estruturando as relações de poder desde a invasão colonial e demonstrando que o controle do sexo e da intersubjetividade não preexistem ao padrão de poder eurocêntrico, mas são constituídos por ele.

Entretanto, antes de generalizarmos tal conceito de gênero, é preciso notar que essa realidade de categorização e dualismo de gênero é uma experiência situada no Ocidente. Por isso, ao discutir as experiências das mulheres, é necessário perceber quem são essas mulheres. Oyèrónké Oyěwùmí (2021) questiona quem se designa como mulher, como devem ser identificadas, ou seja, “que mulheres?”. Ao deslocar o gênero do centro da organização social em sociedades africanas pré-coloniais, Oyěwùmí (2021) tensiona a universalização das categorias ocidentais e evidencia que muitas das hierarquias que hoje parecem naturais foram historicamente impostas.

Muitas situações a serem analisadas nas práticas sociais são colocadas de forma dicotômica, seja entre norte e sul; ocidente e oriente; mulher e homem; preto e branco, entre outros. Ou seja, culturalmente nos vemos dentro da academia tendo uma perspectiva dicotômica, até mesmo criando uma rivalidade e “competição” nessas categorias, posso afirmar, que essa parte negativa entre as diferenças foram e são colocadas pelas práticas ocidentais e europeias.

Sendo assim, a socióloga Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p.1), escreve que “um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores”. Então, nesse sentido, o conhecimento do Sul Global, seja africano ou não, é posto na posição do “outro”, “errado” e “diferente”, ou “específico” porque nesse contexto eurocêntrico a norma vivida socialmente é naturalizada e colocada como um padrão mundial. Sendo que o gênero é uma construção, logo, não nascemos já destinados com tais características.

A lógica homogênea do Ocidente impõe para os países do Sul Global e Oriente uma lógica hierárquica, apagamento e silenciamento de outras formas de vida, cultura e saberes,

por isso, a construção da mulher ocidental atinge mulheres não-ocidentais, ou até mesmo, dentro do contexto ocidental, seja na América Latina e sociedades indígenas. Portanto, Nah Dove (1998), em uma perspectiva afro-americana, escreve em uma lógica podendo descolonizar as práticas eurocêntricas, porque sobre a questão da homogeneidade ela afirma: “de uma perspectiva afrocêntrica, há um reconhecimento da diversidade entre etnias Africanas; No entanto, a diversidade não se opõe a uniformidade” (Nah Dove, 1998, p. 6).

Logo, a perspectiva ocidental da mulher, coloca como comportamentos de submissão, problemas de violência de gênero, como o abuso sexual e físico em relacionamento, diferenças salariais na questão econômica. Isto significa que problemas em relação aos comportamentos e formas de agir da mulher é moldado de acordo com essa realidade, seja no simples ato de vestir, como na fala, toda a categoria é construída conforme os impasses, podendo até ser uma forma de sobrevivência. No entanto, essas formas de agir e construção não podem ser determinada para todas as mulheres do mundo, porque em sociedades Africanas e indígenas, com seus grupos étnicos, há diferentes formas de comportamento que vão além do gênero e sexo.

As mulheres negras estudantes da UNILAB tornam-se parte desse projeto que tenta operar de forma decolonial, desde na sua contribuição epistemológica, como no seu corpo-político-científico, porque, de acordo com Stephanie Lima (2025), até mesmo a necessidade de se deslocar do seu lugar de origem para a universidade, torna o ambiente acadêmico um lugar “estranho”, mas, quando retornarmos a nossa “casa” ou “lar”, também surge o sentimento de “ser de fora”, ou melhor dizendo, uma “outsider”. Portanto, a UNILAB se transforma nesse local de possibilidades, pertencimentos e transformação das identidades, sejam elas potencializadas pelas redes de afetos, coletivos, associações, projetos de pesquisa, extensão etc.

Não surpreende, portanto, que mulheres africanas em contextos de diáspora, em Redenção e Acarape, se construam em grupos ou coletivos, com características e implicações identitárias, políticas e estéticas significativas. Através de ações e atividades presenciais e virtuais, produzem e difundem conhecimento e constituem vínculos, afetos e identidades que impactam o campo universitário-urbano, inclusive nas redes e fluxos que o atravessam (Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva, 2021, p. 292).

Nisso, reafirmamos a importância e a relevância de colocarmos as redes afetivas como possibilidades de contribuição para permanecer no ensino superior, assim como, um espaço para trocas de saberes, experiências, cultura e entre outros. Na UNILAB é possível fazer acontecer esse campo acadêmico afetivo-científico, sem espaços para competições acadêmicas e eurocêntricas, uma educação decolonial, antirracista e feminista. Contudo, essa

possibilidade não é automática nem garantida institucionalmente; ela depende da atuação contínua de docentes, discentes e colaboradoras que sustentam o projeto político da universidade como herdeira das lutas do Movimento Negro Brasileiro e como espaço de cooperação internacional entre sete países.

5 TRAJETÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DAS MULHERES NEGRAS UNILABIANAS

Conforme as discussões desenvolvidas na seção anterior, especialmente no que se refere ao afroafeto, à ancestralidade e às práticas comunitárias como dimensões fundamentais da permanência acadêmica, esta sessão volta-se à análise das trajetórias de vida e formação acadêmica de mulheres negras *Unilabianas*. Busca-se compreender como tais conceitos se materializam em experiências concretas, revelando que o acesso e a permanência no ensino superior são atravessados por relações de cuidado, pertencimento, resistência e agência negra feminina/feminista.

A partir das narrativas das interlocutoras, analisa-se como elementos sociais, culturais, políticos e educacionais moldaram seus percursos até a chegada à universidade e continuam a tensionar sua permanência. Trata-se de trajetórias não lineares, atravessadas por deslocamentos geográficos, desafios linguísticos, maternidade, desigualdades estruturais e redes de apoio comunitário.

As interlocutoras desta pesquisa são mulheres negras estudantes da graduação vinculadas ao Instituto de Humanidades (IH), com ênfase naquelas que atuam ou atuaram em coletivos, movimentos sociais, associações estudantis e iniciativas institucionais da UNILAB. Ao narrar suas histórias, essas mulheres não apenas relatam percursos individuais, mas inscrevem seus corpos e experiências no projeto político da universidade e na continuidade das lutas do movimento negro e de mulheres.

No primeiro tópico, com título “Origens e contextos geográficos das estudantes”, são abordados a realidade das interlocutoras situando os países, municípios e localidades, desde as suas condições sociais em que nasceram e cresceram. Em seguida, no tópico “Experiências educacionais anteriores: desafios e oportunidades”, é ressaltado os principais desafios enfrentados, seja o machismo, racismo, questões de classe, lgbtfobia, entre outros, assim como, as oportunidades educacionais que marcaram suas formações iniciais, como o ensino médio, outros cursos, trabalho, etc. Posteriormente, no terceiro tópico “Motivações para a escolha da UNILAB e do curso”, é revelado quais as expectativas, projetos pessoais e profissionais que orientaram a decisão pelo ingresso na instituição. Por fim, no último tópico “Impacto das políticas afirmativas na trajetória acadêmica”, após a inserção no campo acadêmico e da UNILAB, refletimos sobre como tais políticas – seja o auxílio estudantil, bolsa permanência, bolsa acadêmica, residência universitária – têm possibilitado o acesso, a permanência e a construção de novos horizontes para suas vidas e como a falta dessas ações afirmativas também impacta a vida acadêmica.

Assim, esta sessão compreende as trajetórias não como relatos biográficos isolados, mas como experiências situadas que revelam as intersecções entre raça, gênero, nacionalidade, território e política institucional, evidenciando que a presença dessas mulheres na universidade é simultaneamente conquista, resistência e projeto coletivo de futuro.

5.1. Origens e contextos geográficos das estudantes

Ao nascer, já somos inseridas em grupos familiares, redes de parentesco e comunidades que nos atravessam por práticas culturais, biológicas, sociais e políticas, que moldam nossas primeiras experiências e formas de oralidade. No caso de mulheres negras, essas experiências iniciais são atravessadas por desigualdades estruturais que incidem diretamente sobre seus percursos educacionais. Dados do IBGE indicam que mulheres negras apresentam, historicamente, menor média de anos de estudo em comparação a mulheres brancas, além de maior exposição a trajetórias escolares marcadas por interrupções, precarização do ensino público e desigualdades socioeconômicas, evidenciando que raça e gênero operam como marcadores estruturantes das oportunidades educacionais (IBGE, 2022).

Esses dados estatísticos, contudo, não operam de forma abstrata. Eles se materializam nas experiências concretas de meninas negras que, desde a infância, vivenciam expectativas reduzidas, precariedade institucional e, simultaneamente, constroem estratégias próprias de permanência e afirmação. Como nos lembra Conceição Evaristo (2024) em *Insubmissas lágrimas de mulheres*: as narrativas de mulheres negras constituem *escrevivências*, isto é, produções de conhecimento enraizadas na experiência vivida. Assim, as trajetórias aqui analisadas não são apenas relatos biográficos, mas testemunhos que revelam como desigualdades estruturais atravessam o cotidiano escolar desde os primeiros anos.

Entretanto, ao deslocarmos o olhar para o contexto afrodiaspórico que compõem a UNILAB, essas desigualdades assumem contornos múltiplos e transnacionais. As interlocutoras desta pesquisa provêm de territórios marcados por histórias coloniais comuns, mas também por especificidades sóciopolíticas próprias, que configuram experiências escolares distintas. Falar de origem, nesse sentido, não significa apenas localizar geograficamente, mas compreender como cada território imprime marcas formativas na constituição subjetiva e acadêmica dessas mulheres.

Monaliza de Alcântara e Paulo Roberto (2020) apontam que escrever sobre as trajetórias das mulheres negras na universidade pública implica refletir sobre as dificuldades enfrentadas nesses espaços, relacionadas a processos de exclusão racial, desigualdade social e hierarquização dos saberes. As narrativas das interlocutoras evidenciam como esses fatores se

manifestam desde a infância, especialmente em contextos de ensino público e em realidades marcadas por limitações materiais, mas também por redes de apoio comunitário e familiar.

A interlocutora *Chiziane* relata:

Estudei toda a vida na capital, começando a pré-escola aos quatro anos em uma pequena instituição construída por um padre da igreja. Tive a mesma professora portuguesa nos primeiros anos do ensino básico, o que me ajudou a me adaptar. Depois, ingressei em uma escola pública para a sexta e sétima séries, onde também não tive grandes dificuldades. Posso dizer que, desde cedo, sempre me esforcei para acompanhar os estudos e obter boas notas (Interlocutora Chiziane, 18 nov. 2025).

Seu depoimento evidencia a centralidade da escola pública como espaço de formação, mas também revela a presença direta de agentes ligados à herança colonial cristã — como a professora portuguesa, escola construída por um padre — nos primeiros anos de escolarização. Ainda que a experiência seja narrada como positiva, ela aponta para a permanência de referências europeias como mediadoras da legitimação do saber formal, o que remete às discussões sobre colonialidade do conhecimento. A escola, nesse contexto, opera simultaneamente como espaço de acesso e como espaço de reprodução de hierarquias simbólicas.

Ngũgĩ wa Thiong’o (2017) denomina esse processo de “colonização da mente”, no qual a língua e as referências culturais europeias são instituídas como parâmetro de validade intelectual. A experiência de *Chiziane* não é descrita como opressiva, mas a naturalização dessa mediação revela como a colonialidade pode se expressar de forma sutil, incorporando-se ao cotidiano escolar. Frantz Fanon (2008), ao analisar os efeitos psicológicos da colonização, argumenta que a escola desempenha papel central na interiorização de padrões culturais coloniais, afetando a forma como sujeitos colonizados percebem a si mesmos e ao mundo.

A interlocutora *Siura*, por sua vez, destaca:

Estudei toda a minha vida em escolas públicas. Fiz o ensino fundamental inicial em uma província, e considero esse período como uma das melhores fases da minha vida escolar, porque o ensino era adequado à nossa idade e havia mais acompanhamento pedagógico. Da quarta à nona classe, estudei na capital, onde permaneci até vir para o Brasil. Esse período também foi relativamente tranquilo, sem muita pressão, e foi quando me senti mais confiante academicamente, conseguindo acompanhar as disciplinas e obter boas notas (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

O relato evidencia que a qualidade do acompanhamento pedagógico e a adequação didática são elementos determinantes para a construção da autoconfiança acadêmica. A confiança, aqui, não é um traço individual inato, mas resultado de condições pedagógicas concretas. Ao enfatizar a ausência de “pressão” e a presença de acompanhamento, *Siura*

revela como ambientes escolares acolhedores podem produzir segurança epistêmica, fundamental para a permanência futura no ensino superior.

Paulo Freire (1996) afirma que ensinar exige respeito à autonomia do educando e compromisso ético com sua formação integral. A experiência narrada por *Siura* sugere a presença de práticas pedagógicas que, ainda que não nomeadas como tais, favoreceram reconhecimento, escuta e valorização de sua capacidade intelectual. Nesse sentido, a autoconfiança mencionada por ela pode ser compreendida como resultado de relações educativas que não se estruturaram exclusivamente pela lógica da opressão, mas pela possibilidade de diálogo e acompanhamento (bell hooks, 2013).

A interlocutora *Lucau* aponta a centralidade da escola pública em sua trajetória, ao mesmo tempo em que introduz um elemento fundamental: o tempo prolongado de espera e insistência ao acesso no ensino superior:

Todo o meu percurso acadêmico foi realizado em instituições públicas. Não tive experiência com ensino privado em nenhuma etapa da minha formação. Da primeira até a sexta classe, estudei em uma única escola, localizada próxima à minha residência, o que facilitava muito o acesso. Posteriormente, da sétima à nona classe [ensino fundamental], optei por estudar em outro município, o que exigia deslocamentos diários por meio de transporte público, como táxi e ônibus. O ensino médio foi novamente realizado em uma escola próxima à minha casa, a mesma onde minhas irmãs já haviam estudado, o que também contribuiu para a escolha. Após a conclusão do ensino médio, em 2013, iniciei um período de tentativas de ingresso no ensino superior, que se estendeu por cerca de três a quatro anos. Durante esse tempo, conciliava trabalho com as tentativas de acesso à universidade, mas não obtive sucesso imediato (Interlocutora Lucau, 23 jul. 2024).

Diferentemente de trajetórias lineares, o relato de *Lucau* explicita que o acesso ao ensino superior não se dá de forma imediata nem garantida após a conclusão do ensino médio. O intervalo entre a educação básica e a universidade revela uma dimensão frequentemente invisibilizada nas análises educacionais: o tempo de espera, atravessado por tentativas frustradas, inserção no trabalho e persistência diante de condições concretas. Nesse ponto, ao invés de pressupor percursos homogêneos, torna-se mais produtivo compreender essas experiências como situadas, evitando leituras que universalizam trajetórias distintas, uma vez que “nenhuma de nós supunha uma identidade essencial fixa” (bell hooks, p. 105, 2019).

Nessa direção, a trajetória evidencia que os percursos educacionais não seguem uma lógica contínua, mas são marcados por pausas, redirecionamentos e estratégias de continuidade. O ingresso no ensino superior, portanto, não aparece como desdobramento automático da escolarização básica, mas como resultado de um processo prolongado de construção e insistência, evidenciando o caráter processual das trajetórias formativas.

Além disso, o deslocamento entre municípios durante a educação básica evidencia como desigualdades territoriais incidem no acesso à escolarização. Se a proximidade da

escola facilita a permanência, os longos trajetos expõem limites da infraestrutura. A articulação entre trabalho e estudo, nesse contexto, tensiona a ideia de percursos contínuos. Como aponta Raewyn Connell (2017, p. 101), “a hegemonia intelectual da metrópole [...] cria um senso comum segundo o qual outras lógicas de conhecimento parecem exóticas”. Dessa maneira, ao deslocar o olhar das estruturas para as experiências concretas, a interlocutora *Carolina* também evidencia como as origens formativas são atravessadas por múltiplas dimensões sociais e familiares. Sua trajetória escolar não pode ser compreendida dissociada do contexto doméstico em que cresceu:

Minha infância foi marcada por violência doméstica. Meu pai bebia muito e batia na minha mãe. Muitas vezes, eu e meu irmão precisávamos nos proteger e proteger minha mãe. A escola, apesar das dificuldades, era meu refúgio (Interlocutora *Carolina*, 8 abr. 2024).

Nesse relato, a escola assume uma função que ultrapassa o ensino institucionalizado. Ela se constitui como espaço de proteção simbólica diante de um ambiente doméstico marcado por instabilidade e violência. bell hooks (2013) argumenta que, para sujeitos historicamente marginalizados, a sala de aula pode tornar-se um espaço de possibilidade, um território onde se experimenta a construção de novos sentidos de si. Ainda que inserida em uma escola pública com limitações estruturais, o ambiente escolar representava, para *Carolina*, uma possibilidade de reorganização subjetiva, oferecendo uma certa preservação diante ao caos doméstico tendo uma família disfuncional.

Outro elemento estruturante de sua origem educativa foi a mediação familiar no acesso ao conhecimento:

O contato com os estudos se intensificou na casa da minha tia, que me apresentou aos livros e ao aprendizado mais estruturado (Interlocutora *Carolina*, 8 abr. 2024).

A presença da tia pedagoga evidencia que os processos formativos não se restringem à instituição escolar, mas se constroem também nas redes familiares. Como destaca Patricia Hill Collins (2019), mulheres negras historicamente constroem comunidades de cuidado e transmissão de saber que operam como espaços de resistência e fortalecimento coletivo. Nesse sentido, o acesso aos livros mediado por uma mulher da família revela a centralidade das redes femininas na sustentação das trajetórias educacionais.

Já a narrativa da Interlocutora *Okinka Pampa* explicita outro aspecto estruturante das origens formativas: a língua.

Nasci em uma zona rural, onde falávamos apenas minha língua materna e o crioulo. Quando fui para a escola na capital, tive que aprender português, o que foi um grande desafio. Inicialmente, sentia vergonha de falar, pois falava com sotaque e os colegas zombavam de mim. Permaneci mais quieta, preocupada em como me expressar na sala de aula. Meu tio, que era professor, me auxiliou nos estudos, o que me ajudou a melhorar gradualmente. A partir do sexto ano, até o nono, percebi

evolução significativa, especialmente graças a um professor simpático que se preocupava com os alunos mais tímidos (Interlocutora Okinka Pampa, 22 maio 2024).

O relato evidencia que a língua portuguesa, mais do que um instrumento de comunicação, atua como marcador de poder e pertencimento, produzindo silenciamentos e inseguranças no espaço escolar. A vergonha de falar, o retraimento em sala e o medo do julgamento revelam que a colonialidade da língua não se restringe a uma imposição normativa; ela se inscreve no corpo, afetando a autoestima e até mesmo na construção da identidade (seja ela estudantil ou pessoal).

Grada Kilomba (2019) argumenta que o silenciamento é uma das principais tecnologias do racismo, pois impede que sujeitos negros sejam reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. No caso de *Okinka*, o silêncio não era ausência de saber, mas resultado de uma estrutura que associa legitimidade acadêmica à fluência na língua do colonizador. A imposição do português como língua oficial da escolarização nos países colonizados por Portugal constitui expressão da colonialidade linguística, na qual saberes, línguas e formas de oralidade não hegemônicas são sistematicamente inferiorizados. Essa hierarquização impacta diretamente os processos de escolarização, produzindo assimetrias de participação e naturalizando o silenciamento de determinados corpos e vozes.

Por exemplo, a Guiné-Bissau – um dos países que faz cooperação com a UNILAB – é marcada por ampla diversidade linguística e étnica, essa dinâmica assume contornos específicos. Conforme analisa Diana Duarte Sá (2025), o crioulo⁴⁵ guineense desempenha papel central na construção da identidade nacional e diaspórica, constituindo-se como língua de resistência e de afirmação cultural frente à herança colonial:

Ao longo do tempo até a presente data, a língua guineense tem desempenhado um importante papel, por ser o fator principal que aproxima e cria laços entre a população dentro e fora do território guineense. Atualmente a língua crioulo é um símbolo de união e força que existe em cada guineense, um símbolo de identidade que representa pertencimento de um espaço, o direito de falar uma língua historicamente proibida pela colonização; uma língua de resistência por ter sido veículo de libertação nacional (Diana Sá, 2025, p. 100).

A autora também aponta que no contexto da diáspora, essa centralidade se mantém e se reatualiza, sendo o crioulo amplamente utilizado nos espaços acadêmicos e comunitários da UNILAB, bem como nos municípios de Acarape/CE e Redenção/CE, onde a presença guineense é significativa (Diana Sá, 2025). Em diálogo com Amílcar Cabral (1980), ao

⁴⁵Alguns pesquisadores e intelectuais guineenses optam por utilizar “língua guineense” em vez de “crioulo”. Esta pesquisa também se alinha a essa preferência terminológica; contudo, considerando que a autora utiliza o termo “crioulo” opta-se por respeitar sua escolha e manter a nomenclatura empregada no texto original. Para um aprofundamento sobre a discussão terminológica e sociolinguística, ver: Natali Santos e Ana Livia Agostinho (2024); Virgínia José Baptista Cá (2015).

refletir sobre os processos de libertação africanos, afirmava que a cultura constitui arma fundamental de resistência. Nesse sentido, o crioulo não é apenas meio de comunicação, mas expressão histórica de luta e afirmação identitária. O que foi deslegitimado como “dialeto” ou “fala inferior” emerge como prática de sobrevivência e reafirmação comunitária, especialmente no contexto diaspórico da UNILAB.

Contudo, as trajetórias apresentadas demonstram a centralidade das redes de apoio (seja familiares e docentes) na superação dessas barreiras. Essas práticas antecipam aquilo que está sendo compreendido nesta pesquisa o afroafeto: relações educativas mediadas pelo reconhecimento da dignidade, da escuta e da valorização das trajetórias singulares. O tio que auxilia, o professor atento as/os estudantes tímidas/tímidos, a escola que acompanha de perto. Todos esses elementos revelam que a permanência não é resultado apenas de esforço individual, mas de vínculos que sustentam a continuidade do percurso formativo.

As origens geográficas das interlocutoras, portanto, não se configuram apenas como pano de fundo biográfico, mas como territórios formadores de resistência, pertencimento e projeto político. É nesses contextos que se constituem as bases subjetivas que sustentam sua permanência no ensino superior. Assim, compreender as origens é reconhecer que a trajetória universitária começa muito antes da aprovação no processo seletivo: ela é iniciada nas experiências linguísticas, nos vínculos comunitários, nas escolas públicas e nas primeiras disputas por voz e legitimidade.

5.2. Experiências educacionais anteriores: desafios e oportunidades

As experiências educacionais das interlocutoras revelam trajetórias marcadas por desafios relacionados ao racismo, ao machismo, à desigualdade de classe, à maternidade e, em alguns casos, à migração e às barreiras linguísticas. Esses marcadores sociais operam de forma interseccional, produzindo obstáculos específicos para mulheres negras ao longo de seus percursos formativos. Conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite compreender como diferentes sistemas de opressão não atuam de maneira isolada. No caso das interlocutoras desta pesquisa, gênero, raça e nacionalidade são dimensões inseparáveis e constitutivas de suas experiências educacionais.

No ensino médio, a situação foi diferente. Eu queria cursar Jornalismo, mas na região onde eu morava não havia esse curso, nem orientação adequada sobre como ingressar em outras instituições. Acabei ingressando inicialmente no curso de Recursos Humanos, que foi posteriormente anulado por falta de alunos, chegando ao ponto de eu assistir às aulas sozinha. Depois, passei para o curso de Ciências Econômicas e Jurídicas, no qual me identifiquei mais com a área do Direito, apesar de enfrentar comentários machistas durante atividades simuladas, especialmente quando exercia o papel de advogada em julgamentos simulados (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

A narrativa evidencia como desigualdades territoriais e institucionais restringem horizontes de escolha profissional. A ausência de orientação e a precariedade da oferta formativa demonstram que o acesso à educação não se limita à matrícula, mas envolve condições estruturais que ampliam ou limitam projetos futuros. Nilma Lino Gomes (2017) afirma que a trajetória educacional da população negra é historicamente marcada por desigualdades que se expressam tanto no acesso quanto na permanência e nas expectativas projetadas sobre esses sujeitos. No caso de *Siura*, o desejo de cursar Jornalismo foi tensionado por limitações estruturais que deslocaram seu percurso inicial.

Além disso, os comentários machistas enfrentados nas simulações jurídicas evidenciam que o espaço escolar não é neutro. A presença de mulheres negras em espaços associados à argumentação pública e ao poder institucional, como o Direito, desafia imaginários sociais que historicamente as excluíram dessas posições. bell hooks (2019) em *Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra* analisa como o sexismo e o racismo opera conjuntamente na deslegitimação da autoridade intelectual de mulheres negras, especialmente quando ocupam posições de visibilidade e liderança. Assim, os comentários sofridos não são episódios isolados, mas expressões de estruturas que buscam limitar a autonomia e a afirmação dessas estudantes.

Os desafios educacionais aparecem na narrativa da Interlocutora *Okinka Pampa*, especialmente no que diz respeito à adaptação ao ensino médio em contexto urbano e às exigências acadêmicas crescentes:

Lembro também do ensino médio, das provas, da organização dos cadernos e das matérias exigidas por alguns professores, como o de inglês, que enfatizava a apresentação pessoal e a leitura constante. Essas experiências, apesar das dificuldades, foram marcantes e contribuíram para minha formação inicial (Interlocutora *Okinka Pampa*, 22 maio 2024).

O relato evidencia a intensificação das exigências escolares, momento em que a organização, desempenho (ou performance)⁴⁶ e postura passam a compor critérios explícitos de reconhecimento acadêmico. A ênfase na apresentação pessoal e na leitura constante indica que a escola não forma apenas intelectualmente, mas também produz expectativas sobre como o corpo deve se apresentar e como o sujeito deve se posicionar no espaço educativo.

Grada Kilomba (2019), ao discutir a política do corpo negro e os mecanismos cotidianos de racialização, demonstra que instituições sociais produzem normas implícitas de

⁴⁶Compreende-se aqui por performatividade acadêmica não apenas o desempenho em avaliações — provas, atividades, tarefas e seminários —, mas o conjunto de práticas pelas quais o sujeito demonstra competência, organização, postura e adequação às normas da instituição. Em contextos racializados, essa performatividade pode ganhar sentidos específicos, funcionando como estratégia de legitimação e pertencimento, especialmente quando pessoas negras não são reconhecidas como naturalmente aptas a ocupar espaços de prestígio e sentem a necessidade de provar constantemente sua capacidade por meio da excelência acadêmica.

pertencimento, definindo quem é percebido como legítimo, preparado ou adequado. Nesse sentido, as exigências relacionadas à apresentação e à performance acadêmica não operam em terreno neutro, mas dialogam com padrões historicamente associados à branquitude como referência normativa (Cida Bento, 2022).

De modo articulado, Sueli Carneiro (2005) argumenta que o dispositivo de racialidade estrutura a produção social das subjetividades, regulando expectativas e lugares possíveis para corpos negros. Assim, ainda que a narrativa de *Okinka* não nomeie diretamente experiências de discriminação, suas memórias revelam um processo de adaptação a normas escolares.

Entretanto, é significativo que a interlocutora reconheça tais experiências como “marcantes” e formativas. Isso revela que, embora atravessadas por exigências e cobranças intensas, essas vivências também contribuíram para o desenvolvimento de hábitos como organização, disciplina de leitura e compromisso com os estudos. A escola, nesse sentido, aparece como um espaço atravessado por tensões, mas também como lugar de aprendizagem e amadurecimento. O ensino médio, portanto, não se apresenta apenas como etapa de pressão e adaptação, mas como momento importante na construção de uma postura acadêmica que será levada para a universidade. Os desafios enfrentados nesse período parecem ter colaborado para a formação de uma autonomia construída na prática, no esforço cotidiano de responder às expectativas e dar conta das demandas escolares.

Outra dimensão central nas narrativas refere-se à maternidade e às interrupções do percurso escolar:

Entre os 13 e 23 anos, dediquei-me principalmente à maternidade, retornando aos estudos quando minhas filhas começaram a frequentar a escola, conciliando trabalho e ensino médio. Posteriormente, organizei minha vida para retomar os estudos universitários (Interlocutora Carolina, 8 abr. 2024).

A fala evidencia que a maternidade não se apresenta apenas como uma ruptura linear do percurso educacional, mas como um processo de reorganização profunda da vida. O intervalo entre os 13 e 23 anos não é descrito como tempo perdido, mas como período de dedicação ao cuidado. O retorno aos estudos ocorre quando as condições se tornam minimamente viáveis, mostrando que a permanência educacional depende de flexibilidade concretas de tempo, trabalho e rede de apoio.

Contudo, essa reorganização não se dá fora de expectativas sociais mais amplas. Como aponta Valeska Zanello (2022, p. 81),

O dispositivo materno aponta, assim, para a necessidade, interpelada nas meninas e mulheres, de sempre estar disponível a cuidar e acolher os outros, seja os da própria família, o(a) parceiro(a), os filhos, os parentes doentes, alguém que precise e, até mesmo, nas relações de trabalho. As mulheres continuam, portanto, a serem vistas como cuidadoras natas.

A dedicação de *Carolina* à maternidade pode ser compreendida a partir dessa lógica social que naturaliza o papel do cuidado como responsabilidade feminina.

A maternidade, frequentemente interpretada como ruptura ou atraso no percurso educacional, aparece na narrativa como experiência que exige planejamento, reorganização da vida e das prioridades. Há, nesse movimento, uma dimensão de ação: *Carolina* não apenas interrompe, mas organiza sua vida para “voltar”. O verbo “organizei” indica ação decisiva, um projeto.

Esse entendimento dialoga com a pesquisa de Ana Cássia Alves Cunha (2024), ao analisar os desafios enfrentados por estudantes mães na UNILAB/CE. A autora aponta que o perfil predominante das mulheres mães universitárias é composto majoritariamente por mulheres negras, com idades entre 20 e 41 anos, em sua maioria solteiras e principais responsáveis pelos cuidados com a criança. Muitas migraram para residir mais próximo à universidade, tornaram-se mães durante a graduação e têm como principal fonte de renda o Auxílio Moradia⁴⁷ da UNILAB (Ana Cunha, 2024).

Como exemplificação dessas experiências, a autora destaca que:

Lua é uma estudante da Guiné-Bissau e Helena é de Angola, ambas vivenciaram a experiência da maternidade enquanto estudantes na UNILAB. Para as estudantes internacionais, a experiência materna pode vir acompanhada de outros desafios, pois, a depender de como tenha ocorrido a gravidez, a comunidade a qual a estudante pertence vai tratá-la com indiferença. Se ela engravidou e será mãe solo, ou mesmo se a criança é fruto de um relacionamento com um homem de outra nacionalidade, isso pode acarretar uma rejeição (Ana Cunha, 2024, p. 92).

Nesse contexto, a trajetória de *Carolina* permite compreender a maternidade não apenas como evento biográfico, mas como experiência estruturada por desigualdades de gênero, raça e classe. Ao mesmo tempo, sua decisão de retomar os estudos revela que a maternidade também pode operar como motor de transformação e projeto de futuro, tensionando a ideia de que ser mãe e ser estudante são posições incompatíveis. Assim, as narrativas evidenciam que a permanência universitária de mulheres negras mães não se sustenta apenas pelo mérito individual, mas por rearranjos cotidianos, políticas institucionais de assistência e, sobretudo, pela persistência em construir caminhos possíveis mesmo diante das interrupções.

Por outro lado, no ensino secundário (ou ensino médio) emergem experiências de fortalecimento coletivo:

No ensino secundário, participei de um grupo de ativistas estudantis voltado para apoiar meninas em risco de abandonar a escola. Esse projeto era financiado pela

⁴⁷Conforme discutido na seção 4, o valor do Auxílio Moradia não alcança R\$600,00, valor que se mostra insuficiente para cobrir despesas básicas de habitação e manutenção estudantil, especialmente no caso de estudantes mães.

Organização Internacional das Migrações (OIM) e, nele, aprendemos sobre educação sexual e questões do crescimento, que não eram muito discutidas na escola. Foi um período de grande aprendizado, porque além de estudar, ajudávamos outras meninas e nos fortalecíamos enquanto grupo (Interlocutora Chiziane, 18 nov. 2025).

A narrativa de *Chiziane* mostra que a formação escolar não se limita apenas ao currículo oficial. Ao participar de um grupo voltado ao enfrentamento da evasão feminina, ela ocupa simultaneamente o lugar de estudante e de agente de cuidado coletivo. Diferentemente do cuidado associado ao dispositivo materno, marcado pela expectativa social de disponibilidade permanente das mulheres, o cuidado aqui assume um caráter ético e coletivo. Trata-se de uma prática construída na reciprocidade e na partilha, não como uma imposição naturalizada, mas como escolha política e forma de fortalecimento mútuo. Nesse sentido, compreendo essa prática como afroafeto, na medida em que o cuidado se produz na relação, na solidariedade e na construção compartilhada de permanência e resistência, dialogando com Jair dos Santos (2025), ao perceber a produção dos afetos alegres como uma “máquina de guerra”.

O fato de o projeto abordar educação sexual, temática pouco discutida na escola formalizada, evidencia lacunas institucionais que são preenchidas por iniciativas comunitárias. A educação sexual, quando deslocada do silêncio institucional para o debate coletivo, torna-se o instrumento de autonomia. Trata-se de um saber que impacta diretamente as possibilidades de permanência escolar das meninas, especialmente onde a gravidez precoce, desigualdades de gênero e expectativas sociais restringe trajetórias educacionais. Assim, o coletivo aparece como espaço alternativo de produção de saberes considerados sensíveis ou marginalizados.

Mais do que atividade extracurricular, o grupo configura-se como espaço de construção de consciência e pertencimento. Ao “ajudar outras meninas” e “fortalecer-se enquanto grupo”, a interlocutora indica que o aprendizado foi também relacional e político. Patricia Hill Collins (2019) destaca que comunidades de resistência são fundamentais para a produção de consciência crítica no feminismo negro, pois é na troca de experiências que se elaboram estratégias de enfrentamento às desigualdades estruturais. Nesse sentido, o coletivo estudantil não apenas previne a evasão escolar, mas também produz vínculos e afirmação identitária.

Essa dimensão coletiva dialoga com a perspectiva de bell hooks (2013), em *Ensinando a transgredir*, para quem a educação se torna prática de liberdade quando vinculada à transformação social e ao engajamento comunitário. No caso de *Chiziane*, o aprendizado não

é apenas individual, mas compartilhado e é justamente nesse compartilhamento que se constrói o fortalecimento.

Para além das análises empíricas e sociológicas, a literatura também se apresenta como um espaço privilegiado de elaboração das experiências de mulheres negras em contextos de migração. Conforme propõe Conceição Evaristo (2009), a escrita literária de mulheres negras emerge da experiência vivida e coletiva, constituindo uma forma de conhecimento situada. Estudos posteriores têm mobilizado esse entendimento para afirmar a literatura como prática de produção de saber e de desobediência epistêmica, especialmente no que se refere às narrativas de mulheres negras historicamente silenciadas (Thaís Martins, 2021; Juliana Santos, 2022; Saidiya Hartman, 2020). Assim sendo, a obra auto-biográfica e com toques ficcionais, *Cidadã de segunda classe*, da escritora nigeriana Buchi Emecheta (2020), oferece uma leitura sensível das dinâmicas de racialização, pertencimento e hierarquização social vivenciadas por mulheres negras migrantes (e mães).

Como expressa o personagem Francis:

Em seguida, irado, Francis cuspiu entre: ‘Você deve saber, querida jovem *lady*, que em Lagos você pode ser um milhão de vezes agente de publicidade para os americanos; pode estar ganhando um milhão de libras por dia; pode ter centenas de empregadas; pode estar vivendo como uma pessoa da elite, mas no dia em que chega à Inglaterra vira cidadã de segunda classe. De modo que você não pode discriminar seu próprio povo, porque todos nós somos de segunda classe’ (Buchi Emecheta, 2018, p. 58).

O trecho evidencia como a experiência migratória opera uma ruptura abrupta nas posições sociais previamente ocupadas, produzindo violências e dores que atravessam raça, nacionalidade e gênero. Ainda que situada no campo da literatura, a narrativa de Buchi Emecheta (2018) dialoga diretamente com as experiências relatadas por estudantes internacionais na UNILAB, assim como a questão da maternidade, somada à migração e à racialização, intensifica processos de vulnerabilização e deslocamento social, conforme discutido por Ana Cunha (2024).

As trajetórias não lineares evidenciam que mulheres negras constroem seus percursos formativos a partir das lógicas próprias, conciliando cuidado, trabalho e estudo, em oposição aos modelos tradicionais de escolarização que desconsideram essas experiências. Como aponta Nilma Lino Gomes (2017), a presença de mulheres negras nos espaços educacionais é marcada por percursos atravessados por desigualdades raciais, de gênero e de classe, exigindo estratégias específicas de permanência que tensionam os modelos hegemônicos de formação acadêmica.

Logo, a narrativa da Interlocutora *Lucau* evidencia como o acesso ao ensino superior pode emergir inicialmente como possibilidade distante, sendo gradualmente incorporado ao projeto de vida a partir de relações sociais e experiências compartilhadas:

Em determinado momento, conheci uma colega que me apresentou a possibilidade de cursar o ensino superior, e cheguei a iniciar um percurso na área de Serviço Social. No entanto, até então, eu não tinha planos de estudar fora [do meu país]. Essa perspectiva mudou quando conheci o meu parceiro, que me falou sobre a UNILAB. Até aquele momento, eu não conhecia a universidade nem o seu projeto. Fiz minha primeira candidatura para a entrada de 2019.1, mas não fui selecionada, apesar de ter avançado em algumas etapas do processo seletivo. Na segunda tentativa, consegui ser aprovada em todas as fases e, a partir disso, decidi vir para o Brasil para dar continuidade aos meus estudos (Interlocutora Lucau, 23 jul. 2024).

O relato evidencia que a decisão de ingressar no ensino superior, assim como a escolha pela mobilidade internacional, não se constitui como um projeto previamente estabelecido, mas como um processo construído ao longo do tempo. As redes de sociabilidade, representadas pela colega que apresentou a possibilidade do ensino superior e pelo parceiro que mencionou a UNILAB, desempenham papel fundamental na ampliação das possibilidades educacionais. Além disso, a experiência de não aprovação na primeira candidatura e a persistência em uma segunda tentativa revelam que o acesso à universidade também envolve processos de tentativa, espera e resiliência.

Nesse contexto, a chegada à UNILAB representa não apenas o ingresso em uma instituição de ensino superior, mas também a concretização de um projeto educacional que atravessa fronteiras nacionais e se constrói a partir de encontros, informações compartilhadas e oportunidades institucionais. A trajetória de Lucau, portanto, evidencia como os percursos formativos de estudantes internacionais são frequentemente marcados por deslocamentos, reconfigurações de expectativas e pela construção gradual de horizontes educacionais.

Além disso, a participação em projetos sociais e coletivos estudantis surgem como espaços formativos relevantes, ampliando competências sociais, políticas e afetivas. Essas vivências indicam que a formação acadêmica das interlocutoras ultrapassa os limites da sala de aula, articulando educação formal, engajamento comunitário e construção de consciência política, bem como Lélia Gonzalez (2020), que destaca a centralidade da experiência coletiva e do engajamento comunitário na formação crítica de sujeito negros.

5.3. Motivações para a escolha da UNILAB e do curso

As motivações para a escolha da UNILAB estão diretamente relacionadas às expectativas de realização pessoal e profissional, bem como ao desejo de integrar um espaço que valoriza a diversidade cultural, a história africana e afro-diaspórica. No entanto, como

revelam as narrativas das interlocutoras, essa decisão não se deu de forma imediata ou linear; foi atravessada por medos, incertezas, barreiras institucionais e redes de apoio que tensionam e sustentam a experiência de mobilidade acadêmica.

Assim como a trajetória da Interlocutora *Lucau* em relação à escolha da UNILAB, a Interlocutora *Siura* afirma:

*Concluí o ensino médio em 2018 e tomei conhecimento da UNILAB pelas redes sociais, especialmente pelo Facebook. No início, tive receio, porque no país circulavam muitas notícias de golpes e situações de violência envolvendo falsas bolsas de estudo. Por isso, procurei investigar melhor antes de me inscrever. Minha primeira tentativa de inscrição, em 2019, não foi bem-sucedida por falta de orientação sobre o preenchimento do histórico escolar, já que no meu país o certificado reúne todas as notas e não há separação como exigido no edital. Somente na segunda tentativa, em 2020.2, consegui ser aprovada, embora a chegada ao Brasil tenha sido adiada por causa da pandemia (Interlocutora *Siura*, 17 nov. 2025).*

O receio inicial evidencia que a escolha pela universidade está inserida em circuitos globais marcados por desigualdades informacionais e vulnerabilidades. A necessidade de investigar a veracidade do processo seletivo revela uma experiência de desconfiança que antecede a própria candidatura. Além disso, a dificuldade no preenchimento do histórico escolar expõe como a burocracia pode operar como barreiras silenciosas quando desconsideram as especificidades nacionais. A persistência diante da reprovação inicial indica que a motivação não se limitava ao acesso formal ao ensino superior, mas envolvia um projeto maior de deslocamento e transformação.

A interlocutora *Okinka Pampa*, de modo semelhante, destaca que a decisão de estudar no Brasil foi atravessada por inseguranças e boatos, mas também por incentivo coletivo:

*Escolher estudar no Brasil não foi fácil. Inicialmente, não queria vir devido a boatos e a opiniões de conhecidos. Um amigo meu me motivou a tentar; me lembrando que muitos tentaram por anos e não conseguiram. Decidi me inscrever e fui aprovada na primeira tentativa. Minha mãe ficou muito feliz e o apoio familiar foi fundamental para minha decisão. Quando cheguei à UNILAB, fui acolhida pelos colegas do meu país e pelos acolhedores da universidade, mas inicialmente me senti sozinha e insegura, mas a amizade com colegas da mesma nacionalidade foi essencial para superar aquela época de adaptação (Interlocutora *Okinka Pampa*, 22 maio 2024).*

A motivação, nesse caso, não se moldou como uma decisão individual e isolada, mas como escolha mediada por redes de apoio. O incentivo de amigas e amigos e o suporte familiar operam como dispositivos de sustentação da partida, enquanto a amizade entre conterrâneas emerge como estratégia afetiva de permanência diante da solidão inicial. A experiência de acolhimento pelas/pelos colegas, ainda que coexistindo com inseguranças, revela que a inserção universitária é um processo gradual de construção de pertencimento.

As narrativas também evidenciam que a motivação inicial se desdobra em desafios concretos no cotidiano acadêmico. A Interlocutora *Okinka Pampa* afirma:

Eu tive vários desafios na UNILAB, no início precisei lidar com a adaptação à língua, com a metodologia e a questão do estudo intensivo. Eu lembro de receber textos grandes e não entendia de imediato que era esperado que lêssemos integralmente (Interlocutora *Okinka Pampa*, 22 maio 2024).

De modo semelhante, a Interlocutora *Chiziane* acrescenta:

Chegar à UNILAB foi uma experiência única, mas também desafiadora. No começo, senti dificuldade em me adaptar às metodologias e à forma como os professores conduziam as aulas. Na minha experiência anterior, o ensino era mais rígido e voltado para a memorização, enquanto aqui eu vejo que tem mais diálogo e incentivo à pesquisa. Isso exigiu de mim mais paciência e organização para conseguir acompanhar as disciplinas (Interlocutora *Chiziane*, 18 nov. 2025).

Esses relatos revelam que a escolha pela UNILAB não encerra o percurso, mas inaugura um processo de reconfiguração intelectual e linguística. A adaptação às metodologias, à leitura extensiva e à cultura acadêmica demanda reorganização subjetiva e disciplinar, evidenciando que a permanência exige esforço contínuo.

A trajetória da Interlocutora *Carolina* amplia ainda mais essa compreensão:

Tenho três filhas e minha trajetória inclui desafios marcantes, apesar das dificuldades, consegui realizar meu sonho de ingressar na universidade e me tornar pesquisadora [...] Organizei minha vida para retornar aos estudos universitários depois de muitos anos trabalhando. Hoje, incentivo as minha filhas a buscar a universidade, valorizando o acesso à educação que demorou a se concretizar para mim (Interlocutora *Carolina*, 8 abr. 2024).

Aqui, a motivação assume dimensão intergeracional. O ingresso na universidade não representa apenas realização individual, mas reconfiguração de trajetórias familiares e produção de novos horizontes para as filhas, inscrevendo a experiência acadêmica como projeto coletivo de futuro.

A escolha pela UNILAB ultrapassa a dimensão instrumental do acesso ao ensino superior. Trata-se da adesão a um projeto institucional que possibilita reconhecimento identitário e circulação em um território simbólico no qual essas mulheres podem se afirmar enquanto estudantes negras e agentes de transformação social. As narrativas indicam que a motivação está profundamente articulada à busca por pertencimento, permanência e construção de futuro, elementos que se entrelaçam à experiência afetiva e política da vida universitária. Contudo, essa adesão não se dá de maneira acrítica.

As interlocutoras tensionam o próprio projeto pedagógico da instituição ao apontarem lacunas no ensino sobre o continente Africano (seja pela história e epistemologias *Afrikanas*, como do PALOP). A Interlocutora *Chiziane* afirma:

No curso de Humanidades, percebo que ainda há lacunas no ensino sobre a África contemporânea. A maioria das disciplinas aborda principalmente o período

colonial, ignorando os processos históricos, culturais e políticos atuais. Acho que a UNILAB deveria desenvolver mais as disciplinas que valorizem a diversidade africana, fortalecendo nossa identidade e permanência na universidade (Interlocutora Chiziane, 18 nov. 2025).

Na mesma direção, a Interlocutora Siura observa:

No curso de História, percebo uma grande lacuna no ensino sobre a África contemporânea. A maioria das disciplinas que abordam sobre o continente ainda fica no período colonial, ignorando os processos atuais ou que aconteceu depois. Em uma universidade com missão de integração, acho importante que tenha disciplinas voltadas à África para além da colonização, valorizando sua diversidade e suas produções (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

Essas falas revelam que o pertencimento não elimina a crítica; ao contrário, a fortalece. Ao reivindicarem maior atenção à África contemporânea, as estudantes demonstram expectativa de coerência entre a missão institucional da UNILAB e sua prática curricular. Essa dimensão crítica também aparece quando as interlocutoras refletem sobre a organização curricular da universidade e suas implicações para estudantes internacionais. A Interlocutora Lucau destaca que o percurso formativo no BHU e a posterior transição para a Licenciatura em Pedagogia produzem desafios específicos:

Minha trajetória na universidade começou pelo Bacharelado em Humanidades, que, na minha percepção, não contribuiu diretamente para a minha formação em Pedagogia. Os conteúdos trabalhados são mais voltados para áreas como Sociologia, História e Antropologia, com pouca articulação com os conhecimentos pedagógicos. Ao ingressar na Licenciatura em Pedagogia, percebi uma ruptura significativa, pois se trata de um campo com demandas e abordagens distintas. Essa transição é desafiadora, especialmente para estudantes internacionais. Além disso, o currículo do curso é majoritariamente voltado para a realidade brasileira, o que dificulta a aplicação direta desses conhecimentos no contexto [do meu país]. Muitas disciplinas não dialogam com a realidade educacional do meu país, que ainda mantém forte influência do modelo português (Interlocutora Lucau, 23 jul. 2024).

O relato evidencia que, embora a universidade se proponha como espaço de integração internacional, as experiências curriculares podem revelar limites na articulação entre diferentes contextos educacionais. A percepção de distanciamento entre os conteúdos trabalhados e a realidade educacional angolana indica que a formação acadêmica, em alguns momentos, permanece centrada em referenciais nacionais, exigindo das estudantes um esforço adicional de tradução e adaptação desses conhecimentos para seus contextos de origem.

Nesse sentido, a experiência relatada evidencia que a permanência universitária de estudantes internacionais envolve não apenas desafios linguísticos e culturais, mas também tensões epistemológicas e curriculares. As interlocutoras demonstram, assim, uma postura reflexiva diante da formação recebida, indicando a necessidade de ampliar o diálogo entre os conteúdos acadêmicos e as realidades educacionais dos países africanos representados na universidade.

Assim, a escolha pela UNILAB envolve esperança, identificação e projeto de futuro, mas também produz tensionamentos e reivindicações. As narrativas evidenciam que pertencimento e crítica não são opostos, mas dimensões complementares de uma permanência ativa, na qual as estudantes não apenas ocupam o espaço universitário, mas participam da sua reconfiguração simbólica e política.

5.4. Impacto das políticas afirmativas na trajetória acadêmica

As políticas afirmativas desempenham papel central na democratização do ensino superior, especialmente no que se refere ao acesso e à permanência de estudantes negras. Contudo, suas narrativas demonstram que tais políticas operam em uma tensão constante entre garantia de direitos e produção de novas vulnerabilidades.

A Interlocutora *Okinka Pampa* afirma:

O auxílio estudantil foi essencial para minha permanência. Inicialmente, precisei de orientação para solicitar o benefício. Ele foi muito importante para a minha permanência, principalmente para minha alimentação e medicamentos durante o período que realizei um tratamento (Interlocutora *Okinka Pampa*, 22 maio 2024).

A fala evidencia que o auxílio não é um complemento, mas condição material de existência universitária. Alimentação e medicamentos aparecem como necessidades básicas, deslocando o debate da ideia abstrata de “permanência” para a dimensão concreta da sobrevivência. A necessidade de orientação para solicitar o benefício também revela que o acesso à política não é automático, exigindo capital informacional e redes de apoio.

De modo semelhante, a Interlocutora *Lucau* relata que os auxílios institucionais têm papel central em sua permanência na universidade, embora também revelem limitações no atendimento de demandas emergenciais:

Atualmente, sou beneficiária dos auxílios de alimentação e moradia, além de participar do Programa de Educação Tutorial (PET), o que contribui significativamente para a minha permanência na universidade. No entanto, já enfrentei dificuldades ao solicitar auxílio emergencial. Fiz quatro solicitações e não fui contemplada, mesmo em uma situação de necessidade, como quando precisei adquirir óculos, cujo custo tive que arcar com os recursos dos auxílios regulares (Interlocutora *Lucau*, 23 jul. 2024).

O relato evidencia que, embora os auxílios institucionais constituam um suporte fundamental para a permanência estudantil, nem sempre são suficientes para responder a situações imprevistas que afetam diretamente as condições de estudo e bem-estar das estudantes. A dificuldade em acessar o auxílio emergencial demonstra que a política de assistência, mesmo quando existente, pode apresentar limites operacionais que geram insegurança e sobrecarga financeira para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a experiência relatada reforça que as políticas de permanência precisam considerar não apenas as necessidades regulares do cotidiano universitário, como alimentação e moradia, mas também demandas emergenciais que podem impactar diretamente a saúde e o desempenho acadêmico das estudantes.

Monaliza de Alcântara e Paulo Roberto (2020) destacam que o aumento da presença de mulheres negras no ensino superior está diretamente relacionado à implementação de políticas afirmativas, como aponta Jacqueline Costa (2015, p. 167): “a estrutura da universidade somada a um conjunto de políticas de permanência faz a diferença para o sucesso dos (as) estudantes, cotistas e não-cotistas”.

No caso da UNILAB, a pluralidade do público atendido – estudantes brasileiras/os/es de periferias urbanas e rurais, quilombolas, indígenas, ciganas/os, africanas/os e timorenses⁴⁸ – exige que as políticas sejam sensíveis às múltiplas formas de vulnerabilidade que atravessam raça, gênero, nacionalidade e território. Kabengele Munanga (2022) enfatiza que reconhecer publicamente as diferenças raciais é condição para formular políticas eficazes contra o racismo estrutural. Entretanto, como demonstram as interlocutoras, esse reconhecimento nem sempre se traduz integralmente nas práticas institucionais.

As experiências das Interlocutoras *Siura* e *Chiziane* evidenciam que a permanência extrapola os limites do campus e se estende ao território (Redenção/CE e Acarape/CE).

A Interlocutora *Siura* relata:

Fora da universidade, especialmente na busca por moradia em Acarape, enfrentei situações explícitas de racismo. Em uma ocasião, um proprietário afirmou que não alugava casas para africanos ou negros. Em outra residência, a proprietária nos acusou constantemente de não saber usar instalações básicas, associando nossa origem africana à sujeira e ignorância. Houve ameaças verbais e tentativas de nos responsabilizar por problemas estruturais da casa. Acredito que a existência de uma residência universitária poderia diminuir muitas dessas violências, nos dando mais segurança e dignidade aos estudantes internacionais (Interlocutora Siura, 17 nov. 2025).

A Interlocutora *Chiziane* completa:

Na busca por moradia, alguns proprietários se recusaram a alugar para africanos ou questionavam nossa capacidade de manter a casa. No dia a dia também, há muitos casos de racismo, nos espaços de convivência e no comércio. Acho importante as residências universitárias para os estudantes internacionais (Interlocutora Chiziane, 18 nov. 2025).

Aqui, as políticas afirmativas revelam também seu limite territorial. O acesso à universidade não neutraliza o racismo no mercado imobiliário, no comércio ou nos espaços de convivência. A ausência de residência universitária, nesse contexto, não é apenas uma lacuna

⁴⁸Além disso, atende Pessoas com Deficiência (PcD), LGBTQIAPN+, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e entre outros grupos.

administrativa, mas fator de exposição à violência racial. A permanência, portanto, depende de políticas que considerem o entorno social da instituição.

Essa discussão dialoga com o trabalho de Jarciela Pitiandra Lima Correia Sá (2023), que analisa os desafios institucionais enfrentados por estudantes da UNILAB no acesso às políticas de assistência estudantil. A autora evidencia que, embora o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) seja um mecanismo fundamental, seus critérios e processos podem gerar insegurança e instabilidade para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, torna-se fundamental que os editais institucionais, sejam eles de auxílio permanência, bolsas de iniciação científica, tutoria, monitoria, entre outros, reconheçam as múltiplas identidades presentes na UNILAB, considerando as intersecções de raça, gênero, nacionalidade e território. Tal reconhecimento é especialmente relevante no caso das mulheres negras, cujas trajetórias acadêmicas são atravessadas por desigualdades estruturais que demandam políticas de permanência sensíveis às suas especificidades (Ana Reginaldo, 2024).

Nesse sentido, como apontam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), o neoliberalismo tende a individualizar responsabilidades e enfraquecer políticas públicas de enfrentamento às desigualdades. Quando o acesso ao auxílio se torna excessivamente burocrático ou instável, a política deixa de operar exclusivamente como mecanismo de inclusão e passa a produzir ansiedade, medo e sensação de insegurança permanente.

As narrativas indicam que a permanência não se sustenta apenas pelo mérito individual, mas pela articulação entre políticas institucionais e redes de solidariedade. Quando um auxílio é cortado ou atrasado, o impacto não é apenas financeiro; é emocional, físico e acadêmico.

Assim, as políticas afirmativas na UNILAB constituem condição indispensável para o acesso e permanência de mulheres negras e estudantes internacionais, mas ainda demandam aprimoramento para contemplar plenamente a complexidade das trajetórias que afirmam atender. As interlocutoras não aparecem como beneficiárias passivas, mas como sujeitas críticas que identificam lacunas e reivindicam ajustes institucionais coerentes com a missão da universidade.

Logo, as narrativas apresentadas evidenciam que o acesso e a permanência de mulheres negras na UNILAB não se sustentam exclusivamente pelas políticas institucionais de assistência estudantil. Embora tais políticas sejam fundamentais para garantir condições materiais mínimas de continuidade na universidade, as experiências das interlocutoras revelam que a permanência também se constrói em dimensões relacionais, afetivas e

comunitárias que atravessam o cotidiano acadêmico. Nesse sentido, redes de solidariedade, vínculos de cuidado e práticas coletivas de apoio emergem como elementos centrais na sustentação dessas trajetórias. É justamente nesse terreno relacional que o afroafeto se manifesta como prática de resistência, pertencimento e produção de vida universitária. Desse modo, na seção seguinte, analisa-se como essas redes afroafetivas se constituem e operam no cotidiano da UNILAB, evidenciando seu papel na construção de estratégias coletivas de permanência e fortalecimento das trajetórias acadêmicas de mulheres negras.

6 AS REDES AFROAFETIVAS COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

A permanência de mulheres negras na UNILAB/CE não se sustenta exclusivamente pelas políticas formais de assistência estudantil. As narrativas evidenciam que o permanecer é produzido cotidianamente em redes de cuidado, escuta e solidariedade construídas entre as próprias estudantes. É nesse terreno relacional que o afroafeto se materializa como prática concreta de sustentação da vida acadêmica.

Esta seção desloca o debate da dimensão conceitual, já trabalhada anteriormente na seção 2, para a análise das narrativas e das experiências vividas. Interessa compreender como o afroafeto opera, onde ele acontece, quem o produz e de que modo ele se torna política de permanência.

Primeiramente, no primeiro tópico “A importância das relações interpessoais e da ancestralidade”, destaca como os vínculos afetivos e memórias ancestrais, pelo conceito “Afro” + afeto, em uma perspectiva da filosofia *Ubuntu*, contribuem para a sustentação dessa prática. Na terceira parte, o tópico “Percepções do afroafeto no cotidiano universitário”, haverá a apresentação a partir de relatos e narrativas que mostram como ele se manifesta nas experiências diárias de apoio, acolhimento e solidariedade, para isso, a partir de nota de campos, será apresentado o mapeamento dos grupos que colaboram com esse permanecer afetivo: Time de futebol, Programa de Educação Tutorial (PET) – coordenado pela Profa. Dra. Antônio Suele de Souza Alves Pereira –, Projeto *Uniculturas* – coordenado pela Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares –, Projeto de Extensão *Lélia Gonzalez, presente!* – coordenado pela Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa –, e o Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab (MMU/UNILAB). Para finalizar, o tópico “O papel do afroafeto na superação de desafios e na construção do pertencimento”, evidencia como ele se torna uma força coletiva que garante não apenas a permanência acadêmica, mas também o florescimento e fortalecimento dessas trajetórias acadêmicas.

6.1. A importância das relações interpessoais e da ancestralidade para o afroafeto

As narrativas das interlocutoras evidenciam que a chegada à universidade é frequentemente atravessada por deslocamentos territoriais, culturais e linguísticos. No contexto da UNILAB, essa experiência é ainda mais complexa, considerando a presença de estudantes internacionais e brasileiras que compartilham histórias marcadas por mobilidade, distanciamento familiar e processos de adaptação sociocultural. A universidade, nesse sentido, torna-se não apenas um espaço de formação acadêmica, mas também um território de

reconstrução de vínculos, no qual novas formas de pertencimento são continuamente elaboradas.

Esse processo de adaptação envolve desafios que ultrapassam as dimensões pedagógicas e institucionais, alcançando aspectos emocionais, identitários e comunitários. A mudança de país, estado ou cidade frequentemente implica a ruptura com redes de apoio previamente estabelecidas, exigindo das estudantes a construção de novos laços afetivos capazes de sustentar sua permanência e bem-estar. Dessa forma, as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano universitário passam a desempenhar papel fundamental na reorganização dessas trajetórias.

As entrevistas revelam que a permanência está profundamente ligada às relações construídas após a chegada na universidade. O afroafeto é percebido, nesse cenário, como prática relacional capaz de reorganizar a experiência do deslocamento (seja ele de país, estado, cidade, bairro ou comunidade). Mais do que um sentimento individual, o afroafeto manifesta-se como uma prática social construída nas interações cotidianas, nas quais o cuidado, a escuta e a solidariedade constituem elementos centrais para a sustentação emocional das estudantes.

A Interlocutora *Okinka Pampa* relata:

O apoio das redes de afeto, tanto das pessoas do meu país quanto brasileiras, também foi fundamental. A fê, amigos, colegas e familiares estão ao meu lado me dando apoio emocional [...] Alguns professores criaram um grupo de empatia e de afeto que permitia compartilhar experiências e sentimentos sem julgamento e foi muito bom, porque me ajudou naquela época da pandemia (Okinka Pampa, 22 maio 2024).

O relato revela três dimensões fundamentais do afroafeto: a articulação transnacional das redes (entre internacionais e brasileiras), a presença de docentes como agentes de mediação afetiva e a constituição de espaços estruturados de escuta sem julgamento. Não se trata apenas de amizade espontânea, mas da construção intencional de ambientes de cuidado no interior da universidade.

A experiência narrada também evidencia como o afroafeto pode emergir em contextos institucionais, rompendo com a ideia de que o afeto pertence exclusivamente ao âmbito privado. A presença de professores e professoras na criação de espaços de escuta demonstra que as relações pedagógicas podem incorporar dimensões éticas e afetivas, contribuindo para a formação de ambientes acadêmicos mais acolhedores e inclusivos.

A criação de “grupos de empatia” dentro da universidade move o afeto do campo privado para um espaço coletivo e acadêmico, rompendo com a lógica individualista historicamente associada ao ensino superior. Nesse contexto, o afroafeto opera como prática

coletiva que sustenta emocionalmente as estudantes e fortalece seu sentimento de pertencimento institucional. Ao compartilhar experiências, medos e desafios, as estudantes constroem formas de solidariedade que contribuem para enfrentar os impactos do racismo estrutural, das desigualdades sociais e das dificuldades relacionadas ao processo de adaptação universitária.

Ademais, esses espaços coletivos possibilitam a circulação de experiências e saberes que muitas vezes não encontram reconhecimento nos formatos tradicionais da vida acadêmica. A escuta compartilhada, a empatia e o reconhecimento mútuo tornam-se, assim, estratégias de fortalecimento subjetivo e político, capazes de transformar a vivência universitária em um espaço de construção coletiva.

A Interlocutora *Carolina* amplia essa compreensão ao afirmar:

O afroafeto, para mim, está muito ligado às relações comunitárias e à experiência de cuidado compartilhado. Participar de projetos de pesquisa sobre comunidades me permitiu experimentar o afeto coletivo. Isso me ajudou a compreender como o cuidado comunitário é fundamental para formação de laços afetivos saudáveis, assim como, nas oportunidades educacionais, porque foi a partir dali que me tornei bolsista e de fato me vi como pesquisadora e fazendo o que gosto, fazer ciência (Carolina, 8 abr. 2024).

Nesta narrativa, o afroafeto aparece como elemento articulador entre experiência comunitária e reconhecimento acadêmico. Ao afirmar que “se viu como pesquisadora”, a Interlocutora *Carolina* evidencia que o pertencimento não é apenas emocional, mas também epistêmico: o afroafeto contribui para a construção de uma identidade científica, legitimando sua presença na universidade como produtora de conhecimento.

Esse reconhecimento possui implicações profundas para estudantes historicamente sub-representadas na universidade. Ao participarem de projetos de pesquisa e experiências coletivas de produção de conhecimento, essas estudantes passam a se perceber como sujeitas capazes de produzir ciência, rompendo com imaginários excludentes que frequentemente associam o espaço acadêmico a determinados perfis sociais e raciais.

O afroafeto, nesse sentido, atua como um mediador entre experiência acadêmica e reconhecimento identitário. A partir das relações estabelecidas no interior da universidade, as estudantes encontram não apenas apoio emocional, mas também oportunidades de inserção em atividades de pesquisa, extensão e produção científica, ampliando suas possibilidades de permanência e projeção profissional.

Ao mencionar a transmissão desses valores às filhas, *Carolina* inscreve o afroafeto numa dimensão ancestral e intergeracional:

Eu tento transmitir às minhas filhas esses valores de cuidado, empatia e pertencimento. Pela minha trajetória, entendi que o afroafeto é também uma forma

de resistência: criar redes de apoio, fortalecer identidades e empodera as pessoas que participam dessas relações afetivas e coletivas (Carolina, 8 abr. 2024).

Nesse trecho, o afroafeto ultrapassa o espaço universitário e se inscreve na continuidade das relações familiares e comunitárias. A transmissão de valores como cuidado, empatia e pertencimento evidencia que essas práticas não são apenas construídas no presente, mas fazem parte de um legado que atravessa gerações. O afroafeto, portanto, não se restringe à experiência individual das interlocutoras, mas constitui uma herança ética e política que orienta suas formas de viver, cuidar e educar.

A ancestralidade, portanto, não aparece apenas como referência simbólica, mas como continuidade ética: cuidar é herdar e projetar o futuro. A compreensão da ancestralidade como continuidade ética e relacional também pode ser ampliada a partir de contribuições de autoras negras que refletem sobre os modos coletivos de produção de conhecimento. Adilbênia Machado (2020), ao discutir epistemologias afrocentradas, compreende o conhecimento como experiência encarnada, tecida nas relações e nas memórias coletivas. Para a autora, os saberes afro-diaspóricos são “tecidos por mulheres negras que bordam experiências coletivas, irmanadas, ancestrais e encantadas” (Machado, 2020, p. 30). Essa perspectiva desloca o conhecimento de uma lógica abstrata e universalizante para uma compreensão situada no corpo, na memória e na ancestralidade.

Essa leitura também permite compreender que os modos de existir em relação — e, consequentemente, as formas de cuidado e de afeto — não apenas se contrapõem ao individualismo moderno, mas tensionam perspectivas universalizantes que sustentaram hierarquias de raça, gênero e produção de conhecimento. Quando pensada a partir dessas matrizes epistemológicas, a educação deixa de operar com sujeitos abstratos e passa a reconhecer a complexidade das experiências situadas, nas quais relacionalidade, afetividade e historicidade constituem dimensões fundamentais do processo formativo.

Assim, os gestos de solidariedade, apoio e empatia presentes nas narrativas das interlocutoras podem ser compreendidos como expressões contemporâneas de saberes ancestrais que historicamente sustentaram comunidades negras diante de contextos de adversidade e exclusão.

Logo, o afroafeto é percebido como uma ética relacional que dialoga com a filosofia *Ubuntu*, na medida em que reafirma que o sujeito se constitui na relação (Mogobe Ramose, 1999; 2011; Bárbara Carine, 2021). A filosofia *Ubuntu* propõe que a humanidade de cada pessoa se constrói na interdependência com outras pessoas, sintetizada na máxima “eu sou

porque nós somos”. Essa perspectiva enfatiza que a existência humana está profundamente vinculada às relações de cuidado, solidariedade e responsabilidade coletiva.

No contexto da universidade, essa ética relacional se manifesta nas redes de apoio construídas entre estudantes, docentes e comunidades, evidenciando que a permanência acadêmica não depende exclusivamente de esforço individual, mas da presença de relações que sustentem emocional, social e intelectualmente essas trajetórias.

Bárbara Carine (2021) também enfatiza a importância de reconhecer filosofias africanas como referências para pensar práticas pedagógicas e processos de formação. Ao discutir o conceito de *Ubuntu*, a autora destaca que essa filosofia se fundamenta na compreensão de que a existência humana é essencialmente relacional, sintetizada na ideia de que a realização de uma pessoa está profundamente vinculada à realização do coletivo. Nessa perspectiva, a universidade pode ser compreendida não apenas como espaço de produção de conhecimento, mas também como território de construção de vínculos, cuidado e pertencimento.

Permanecer na UNILAB, nesse contexto, é permanecer em rede. As narrativas analisadas indicam que o afroafeto, sustentado por vínculos interpessoais e pela memória ancestral, constitui uma dimensão fundamental para a produção de pertencimento, reconhecimento e continuidade das trajetórias acadêmicas dessas estudantes. Nesse sentido, a experiência universitária revela-se atravessada por vínculos afetivos, memórias ancestrais e práticas coletivas de cuidado que possibilitam não apenas a continuidade dos estudos, mas também a construção de identidades acadêmicas e projetos de futuro ancorados na solidariedade e no pertencimento comunitário.

6.2. Percepções do afroafeto no cotidiano universitário

No cotidiano da UNILAB, o afroafeto se materializa em diferentes espaços coletivos que funcionam como verdadeiras redes de permanência. A partir das entrevistas e das notas de campo, foi possível identificar grupos e projetos que operam como territórios afroafetivos, nos quais as estudantes constroem vínculos, compartilham experiências e elaboram estratégias para enfrentar as dificuldades acadêmicas e pessoais.

Entre esses espaços destacam-se o time de futebol feminino guineense, o Programa de Educação Tutorial (PET), o Projeto *Uniculturas*, o Projeto de Extensão *Lélia Gonzalez, Presente!* e o Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab (MMU/UNILAB). Embora possuam finalidades distintas, esses grupos compartilham uma mesma lógica de cuidado coletivo, fortalecimento identitário e construção de redes de apoio entre estudantes.

O time de futebol feminino guineense, conhecido por *Badjuda*⁴⁹ Futebol Clube, por exemplo, constitui um espaço que ultrapassa a dimensão esportiva e se consolida como um ambiente de convivência e fortalecimento entre mulheres estudantes.

As atividades do futebol feminino ocorrem em uma quadra que se situa na área central da cidade, embora, em virtude de imprevistos, possam se deslocar para outros lugares, como a praça principal ou uma quadra no território periférico de São Benedito, ambas em Acarape (Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva, 2021, p. 290-291).

Integrado por estudantes negras e internacionais, o grupo funciona como um espaço de encontro e lazer. As atividades são organizadas coletivamente pelas próprias estudantes, que definem horários de treino, participações em campeonatos e formas de apoio mútuo, configurando um ambiente de solidariedade e fortalecimento coletivo. Segundo Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva (2021) o *Badjuda* Futebol Clube destaca-se como um cenário de educação onde o esporte serve de base para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Embora a sociedade tende a marginalizar a presença feminina no futebol, as jovens internacionais africanas em Acarape/CE ressignificam essa modalidade. Através da partilha de saberes e do fortalecimento de vínculos, elas utilizam o jogo como um mecanismo de ocupação de espaços e de afirmação de seu protagonismo social.

Outro espaço relevante identificado nas narrativas é o PET, que reúne estudantes bolsistas e voluntárias/os em atividades de ensino, pesquisa e extensão orientadas por docentes. O programa tem como objetivo ampliar a formação acadêmica e estimular a produção de conhecimento de forma coletiva e interdisciplinar. De acordo com Carneiro, Rodrigues e Pereira (2024, p. 2) o PET “não só proporciona melhor desempenho nas disciplinas, mas também desperta perspectivas de pesquisa e docência, além de fomentar a integração entre os alunos de cursos vinculados a outros institutos acadêmicos e a universidade”.

No cotidiano do grupo, as decisões sobre atividades, projetos e ações extensionistas são frequentemente discutidas em reuniões coletivas, nas quais estudantes e docentes dialogam sobre os rumos das ações desenvolvidas. Para muitas estudantes, a participação no PET representa não apenas uma oportunidade de formação acadêmica, mas também um espaço de pertencimento e reconhecimento dentro da universidade.

Uma das interlocutoras relata como a participação em projetos acadêmicos contribuiu para sua permanência:

⁴⁹Tradução: Menina/Garota

O PET representa uma experiência importante na minha trajetória acadêmica, pois contribui para dar visibilidade à universidade e ampliar as possibilidades formativas dos estudantes envolvidos (Interlocutora Lucau, 23 jul. 2024).

De modo semelhante, projetos de extensão como o *Lélia Gonzalez, Presente!* e o *Uniculturas*, também se configuram como espaços de construção coletiva de saberes e fortalecimento identitário. O projeto *Lélia Gonzalez, Presente!* constitui uma iniciativa de formação interdisciplinar voltada ao estudo do pensamento feminista negro e ao empoderamento intelectual e político de mulheres negras. Vinculado ao Instituto de Humanidades da UNILAB, o projeto promove encontros formativos, grupos de estudo, atividades de extensão e debates que articulam universidade e movimentos sociais, reunindo estudantes, pesquisadoras e mulheres atuantes em diferentes espaços sociais. Sua proposta pedagógica busca fortalecer processos de consciência crítica e produção de conhecimento a partir das experiências e das trajetórias de mulheres negras, promovendo espaços de escuta, acolhimento e partilha de saberes (Cláudia Ferreira; Jacqueline Costa, 2024).

Já o Projeto *Uniculturas*, criado em 2017 por estudantes da própria universidade, constitui uma das principais iniciativas culturais da UNILAB voltadas para a valorização da diversidade cultural presente na instituição. Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX), o projeto tem como objetivo promover a integração entre estudantes de diferentes nacionalidades por meio de expressões artísticas e culturais, como dança, música, poesia, teatro, moda e gastronomia. Suas atividades incluem oficinas, apresentações culturais, eventos e intervenções realizadas tanto dentro da universidade quanto em comunidades do entorno, contribuindo para fortalecer o diálogo intercultural e a valorização das culturas afro-diaspóricas presentes na instituição (UNILAB, 2023; 2024; 2025).

A organização dessas ações costuma ocorrer de forma colaborativa, envolvendo estudantes, professoras/es e membros da comunidade externa na definição de temas, metodologias e atividades a serem realizadas. Nesse sentido, tais projetos constituem espaços nos quais a universidade se abre para práticas formativas que articulam conhecimento acadêmico, cultura e experiências comunitárias.

Outro espaço mencionado nas narrativas é o Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab (MMU/UNILAB), formado por estudantes que conciliam a maternidade com a vida acadêmica. De acordo com Ana Cássia (2024, p. 119), uma das integrantes, o coletivo “tem em vista dialogar com a gestão para promover melhorias que possibilitem a seguridade das mães universitárias de permanecer no ensino superior, pensando nas necessidades de hoje”. O coletivo surge como estratégia de apoio mútuo diante das dificuldades enfrentadas por estudantes que são mães, criando redes de solidariedade que

envolvem desde a troca de informações sobre direitos estudantis até o cuidado compartilhado com as crianças durante atividades acadêmicas. Nesse espaço, as decisões e encaminhamentos são construídos coletivamente a partir das demandas apresentadas pelas próprias participantes.

Esses diferentes espaços revelam que o afroafeto se manifesta no cotidiano universitário por meio de práticas concretas de convivência, organização coletiva e solidariedade. Mais do que iniciativas isoladas, esses grupos⁵⁰ funcionam como redes de sustentação emocional, acadêmica e política para estudantes que enfrentam múltiplos desafios em suas trajetórias universitárias. Ao possibilitar encontros, trocas de experiências e formas coletivas de cuidado, tais iniciativas contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar as condições de permanência dessas estudantes na universidade.

6.3. O papel do afroafeto na superação de desafios e na construção do pertencimento

As experiências relatadas pelas estudantes indicam que o afroafeto desempenha um papel central na superação dos desafios enfrentados ao longo do percurso universitário. Racismo institucional, dificuldades financeiras, adoecimento mental, barreiras linguísticas e a ausência de redes familiares próximas aparecem de forma recorrente nas narrativas das interlocutoras, evidenciando que a permanência no ensino superior envolve dimensões que ultrapassam as condições estritamente acadêmicas.

Diante desse cenário, as redes afroafetivas emergem como importantes dispositivos de proteção, cuidado e fortalecimento subjetivo. A partir das relações construídas entre colegas, professoras/es e integrantes de projetos acadêmicos e coletivos estudantis, as estudantes encontram espaços de escuta, acolhimento e partilha de experiências. Essas práticas de cuidado coletivo contribuem para amenizar os impactos emocionais e sociais das adversidades enfrentadas no percurso universitário.

A interlocutora *Okinka Pampa* destaca a importância dessas relações no fortalecimento de sua trajetória acadêmica:

O apoio das redes de afeto, professores e colegas possibilita a construção de um espaço seguro para desabafos, compartilhamento de dificuldades e apoio emocional. Esses vínculos fortalecem meu sentimento de pertencimento e motivação para continuar os estudos, mesmo diante de desafios. A universidade poderia valorizar ainda mais essas práticas, promovendo formações e espaços estruturados para lidar com saúde mental e vulnerabilidades dos estudantes (Okinka Pampa, 22 maio 2024).

⁵⁰Neste trabalho destaco estes grupos – time de futebol feminino guineense, o Programa de Educação Tutorial (PET), o Projeto Uniculturas, o Projeto de Extensão Lélia Gonzalez, Presente! e o Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab (MMU/UNILAB) – na UNILAB há outros diversos grupos que são territórios afroafetivos.

O relato evidencia que o afroafeto não se limita à dimensão individual do cuidado, mas constitui uma prática coletiva que sustenta emocionalmente as estudantes diante das adversidades da vida acadêmica. A possibilidade de compartilhar dificuldades, encontrar apoio emocional e construir relações baseadas na empatia contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento à universidade e para ampliar as condições de continuidade dos estudos.

Nesse sentido, o afroafeto articula-se às políticas institucionais de permanência, como bolsas, auxílios e residências universitárias, mas também evidencia seus limites. Embora tais políticas sejam fundamentais para garantir condições materiais de permanência, as narrativas indicam que a continuidade das trajetórias acadêmicas é igualmente sustentada por práticas afetivas e relacionais que não aparecem formalmente nos editais ou nas políticas institucionais, mas que desempenham papel decisivo na experiência universitária das estudantes.

Compreender o afroafeto como elemento constitutivo da permanência estudantil implica, portanto, reconhecer que a universidade é também um espaço atravessado por disputas simbólicas, afetivas e identitárias. As redes afroafetivas construídas pelas mulheres negras na UNILAB funcionam como estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam o ensino superior, possibilitando a construção de vínculos de solidariedade, reconhecimento e apoio mútuo.

Ao fortalecer essas redes, as estudantes não apenas ampliam suas condições de permanência acadêmica, mas também constroem sentidos de pertencimento que reafirmam sua presença na universidade como legítima e necessária. Nesse processo, o afroafeto se configura como uma prática que articula cuidado, resistência e fortalecimento/consolidação de comunidade, contribuindo para a construção de identidades acadêmicas e projetos coletivos de futuro, além de produção de conhecimento.

Outro aspecto que emergiu das entrevistas e das observações de campo diz respeito às formas pelas quais as estudantes percebem os espaços de debate sobre questões feministas e raciais dentro da universidade. A partir da análise etnográfica realizada ao longo da pesquisa, foi possível observar que muitas estudantes se sentem mais seguras para participar dessas discussões em ambientes menores e mais reservados, como salas de aula, grupos de estudo ou encontros organizados por projetos e coletivos.

Em eventos institucionais de maior porte ou abertos ao público universitário em geral, observou-se, em alguns casos, uma participação mais reduzida de estudantes. Um exemplo registrado nas notas de campo ocorreu em 13 de março de 2026, quando foi realizada uma

roda de conversa feminista organizada pelo coletivo da Marcha Mundial das Mulheres – Comitê UNILAB. Apesar da relevância do tema e da divulgação prévia da atividade, o encontro contou com a presença de sete mulheres participantes, número que evidencia um certo esvaziamento em comparação com outras atividades acadêmicas realizadas na instituição.

As narrativas das interlocutoras ajudam a compreender essa dinâmica. Algumas estudantes relatam que a participação em eventos explicitamente feministas pode gerar exposição pública e, em determinados contextos, provocar questionamentos ou deslegitimação intelectual por parte de colegas. Diante disso, muitas afirmam sentir-se mais confortáveis em participar de discussões sobre gênero e feminismo em espaços considerados mais seguros, como encontros em sala de aula, grupos de estudo ou atividades organizadas por coletivos e projetos acadêmicos.

Nesse sentido, a análise etnográfica sugere que ambientes menores e mais reservados funcionam como espaços de proteção simbólica e afetiva, nos quais as estudantes se sentem mais à vontade para compartilhar experiências, opiniões e posicionamentos políticos. Esses espaços favorecem a construção de relações baseadas na confiança e na escuta, elementos fundamentais para a constituição das redes afroafetivas descritas ao longo desta pesquisa.

A partir dessa perspectiva, o afroafeto também se manifesta na criação de ambientes seguros de diálogo e partilha, possibilitando que as estudantes expressem suas experiências e reflexões sem o receio de julgamentos ou retaliações. Nesses contextos, o ambiente de confiança construído coletivamente fortalece vínculos de solidariedade e pertencimento, contribuindo para sustentar as trajetórias acadêmicas dessas mulheres no interior da universidade.

Assim, mais do que um sentimento individual, o afroafeto pode ser compreendido como uma ética relacional que sustenta a permanência e a continuidade das trajetórias universitárias dessas estudantes. Ao produzir redes de apoio, espaços de escuta e práticas de solidariedade, essas experiências revelam formas coletivas de resistência e reexistência no interior da universidade, transformando o cotidiano acadêmico em um território de construção de pertencimento e de afirmação da vida.

(IN) CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira mulheres negras estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) constroem estratégias de acesso, permanência e produção de conhecimento em um espaço universitário marcado por contradições históricas, territoriais e institucionais. Mais do que responder a essa questão, o percurso investigativo permitiu evidenciar que tais estratégias não se organizam apenas no plano individual ou institucional, mas emergem de forma relacional, coletiva e situada, atravessadas por dimensões afetivas, políticas e epistêmicas.

Partindo do afroafeto como categoria analítica e epistemológica, este trabalho demonstrou que a permanência acadêmica não pode ser compreendida exclusivamente a partir de políticas públicas formais, indicadores institucionais ou métricas de desempenho. Ao contrário, exige uma leitura ampliada que considere os vínculos, os afetos, as redes de solidariedade e as práticas cotidianas que sustentam a vida universitária. Nesse sentido, desloca-se o foco da permanência como dado administrativo para compreendê-la como processo vivido, tecido no cotidiano e profundamente marcado por desigualdades estruturais.

O afroafeto, conforme elaborado por Marta Quintiliano (2019) e aqui tensionado à luz do feminismo negro e da perspectiva decolonial, revelou-se uma chave interpretativa potente para compreender essas experiências. Longe de se restringir a uma dimensão emocional individualizada e/ou privatizada, o afroafeto emerge como prática coletiva, política e insurgente, ancorada em memórias ancestrais, na ética do cuidado e na construção de pertencimento. Trata-se, portanto, de uma prática que articula afeto e política, cuidado e resistência, subjetividade e coletividade.

Nesse sentido, o afroafeto opera simultaneamente como prática de sobrevivência, forma de produção de conhecimento e estratégia de permanência. Ao reconhecê-lo como epistemologia situada, esta pesquisa propõe um deslocamento importante no campo acadêmico: considerar que os saberes produzidos nas margens, nas experiências e nas relações entre mulheres negras não são apenas objetos de análise, mas constituem formas legítimas de conhecimento.

As trajetórias analisadas ao longo da pesquisa evidenciam que o acesso ao ensino superior, embora fundamental, não garante por si só a permanência e o florescimento acadêmico dessas mulheres. As narrativas das interlocutoras revelam experiências marcadas por racismo estrutural, sexismo, desigualdades de classe e, no caso das estudantes internacionais, também por xenofobia e deslocamentos culturais. Tais experiências não se apresentam de forma isolada, mas articuladas, configurando o que a literatura denomina de

opressões interseccionais.

Essas dinâmicas tornam-se visíveis tanto em situações explícitas quanto em microviolências cotidianas, que produzem sentimentos de não pertencimento, insegurança e deslegitimação. Ao afirmar que “eles mostram bem visível que você não pertence aqui”, uma das interlocutoras explicita a dimensão simbólica dessas violências, que operam não apenas pela exclusão material, mas pela negação do lugar dessas mulheres como sujeitas do conhecimento.

No caso das estudantes internacionais africanas, essas experiências são atravessadas ainda pelo confronto entre expectativas construídas sobre o Brasil e a realidade vivida. O imaginário de um país acolhedor e marcado pela convivência racial harmoniosa entra em choque com experiências concretas de racismo, desigualdade e exclusão. Esse descompasso evidencia as tensões presentes no próprio projeto da UNILAB, que se propõe como espaço de integração afro-diaspórica, mas se insere em um contexto nacional profundamente marcado pela colonialidade.

A análise das categorias de colonialidade do poder, do saber e do gênero permite compreender que tais experiências não são contingentes, mas estruturais. A universidade, ainda que se apresente como espaço de inclusão, reproduz hierarquias raciais, epistêmicas e de gênero que historicamente marginalizam determinados sujeitos e saberes. Nesse contexto, a presença de mulheres negras, especialmente aquelas oriundas de contextos africanos, tensiona essas estruturas e evidencia seus limites.

É nesse cenário que emergem as redes afroafetivas como resposta coletiva às violências vivenciadas. Para além do conceito de Marta Quintiliano (2021), essas redes, longe de serem apenas espaços de convivência, essas redes configuram-se como verdadeiros territórios afroafetivos, nos quais se produzem cuidado, pertencimento, reconhecimento e também conhecimento. Projetos de extensão, coletivos estudantis, grupos informais e vínculos de amizade tornam-se espaços fundamentais para a sustentação das trajetórias acadêmicas.

Nesses territórios, práticas como o compartilhamento de experiências, o apoio na escrita acadêmica, a construção coletiva de trabalhos e a escuta ativa operam como tecnologias de cuidado. Tais práticas não apenas minimizam vulnerabilidades, mas produzem condições concretas para a permanência, evidenciando que o sucesso acadêmico não é resultado exclusivo do mérito individual, mas de redes de apoio e solidariedade.

Além disso, essas redes produzem efeitos no plano subjetivo e epistêmico. Ao possibilitar que essas mulheres se reconheçam como sujeitas capazes de produzir

conhecimento, o afroafeto atua também como mecanismo de legitimação epistêmica. O sentimento de pertencimento construído nesses espaços não se restringe à dimensão emocional, mas se estende à afirmação dessas mulheres como pesquisadoras, intelectuais e produtoras de saber.

A dimensão territorial também se revelou central nesta análise. Os municípios de Redenção/CE e Acarape/CE não constituem apenas o cenário da pesquisa, mas atuam como agentes que produzem efeitos sobre as experiências das interlocutoras. A simbologia de Redenção/CE como “cidade da liberdade” contrasta com a persistência de desigualdades raciais e sociais, evidenciando os limites da narrativa oficial da abolição. Acarape/CE, por sua vez, expressa continuidades da herança escravocrata e da marginalização da população negra.

A inserção da UNILAB nesses territórios explicita tensões entre o projeto político da instituição e as dinâmicas locais. A universidade, ao mesmo tempo em que propõe integração e cooperação internacional, se vê atravessada por estruturas sociais que reproduzem desigualdades. Nesse contexto, a experiência universitária não se restringe ao campus, sendo profundamente influenciada pelas relações estabelecidas nas cidades.

Para muitas estudantes, especialmente as internacionais, a cidade se apresenta como espaço de estranhamento e, por vezes, de violência. A vivência do racismo e da xenofobia extrapola os muros da universidade, afetando diretamente as condições de permanência. Por outro lado, é também nesses territórios que se constroem redes afroafetivas que possibilitam resistência, acolhimento e reinvenção.

As trajetórias analisadas reforçam a crítica aos modelos tradicionais de escolarização, que pressupõem percursos lineares e homogêneos. As narrativas evidenciam que as mulheres negras constroem suas trajetórias a partir de negociações constantes entre diferentes dimensões da vida, articulando estudo, trabalho, cuidado e sobrevivência. Longe de representarem déficits, essas trajetórias revelam criatividade, agência e capacidade de reinvenção.

A participação em projetos de extensão, pesquisa e coletivos emerge como dimensão fundamental da formação acadêmica. Esses espaços ampliam não apenas competências técnicas, mas também capacidades políticas e afetivas, contribuindo para a construção de uma formação comprometida com a transformação social.

Ao analisar as redes afroafetivas como política de permanência, esta pesquisa evidencia que tais práticas não substituem a responsabilidade institucional, mas tensionam seus limites. O afroafeto aparece como uma política não oficial, sustentada por práticas cotidianas que não são reconhecidas formalmente, mas que se mostram fundamentais para a

permanência acadêmica.

Dessa forma, pensar políticas de permanência exige reconhecer e dialogar com essas práticas, ampliando a compreensão sobre o que sustenta a trajetória de estudantes negras no ensino superior. Ignorar essas dimensões implica manter uma visão limitada e insuficiente da realidade.

Por fim, esta pesquisa reafirma que compreender a permanência de mulheres negras na universidade exige deslocar o olhar para além das métricas institucionais e reconhecer as dimensões afetivas, territoriais e comunitárias que atravessam a vida acadêmica. O afroafeto, enquanto epistemologia situada, permite não apenas analisar essas experiências, mas também propor novas formas de pensar a produção de conhecimento.

Mais do que um conceito analítico, o afroafeto se apresenta, neste trabalho, como uma proposição teórica e política: uma forma de produzir conhecimento ancorada na experiência, no coletivo e na resistência. Ao afirmar o afroafeto como epistemologia situada e estratégia de (re)existência, esta pesquisa contribui para o fortalecimento de perspectivas feministas negras e afrodiaspóricas, reafirmando a centralidade das experiências de mulheres negras na construção de saberes e na transformação da universidade.

BIBLIOGRAFIA

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. 1ª ed. Programa Universitario de Estudios de Género, Universidad Nacional Autónoma de México. Traducción Cecilia Olivares Mansuy, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

ALCÂNTARA, Monaliza Silva de; JÚNIOR, Paulo Roberto da Silva. Uma Investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na Universidade Pública. **Revista AMAzônica**, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq. Vol. XXV, número 2, jul-dez, 2020, p. 127-163. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7767/5454>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ANTONIO, Fausto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade. **A Unilab e as Novas Rotas do Atlântico Negro**. Página 13, 18 maio 2024. Disponível em: <https://pagina13.org.br/a-unilab-e-as-novas-rotas-do-atlantico-negro/>. Acesso em: 05 abr. 2026.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (ADUFC). **NOTA – ADUFC presta solidariedade aos estudantes da UNILAB**. 23 maio 2025. Disponível em: <https://www.adufc.org.br/2025/05/23/nota-adufc-presta-solidariedade-aos-estudantes-da-unilab/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país**. Brasília, 09 ago. 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2021/08/09/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, ano 8, 2000. p. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BALDÉ, Mamadu. **Mulheres africanas na UNILAB**: registro de uma experiência em processo. 2017. 47 f. Monografia (graduação) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017. Disponível em: https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/714/1/2017_mono_mbalde.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Renata. **Cotas 20 Anos: a história de pioneirismo da UnB**. UnB Notícias, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7061-cotas-20-anos-a-historia-de-pioneirismo-da-unb>. Acesso em: 05 abr. 2026.

BRASIL. **Cartilha Tira-Dúvidas**: Lei da Igualdade Salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. Brasília: Ministério das Mulheres, Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em:

https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/cartilha-tira-duvidas-sobre-a-lei-de-igualdade-salarial-e-de-criterios-remuneratorios-entre-mulheres-e-homens/Cartilha_IgualdadeSalarial.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 abr. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. Ministério das Mulheres; Observatório Brasil Da Igualdade De Gênero. **Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM**. Ano 7, mar. 2025. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/Ministério das Mulheres, 2025.

BUENNO, Winnie. **Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: RS: Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/ace8973b-912b-40b0-a59c-e8b031703b3c/content>. Acesso em: 08 jan. 2026.

CABANILLAS, Natalia (coord.) **Gêneros e Feminismos na África Global**. Editorial Appris, 2025.

CABANILLAS, Natalia; MANGA, Elizabete Essamai; REGINALDO, Ana Raquel Silva *et al.* Gêneros e feminismos na África Global: internacionalização da pesquisa em tempos de crises. In: PAIVA, Felipe; CORRÊA, Moisés; AGUILAR, Núbia (orgs.). **África em contextos globais** [livro eletrônico]. Brasília, DF: CD Comunicação, 2024. p. 153-186

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: Codercri, 1980.

CARINE, Bárbara. **E eu, não sou uma intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

CARNEIRO, D. P.; RODRIGUES, P. G. L.; PEREIRA, A. S. S. A. O Programa De Educação Tutorial Como Ferramenta De Apoio Ao Desempenho Acadêmico Na Unilab-Ce. **XXIX Encontro Nacional dos Grupos PET**. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, 2024. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/979307.pdf?v=639082622196691088>. Acesso em: 05 abr. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro (Consciência em debate), 2011.

CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAB (CASS UNILAB). **Manifestação em defesa da universidade pública**. Instagram, maio 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DKAtirNxsi8/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. tradução Rane Souza. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019 [recurso digital]. Disponível em: https://nenp.ufms.br/files/2024/09/COLLINS_Pensamento-feminista-negro-conhecimento-consciencia-e-a-politica-do-empoderamento.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Epistemologia do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 87-109, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/783/652>. Acesso em: 27 fev. 2026.

COSTA, Jacqueline da Silva. **Cor e Ensino Superior**: Trajetórias e Experiências de Estudantes Cotistas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. 2015. 298 f. Tese (Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7643>. Acesso em: 30 abr. 2023.

COSTA, Jaqueline da Silva. O Papel do Movimento Negro na Consolidação de um Projeto Político-Educacional Por Meio das Políticas Afirmativas. In: LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira. **N'UMBUNTU EM REVISTA**: Educação das Relações Étnico-Raciais em diferentes contextos sociais. v. 2, n. 5. Acarape: Gráfica e Editora Imprece, 2019. p. 111-140.

COSTA, Vladimir da. **As Influências Ocidentais nas Produções dos Conhecimentos dos Estudantes Africanos na UNILAB**. 2024. 16 f. TCC - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2024. Disponível em: <https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5909/1/Vladimir%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2002, vol.10, n.1, p. 171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2024.

CUNHA, Ana Cássia Alves. **Ser mulher, mãe e universitária**: Os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos Palop que estudam na UNILAB-Ceará. 2024. 132 f. Dissertação – Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2024. Disponível em: <https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5659/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20C%C3%A1ssia%20Alves%20Cunha%20.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2026.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DJALO, Yasmin. Depoimento registrado em nota de campo. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, Redenção, 2025.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana**: uma teoria Africana. JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998, p. 515-539, 1998 Sage Publications, Inc. Tradução: Wellington Agudá.

EMECHETA, Buchi. **Cidadã de Segunda Classe**. Dublinense, Porto Alegre, 2018.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/4365/4510>. Acesso em: 22 set. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2024.

EVARISTO, Conceição. **Poemas Malungos - Cânticos Irmãos**. 2011. 178 f. Tese. (Doutorado em Literatura Comparada). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7741/Tese_Dout.Concei%E7%E3oEvaristo_def.pdf?jsessionid=47ACBE1981363130833F32C84E62B45F?sequence=1. Acesso em: 05 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2ª Ed.— Rio de Janeiro, RJ :Pallas Míni, 2018.

EUFEMEA. Plataforma informativa. **Você conhece a história da primeira mulher negra a se formar em uma universidade no Brasil?** 06 mar. 2023. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2023/03/voce-conhece-a-historia-da-primeira-mulher-negra-a-se-formar-em-uma-universidade-no-brasil/#:~:text=Uma%20das%20mulheres%20que%20se,e%20dos%20negros%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; SANTOS, Eliane Costa; COSTA, Jacqueline da Silva. Ingresso de Quilombolas e Indígenas na UNILAB: Uma proposta que nasce no Quilombo

Sítio Veiga - Quixadá/CE. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados-M5, v. 9, n. 18, 2022. p. 119-147.

FERREIRA, Cláudia Maria dos Santos; COSTA, Jacqueline da Silva. A contribuição do projeto Lélia Gonzalez da UNILAB-CE no meu despertar como mulher negra. **Identidade! - Revista de Estudos de Cultura e Identidade**, v. 29, n. especial, p. 39, 2024. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/3091>. Acesso em: 14 mar. 2026.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá**”: o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Percentual de mulheres brancas com ensino superior é dobro do registrado entre pretas ou pardas**. São Paulo, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/percentual-de-mulheres-brancas-com-ensino-superior-e-dobro-do-registrado-entre-pretas-ou-pardas.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Posfácio: Costurando uma Colcha de Memórias. In: EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2018. p. 185 – 192.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e a dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. **Crítica Histórica**, Ano XII, Nº 23, julho/2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes contruídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Peti Mama. **Ser Mulher Africana e Estudante no Contexto de Diáspora**: Alguns Aspectos do Cotidiano de Estudantes Guineenses no Maciço de Baturité-Ce. 2016. 66 f. (Monografia do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2016. Disponível em: https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2893/1/Peti_Vers%c3%a3o%20com%20revis%c3%a3o%20das%20imagens.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUINÉ-BISSAU x Tiradentes Guiné-Bissau x São Francisco (final 2ºd). Redenção: BOPU JOGO, 2024. 1 vídeo (284 min.). Publicado pelo BOPU JOGO via Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/hk3Ou1DnAbw?si=zSygwNGAg3nEj6Ko>. Acesso em: 25 fev. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2009.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n.º 1, 2006b, p. 21-35.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Dossiê Crisse, Feminismo e Comunicação**, v. 23, n. 3, 2020. Tradução de HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. *In*: Small Axe, Volume 12, no. 2, p. 1-14 por Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640/pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

HISTÓRIA de Redenção. Facebook, 18 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=833821592067764&id=100063197921654&set=a.415203133929614>. Acesso em: 25 fev. 2025.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024a.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, 3(2), 464, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 09 jul. 2025.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 24ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024b.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o Amor**. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Censo de 2022**. População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605#resultado>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IBGE. **Estatística de Gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3ª edição. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. n.38. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. **Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios do Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3399&view=detalhes>. Acesso em: 03 mar. 2026.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9846733035d778cea2d34f21060b71fe.pdf. Acesso em: 08 jan. 2026.

JÚNIOR, Antônio Willame Ferreira da Silva. Redenção 2083: Perspectivas espaciais, estéticas e especulativas do patrimônio simbólico da memória negra no interior do Ceará. In: NUNES, Cícera (org.). **XIV Congresso Internacional Artefatos Da Cultura Negra**. Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato-CE, 2023, p. 105-11. Disponível em: <https://abpn.org.br/wp-content/uploads/2024/03/LIVRO-2023-artefatos-da-cultura-negra-ok.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Ezequiel Nunes De. **Jornalistas pretas e pretos: (re) construir lugares seguros para o fortalecimento de redes de apoio, redes de resistências e redes de afroafetos**. 2020. 54 f. Monografia (Graduação) - Curso de Graduação presencial, bacharelado em Humanidades. Instituto de Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape, 2020. Disponível em: <https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2815/1/TCC%20EZEQUIEL%20NUNES%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

LIMA, Raquel. **Intraseccionalidade, a luta das mulheres negras e os elementos da natureza**. Conferência Inaugural do Congresso Internacional Mundo de Mulheres. Feminismos Africanos. Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste. Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0P4CUKVv78>. Acesso: 26 jul. 2023.

LIMA, Stephanie. **Juventude negra e a revolução dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MACHADO, Adilbênia. Filosofia Africana Desde Saberes Ancestrais Femininos: bordando perspectivas de descolonização do ser-tão que há em nós. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 31, p. 27-47, 2020.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana: Ética de cuidado e de pertencimento ou uma poética de encantamento. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 10. n. 2, p. 56-75, 2019.

MACHADO, Adilbênia Freire. Linguagem e Identidade Africana / Afro-Brasileira. **Fólio - Revista de Letras**: Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 201-219, 2011.

MACHADO, Eduardo Gomes; GOMES, Peti Mama; DA SILVA, Regina Balbino. Mulheres africanas em um campo universitário urbano no Brasil. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 277-304, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, Thaisa Silva. Conceição Evaristo e a escrevivência: literatura como prática de desobediência epistêmica. **Norteamentos: Revista de Estudos Linguísticos, Literários e Educacionais**, v. 14, n. 33, p. 214-230, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11105/7913>. Acesso em: 14 jan. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Traduzido por Renata Sartini. - São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTENEGRO, Seridião Correia. **Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios do Ceará**. Fortaleza: INESP, 2023. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/arquivos/Livros/PERFIL%20HIST%C3%93RICO%2C%20GEOGR%C3%81FICO%20E%20ANTROPOL%C3%93GICO%20DOS%20MUNIC%C3%8DPIOS%20DO%20CEAR%C3%81%20-%20TOMO%201%20-%20INESP%20-%20AL ECE.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **O mundo e a diversidade**: questões em debate. Estudos avançados 36 (105), 2022, p. 117-129.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3; ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Organização: Alex Ratts; Bethania Gomes, Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Significados e Intenções. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-54.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

NZENZE, Francisca. Mulheres Negras em Foco. [Entrevista cedida a] Oliveira, Hulda. Expresso Inteligência. **Inteligência Educacional**. 10ª Edição. Ago. 2024.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **História**. Disponível em:

[https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembr o%20de,Rio%20de%20Janeiro%20\(URJ\)](https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembr o%20de,Rio%20de%20Janeiro%20(URJ)). Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, Kalina Gondin de; ZIENTARSK, Clarice. A luta das mulheres pela educação diante de questões que envolvem o mundo do trabalho, classe, etnia e gênero. **Caderno Espaço Feminino**: Uberlândia, MG. v.32, n.1, jan./jun. 2019. ISSN 1981-3082. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52574/1/2019_art_czientyarskikgoliveira.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: wanderson flor do nascimento – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender**: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Filosofia de onde? Filosofia para quem?** Considerações Éticas em Afroperspectiva na Filosofia Ubuntu. 2021. 40 f. TCC (Monografia) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34929/1/TCC%20-%20Filosofia%20Barbara%20Carine%20%28p%20c%20b3s-defesa%29.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2026.

PINHO, Angela. **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PITIANDRA LIMA, Jarciela Correia de Sá. **O adoecimento físico e mental de estudantes de nacionalidades africanas na Unilab**: percepções sobre o estado de saúde e doença. 2023. 20 p. Artigo – Curso de Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-Ceará, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4521/1/Jarciela%20Pitiandra%20Lima%20Correia%20S%C3%A1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PITIANDRA LIMA, Jarciela Correia de Sá. **Racismo e sofrimento psíquico de estudantes africanos na UNILAB-CE**. 187 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape-Ceará, 2025.

PORTAL GELEDÉS. SILVA, Camila. **Como mulheres escravizadas usaram o acarajé para conseguir liberdade na BA**. 23 out. 2023. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/como-mulheres-escravizadas-usaram-o-acaraje-para-conseguir-liberdade-na-ba/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE (CE). **O município**. Disponível em: <https://acarape.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 03 mar. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO (CE). **O município**. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 02 mar. 2026.

QUEIROZ, Camila. **2º concurso “Olhares sobre a UNILAB” recebe inscrições até 13 de outubro**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 1 out. 2019. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/2019/10/01/2o-concurso-olhares-sobre-a-UNILAB-recebe-inscricoes-ate-13-de-outubro/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

QUEIROZ, Camila. **Comunidade da Restinga, em Porto Alegre/RS, propõe a criação de Campus UNILAB-Sul**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 05 jun. 2023. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/2023/06/05/comunidade-da-restinga-em-porto-alegre-rs-propoe-a-criacao-de-campus-UNILAB-sul/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 19 fev. 2024.

QUINTILIANO, Marta. **Redes afro-indígenaofetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12201/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Marta%20Quintiliano%20-%202019.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. **Ensaaios filosóficos**, v. 4, p. 6-25, out. 2011. Disponível em: https://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/Ensaaios_Filosoficos_Volume_IV.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

RAMOSE, Mogobe B. A Filosofia Ubuntu e Ubuntu como uma filosofia. *In*: RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999. p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

REGINALDO, Ana Raquel Silva. A Afrocoletividade e o “afroafeto”: As narrativas de mulheres negras Angolanas, Brasileiras E Guineenses na UNILAB–Ceará. **Trabalho Completo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 - Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática**, Florianópolis, SC, Jul/Agosto de 2024. ISSN 2179-510X (Anais Eletrônicos). Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REGINALDO, Ana Raquel Silva. Mulheres Negras na Universidade: Desafios enfrentados para a permanência e o afroafeto como política de permanência. **Trabalho Completo apresentado na X Semana Universitária**, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, nov. 2024. ISSN 2447 6161 (Anais Eletrônicos). Disponível em: http://semuni.UNILAB.edu.br/submissao/index.php?pagina=gerar_trabalho&trabalhoId=7724. Acesso em: 28 jan. 2025.

REGINALDO, Ana Raquel Silva. Permanência estudantil feminina negra na UNILAB/Ce: desafios do afroafeto como uma agência política. In: CABANILLAS, Natalia. **Gêneros e Feminismos na África Global**. Natalia (coord.) Editorial Appris, 2025. p. 65-89

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Dados Agregados dos Estabelecimentos com 100 ou Mais Empregados - RAIS 2024**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjNhY2IyN2UtMjllMy00MjQxLTg2YzYtNjc5Yzk0YjE4MjQxIiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 15 out. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Vera. Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. In: ALENCAR, Claudiana Nogueira; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da. (Organizadores). **Discursos, Fronteiras e Hibridismo**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 61-82.

SÁ, Diana Duarte. Kil Ki Dinos Tene Balur: usos do crioulo guineense no contexto da lusofonia. In: CABANILLAS, Natalia (coord.) **Gêneros e Feminismos na África Global**. Editorial Appris, 2025. p. 91-112.

SANTOS, Jair Luid Oliveira dos. **Por uma alegria como máquina de guerra**: navegações estudantis na UNILAB. 2025. 44 f. Monografia – Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

SANTOS, Juliana Farias. Da história (não) contada à fabulação crítica: possibilidades de recriar histórias de mulheres negras. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 10, n. 10, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18976/11946>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SANTOS, Natali; AGOSTINHO, Ana Livia. O Guineense: sócio-história e situação linguística. **A Cor das Letras**, v. 25, n. 1: Estudos Linguísticos e Filosóficos, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v25i1.11207>. Acesso em: 08 jan. 2026.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Mulheres ganham, em média, 79,3% do salário de homens com mesmo cargo, diz relatório**. Igualdade Salarial. Gov.br, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/mulheres-ganham-em-media-79-3-do-salario-de-homens-com-mesmo-cargo-diz-relatorio>. Acesso em: 15 out. 2024.

SEGREDOS DO MUNDO. **Sankofa**: significado do símbolo africano. 2021. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/sankofa-significado-simbolo/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SILVA, Vitória Régia da. **Inep 2019: análises de mulheres negras**. Gênero e Número. 23 jul. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dE6pvlGZGaMQdgUsim3YtCihS6GklOsT/view>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos. 2. Ed. Odysseus Editora. São Paulo, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Descolonizar a mente**: a política da língua na literatura africana. São Paulo: EdUERJ, 2017.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, Formação Humana e Emancipação Humana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-747, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GXvFhStx9X44bbqzhJWQNfs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2024.

UNILAB. **Missão**. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/missao-2/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

UNILAB em Números. In: UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTMzYmUxNjMtMWUxYS00ZWZhLTllYWVlYWEtNjRlODBiZmJiZmFkIiwidCI6IjkwMjlkZGZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 05 abr. 2026. SJ9. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Nossos campi**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/nossos-campi/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Prointer alerta sobre a suspensão de assistência estudantil a candidatos internacionais aprovados para 2025.1 e 2025.2**. Redenção: UNILAB, 2025. Disponível em: <https://prointer.unilab.edu.br/prointer-alerta-sobre-a-suspensao-de-assistencia-estudantil-a-candidatos-internacionais-aprovados-para-2025-1-e-2025-2/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Projeto de extensão Uniculturas**: unidos pela integração. Redenção: Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura – PROEX, 2024. Disponível em: <https://proex.unilab.edu.br/acoes-de-extensao/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Projeto Uniculturas realiza evento cultural e atividades de integração**. Redenção: UNILAB, 2025. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2025/11/17/projeto-uniculturas-e-seu-eixo-de-moda-e-desfile-unifashion-realizou-a-3-edicao-do-top-model-unilab-2025/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). SECRAI. **Relatório SECRAI - Quantitativos de discentes matriculadas/os**. [Informações fornecidas em resposta à Lei de Acesso à Informação]. Redenção, 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Uniculturas comemora seis anos de existência com evento cultural**. Redenção: UNILAB, 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/06/28/uniculturas-comemora-seis-anos-de-existencia-com-evento-cultural/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Programa Associado De Pós-Graduação Em Antropologia Ufc-Unilab**. Disponível em: <https://mestradoantropologia.ufc.br/pt/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

VIANA, Maicon; NASCIMENTO, Evanir. **Matrículas por cotas étnicas em universidades subiram 266% em 11 anos**. Poder360, Brasília, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-educacao/matriculas-por-cotas-etnicas-em-universidades-subiram-266-em-11-anos/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: SER MULHER NEGRA ESTUDANTE NA UNILAB/CE: TRAJETÓRIAS E AFROAFETOS

Pesquisadora: Ana Raquel Silva Reginaldo

1. **Natureza da pesquisa:** A sra. está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como finalidade recolher dados para a escrita do trabalho, cujo faz parte da minha pesquisa dentro do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apoiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). O objetivo da pesquisa é analisar as trajetórias e o afroafeto das mulheres negras de diversas nacionalidades, estudantes da UNILAB, campus Ceará.
2. **Participantes da pesquisa:** o público-alvo da pesquisa são mulheres autodeclaradas negras, sendo elas internacionais e nacionais (Angolanas, Brasileiras, Cabo Verdianas, Guineenses, Moçambicanas e São-Tomenses), que estudam na Graduação ou Pós-Graduação e que estudam/estudaram no período de 2020-2025, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus Ceará, Brasil. Para a seleção das participantes, levará em consideração convenientemente meu ciclo afetivo de amizade e para critérios de inclusão e exclusão da participação tem como critérios: ser negra, estudante da UNILAB/CE, ser matriculada em qualquer curso do Instituto de Humanidades (seja Graduação ou Pós-Graduação).
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra. permitirá que a pesquisadora aperfeiçoe as habilidades de pesquisa e trará uma maior compreensão sobre a realidade estudada. A sra. tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (via aplicativo WhatsApp) da pesquisadora e, se necessário, através do email da pesquisadora
4. **Sobre as entrevistas:** se a sra. decidir integrar a este estudo, participará de uma entrevista narrativa, levando em consideração as experiências pessoais como *sujeitos*, ou seja, não apenas como um objeto de estudo, ou seja, visa focar nas narrativas desde a trajetória familiar, escolar, até a chegada na UNILAB e suas experiências na universidade durante os anos de 2020-2024. Por fim, a entrevista buscará com o uso da interseccionalidade, investigar como são as trajetórias das mulheres negras estudantes na UNILAB? E como as redes de afroafeto contribuem para permanência no ensino superior? Por fim, as entrevistas durarão aproximadamente 1 (uma) hora, podendo chegar a durar mais tempo, dependendo do conforto da entrevistada.
5. **Gravação em áudio:** todas as entrevistas serão gravadas em áudio. Os arquivos serão ouvidos apenas pela pesquisadora e serão nomeados com a data realizada e um nome fictício e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação com a transcrição e a identidade da entrevista terá apenas acesso pela pesquisadora. Os arquivos de áudio serão utilizados somente para coleta de dados. Se preferir que não seja gravado a entrevista, poderemos escolher outro método, como a conversa informal, mas de preferência será preferível que seja utilizado a gravação.

6. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, porém, toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos possam incomodá-la, porque o estudo envolve a trajetória, história pessoal e a experiência pessoal, por isso, você pode escolher não responder quaisquer perguntas que a façam sentir-se incomodada. Os incômodos podem ser desde: invasão de privacidade; não conseguir responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais; tomar o tempo da interlocutura ao responder ao questionário/entrevista. Os procedimentos previstos obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510/2016 (Humanidades) e nº 466/2012 (Ciências da Saúde) do Conselho Nacional de Saúde. Sendo assim, as medidas que serão tomadas para atenuar os riscos são: ao todo o momento a pesquisadora respeitará os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes, pois, a todo momento estará na escuta ativa, apenas intervindo na entrevista para realizar as perguntas; será assegurado a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo da interlocutora; para minimizar desconfortos, será sugerido um local reservado e de livre escolha da interlocutora; reforçando que ao todo tempo a interlocutora terá liberdade para não responder questões constrangedoras e parar a entrevista. Em relação ao formulário do Google Forms, utilizado para moldar um perfil das interlocutoras da pesquisa, por ser um ambiente virtual poderá ocorrer de violação ou até mesmo perda dos dados, porém, os arquivos serão salvos em um drive privado no próprio correio eletrônico da pesquisadora. Para evitar tais riscos, em um caderno de campo também será escrito e anotado as informações coletadas.
7. **Confidencialidade:** Seu nome na pesquisa, assim como informações estritamente confidenciais serão tratadas de forma anônima. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Caso ocorra algum problema ou dano com a sra., resultante de sua participação na pesquisa, a sra. receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.
8. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra. não terá nenhum benefício monetário. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a trajetória pessoal e como afroafeto potencializam no cotidiano, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico e aperfeiçoamento, onde a pesquisador/a se compromete a divulgar os resultados obtidos.
9. **Pagamento:** as participantes não terão nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Redenção, CE, ____ de _____ de 202__

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome da Participante da Pesquisa

Assinatura da Participante da Pesquisa

Pesquisador/a responsável

Pesquisadora: Ma. Ana Raquel Silva Reginaldo (FUNCAP). Telefone: +55 85 992557940.

Email: anaraquel@aluno.UNILAB.edu.br.

Docente/Orientador/a: Prof.^a Dr.^a Natália Cabanillas. Email: nataliacabanillas@UNILAB.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UNILAB (CEP/UNILAB),
Campus da Liberdade, Av. Abolição, nº 03, Centro, CEP: 62790-000, Redenção, Ceará,
Brasil. E-mail: cep@UNILAB.edu.br. Telefone: (85) 3332-6190.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

TÓPICO I – Trajetórias Educativas e Experiências Universitárias

1. Como você descreve sua trajetória educativa desde a infância até chegar à universidade?
2. O que motivou sua decisão de estudar na UNILAB?
3. Como têm sido suas experiências relacionadas a gênero, raça e nacionalidade dentro da universidade?
4. Já vivenciou situações de constrangimento por ser mulher negra, estrangeira ou mãe? (se aplicável)
5. Já teve algum acesso negado ou enfrentou barreiras institucionais?
6. Já recebeu comentários inadequados ou discriminatórios?
7. De que forma você se identifica — ou não — com os conteúdos, leituras e com a estrutura curricular do curso?
8. Como tem sido sua relação com os setores administrativos, especialmente no que diz respeito a auxílios estudantis, bolsas e atendimento?

TÓPICO II – Afroafetos, Redes e Permanência

1. Quais foram seus principais pontos de apoio, redes ou amigos ao chegar na UNILAB? Eles mudaram ao longo do tempo?
2. Como foi sua experiência de estudar durante a pandemia? Quais desafios enfrentou e quais estratégias usou para permanecer?
3. Você, ou pessoas próximas, vivenciaram adoecimento físico ou mental durante a trajetória universitária? Como lidou e que tipo de apoio recebeu?
4. Qual é sua percepção sobre as cotas e políticas de ações afirmativas no ensino superior?
5. Quais foram os maiores desafios que enfrentou na UNILAB?
6. Quais foram suas maiores alegrias e conquistas?
7. Quais são hoje seus principais pontos de apoio afetivo, emocional, acadêmico e institucional?

ANEXOS

ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SER MULHER NEGRA ESTUDANTE NA UNILAB/CE: TRAJETÓRIAS E AFROAFETOS

Pesquisador: Ana Raquel Silva Reginaldo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85247624.2.0000.5576

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.396.403

Apresentação do Projeto:

Resumo da proposta submetida à análise:

Por ser o Brasil um país da diáspora africana e a UNILAB ser fruto dessa diáspora, o trabalho também segue tendo como base de pesquisa o fato de que a maioria de estudantes são mulheres negras, então por isso, cabe questionar como são as trajetórias dessas mulheres negras estudantes da UNILAB, e como o afroafeto contribuem com o pertencimento dentro da universidade? Sendo assim, o objetivo central do texto é analisar as trajetórias e o afroafeto das mulheres negras estudantes dessa universidade referida. Por isso, tem como principal fundamentação teórica bell hooks (2021), Marta Quintiliano (2019) e entre outras. Logo, a metodologia deste projeto de pesquisa, tem como método de abordagem a pesquisa qualitativa, com a utilização do tipo da pesquisa narrativa, com a utilização das técnicas da observação etnográfica, assim como o uso da entrevista narrativa e a interseccionalidade. O método de análise das entrevistas será a interseccionalidade. Então, este trabalho busca contribuir em estudos sobre as trajetórias e o afroafeto de mulheres negras universitárias, somando ao reconhecimento e ao empoderamento.

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **M:** REDENCAO
Telefone: **unícioio:** **E-mail:** cep@unilab.edu.br
(85)3332-6190

Objetivo da Pesquisa:

O presente estudo tem por objetivo(s):

Objetivo Primário:

Analisar as trajetórias e o afroafeto das mulheres negras estudantes na UNILAB/CE.

Objetivo(s) Secundário(s): - Descrever e analisar as trajetórias das mulheres negras estudantes da UNILAB;

- Problematizar como é ser mulher negra, diaspórica, estudante na UNILAB.

- Mapear as diferentes redes de afroafeto das estudantes negras Unilabianas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi citada a possibilidade de ocorrência de riscos inerentes a pesquisa, há descrição de medidas e cuidados destinados a prevenção e/ou redução de possíveis riscos/desconfortos e de proteção aos participantes; adicionalmente, o documento estabelece os benefícios da pesquisa.

O CEP reforça que ¿Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico¿ (Res. 466/12 - V).

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro	
Bairro: Centro, Redenção	CEP: 62.790-000
UF: CE	M: REDENCAO
Telefone: unícioio:	E-mail: cep@unilab.edu.br
(85)3332-6190	

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra relevância, na introdução constam referências pertinentes sobre o objeto de estudo. Há justificativa plausível para a realização do trabalho. O objetivo está adequado à proposta e são apresentadas as hipóteses de pesquisa. A metodologia está detalhada na proposta:

A pesquisa será realizada com mulheres negras estudantes de diversas nacionalidades, Angolanas, Brasileiras, Cabo-verdianas, Guineenses, Moçambicanas e São-Tomenses, estudantes UNILAB, campus Ceará, nos municípios de Redenção e Acarape. A prioridade de escolha das interlocutoras será prioritariamente conforme meu ciclo pessoal afetivo e de amizade, pensando na intimidade e aproximação construída durante meu tempo de permanência na UNILAB, mas tendo a possibilidade de abrir para uma amostra maior dependendo das observações etnográficas que serão realizadas.

Por ser uma pesquisa delimitada na abordagem de 6 nacionalidades, a problemática não será baseada na questão da nacionalidade em si, mas, pelo fato de ser estudante da UNILAB e mulher negra. Porém, o que será levado em consideração, será as percepções e vivências a partir da chegada na universidade, ou seja, antes de chegarem no Brasil viviam em uma outra realidade e a partir do contato em outra realidade brasileira, toda a idealização que se foi criada são mudadas devido ao choque cultural. Como afirma Peti Mama Gomes (2021, p. 288): várias dessas mulheres [africanas] se frustram e se chocam com o que passam a experienciar no campo, inclusive porque, muitas vezes, as imagens e os imaginários prévios que detêm do Brasil são muito distintos do cotidiano vivenciado. Logo, o interesse em pesquisar diferentes nacionalidades é no sentido de criar um lugar seguro de comunidade e afetivo entre mulheres negras, já que o Brasil é um país afro-diaspórico e não apenas colocá-las em um espaço homogêneo e de uma única categoria identitária.

Neste trabalho visa-se utilizar como método de abordagem a pesquisa qualitativa, de acordo com John Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é um meio de exploração e de entendimento dos significados que as/os indivíduos/os ou os grupos impõem a um problema social ou humano. De fato, esse método busca compreender as trajetórias e os afroafetos das entrevistadas em questão, a escolha por uma pesquisa qualitativa é ideal para cumprir com os

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro	
Bairro: Centro, Redenção	CEP: 62.790-000
UF: CE	M: REDENCAO
Telefone: (85)3332-6190	unicípio:
E-mail: cep@unilab.edu.br	

objetivos previstos.

Ademais, o tipo de pesquisa selecionado foi a pesquisa narrativa, para John Creswell (2010), a pesquisa narrativa estuda a vida das/os entrevistadas/os, contando as suas histórias, também relacionado com a história da/do pesquisador/a. Assim como Grada Kilomba (2019) buscou em seu estudo, no livro *Memórias da Plantação*, transformar aquele espaço empírico e teórico, um lugar de reconhecimento das mulheres negras, como sujeitos, distanciando-as de um simples 'objeto de estudo'. Ademais, na coleta de dados sobre a trajetória das mulheres negras estudantes da UNILAB, será utilizado como aporte metodológico a história oral, logo, 'sendo a memória, [...] o meio de salvaguardar a tradição, abordar as culturas africanas e suas ramificações pela diáspora, em princípio, significa colocar em cena o papel e a função da memória no campo da tradição oral' (Conceição Evaristo, 2011, p. 51).

A escolha da pesquisa narrativa nesse estudo, visa focar na vida das mulheres negras estudantes entrevistadas, especificamente, nos seus trajetos desde antes até sua chegada na Universidade Pública, a UNILAB. Maria Nazareth corrobora que 'o sujeito que assume a ação de narrar [...] sabe que o registro dos sofrimentos dos miseráveis expõe os cortes constantes no próprio corpo e as feridas difíceis de serem cicatrizadas' (2018, p. 185).

Nesse sentido, o trabalho seguirá em três etapas; na primeira etapa será o levantamento bibliográfico na contribuição da escrita e na elaboração do trabalho. Na segunda etapa haverá o uso de um formulário online com a plataforma 'Google Forms', com o objetivo de mapear o perfil das entrevistadas e em seguida será a entrevista narrativa, que por sua vez, Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2002), salientam que através da narrativa, as pessoas recordam do que já ocorreu, assim como colocam as experiências e acontecimentos em uma sequência, podendo encontrar possíveis explicações.

'Arquivo: PB_Informações Básicas do Projeto_2455870' 'Páginas_03

São descritas as questões éticas e o desfecho primário da pesquisa. O projeto possui cronograma adequado à proposta apresentada, incluindo o período de tramitação do processo no CEP. O orçamento também está presente.

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro	
Bairro: Centro, Redenção	CEP: 62.790-000
UF: CE	M: REDENCAO
Telefone:	unicípio:
(85)3332-6190	E-mail: cep@unilab.edu.br

É importante destacar que a revisão ética dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser associada à sua análise científica (Res. 466/12, VII.4).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão presentes e atendem as exigências consideradas na tramitação do processo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A proposta não apresenta pendências e/ou inadequações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

1. O CEP dá ciência sobre a demanda futura da postagem dos relatórios de pesquisa parcial e final na Plataforma Brasil de acordo com a Resolução n. 466/12, conforme a qual:

II.19 - relatório final - é aquele apresentado após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados;

II.20 - relatório parcial - é aquele apresentado durante a pesquisa demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento);

Ou, especificamente, refere-se à demanda do Relatório Final de acordo com a Resolução n. 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, conforme as quais o pesquisador deve apresentar no Relatório Final do projeto que foi desenvolvido, conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

2. Salienta-se que as demandas expressas no presente processo estão respaldadas pelas recomendações que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS) fornece aos CEPs locais.

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **M:** REDENCAO
Telefone: **unícioio:** **E-mail:** cep@unilab.edu.br
(85)3332-6190

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2455870.pdf	13/02/2025 20:56:48		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura.pdf	13/02/2025 20:56:33	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.pdf	13/02/2025 20:56:02	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	formulario.pdf	13/02/2025 20:55:31	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	cartarespostaa.pdf	13/02/2025 20:53:08	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	02/12/2024 20:28:54	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	02/12/2024 14:02:02	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	02/12/2024 13:57:41	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	cartadeanuencia.pdf	02/12/2024 13:39:49	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	cartadeencaminhamento.pdf	11/11/2024 00:57:31	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Declaração de concordância	cartadeconcordancia.pdf	11/11/2024 00:54:00	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	ausenciadeonus.pdf	11/11/2024 00:53:36	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito
Outros	curriculolattes.pdf	11/11/2024 00:51:20	Ana Raquel Silva Reginaldo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro

Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000

UF: CE **M** REDENCAO

Telefone: **unício:**

(85)3332-6190

E-mail: cep@unilab.edu.br

REDENCAO, 19 de Fevereiro de 2025

**Assinado por: Edmara
Chaves Costa
(Coordenador(a))**

Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro
Bairro: Centro, Redenção **CEP:** 62.790-000
UF: CE **M:** REDENCAO
Telefone: **unícipio:** **E-mail:** cep@unilab.edu.br
(85)3332-6190

ANEXO B - MINHAS REDES AFROAFETIVAS

Figura 9 – Liana Silva (irmã), Ana Raquel (autora) e Cleane Silva (irmã)



Fonte: Arquivo Pessoal, 24 dez. 2025.

Figura 10 – Maria Laura (irmã)



Fonte: Arquivo Pessoal, 22 nov. 2024.

Figura 11 – Cleonice Silva (mãe)



Fonte: Arquivo Pessoal, 9 dez. 2023.

Figura 12 – Ana Raquel (autora), Vitória Rhana (prima) e Victor Ranier (primo)



Fonte: Arquivo Pessoal, 7 maio. 2021.

Figura 13 – Amanda Kaillane (amiga), Jair Luid (amigo), Ana Raquel (autora), Carlos Daniel (amigo), Jesus Zacarias (amigo), Iago Freire (amigo), Bruna Oliveira (amiga), Kauan Emerson (amigo), Bruno Rodrigues (amigo) e Daniella Rocha (amiga)



Fonte: Arquivo Pessoal, 26 jun. 2025.

Figura 14 – Projeto de Pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, Mariana Doroteia Canganjo Bingi, Suzana Manuel Jorge, Fernanda, Elizabete Essamai Manga, Ana Raquel, Ericânia Almeida Gomes, Prof.^a Natália Cabanillas, Clara Buanhi Sambú e Diana Duarte Sá



Fonte: Arquivo Pessoal, 24 jan. 2024.